Douglas Santos

IMPERIALISMO E ESTADO

Reflexões sobre a Geografia Contemporânea

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

SÃO PAULO - 1990

SUMARIO

Agradecimentos.....06

Hegel, Marx e Nietzsche e a Aventura da Modernidade.
(Lefebvre e Berman).....09

Explicações Preliminares.....11

INTRODUÇAO

Imperialismo e Estado: o Desenvolvimento Desigual e
Combinado.....15

Para uma Conceituação de Imperialismo.....17

CAPITULO 1

A REPRESENTAÇAO CAOTICA DO TODO 29

- A Unidade Espacial sob a Ótica de uma Natureza
para o Estado-País; A Segunda Natureza 35

- Natureza e Estado-País 42

CAPITULO 2

A FABRICA E O MERCADO NO CAPITALISMO MONOPOLISTA 49

- Trabalho e Valor 50

- Espacialidade e Valor.....55

- A Divisão do Trabalho: Espaço Diferencial e
alienação.....74

- A Especificidade do Trabalho na Especificidade
da Paisagem 81

- Paisagem e Divisão Territorial do Trabalho 85

- O Espaço Diferencial: A Relação entre
  o Todo e a Parte.....89

CAPITULO 3

UNIVERSALIDADE, PARTICULARIDADE, SINGULARIDADE -
IMPERIALISMO E ESPACIALIDADE.....105

- Estado, Poder e Territorialidade 116

- Cidade e Campo - A Territorialidade da
  Divisão Social do Trabalho.....133

CAPITULO 4

DA GEOGRAFIA CRITICA A CRITICA DA GEOGRAFIA 147

- A Morte da Geografia: os Descaminhos da
  Reflexão sobre o Movimento 150

- Revolução: a Construção de uma
  Nova Espacialidade é a Destruição da
  Espaço-Territorialidade Capitalista 156

NOTAS

Introdução.....164

Capitulo 1.....167

Capitulo 2.....176

Capitulo 3.....181

BIBLIOGRAFIA

Especifica.....182

Geral.....185

COMIDA

bebida é água.

comida é pasto.

você tem sede de que?

você tem fome de que?

a gente não que só comida, a gente quer comida, diversão e arte.

a gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte.

a gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão, balé.

a gente não quer só comida, a gente quer a vida como a vida quer.

bebida é água.

comida é pasto.

você tem sede de que?

você tem fome de que?

a gente não quer só comer, a gente quer comer e quer fazer amor.

a gente não quer só comer, a gente quer prazer pra aliviar a dor .

a gente não quer só dinheiro, a gente quer dinheiro e felicidade.

a gente não quer só dinheiro, a gente quer inteiro e não pela metadade.

(TITAS)

"No caso de Silvia, tudo vai depender de mim, exclusivamente de mim. Sinto, sei, tenho certeza de que ela jamais tomará qualquer iniciativa... "E uma questão de tempo" disse-lhe há pouco Camerino, referindo-se à morte do velho. Sim, tudo na vida a própria vida, e as nossas angústias tudo é uma questão de tempo. E o tempo me ajudará a esquecer Silvia... O diabo é que agora se trata duma questão de espaço. Faz um cálculo: quatro passos daqui até a porta... mais seis até até o quarto dela... Ah! Se tudo fosse um problema de geometria! (Veríssimo,E. O Tempo e o Vento - O Arquipélago I pag. 26 Círculo do Livro SP s/d)

"Vida, e guerra, é o que é: esses tontos movimentos só o contrário do que assim não seja. Mas, para mim, o que vale é o que está por baixo ou por cima o que parece longe e está perto, ou o que está perto e parece longe. Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba" (Rosa, J.G. Grande Sertão: Veredas pag. 175 J. Olympio Ed. R.J. 11a ed. 1976)

DIAMANTINO:

Os corredores pelos quais andamos, ano após ano, nem sempre se apresentaram como agora, com esta cara de um trabalho feito. Mais que feito, quase contra-feito. Mais que um efeito: a criação cotidiana daqueles que pouco precisam se perder em declarações;

basta o ato conjunto e contínuo de sorrir para a obra feita, que sabemos ser nossa, mas esta, particularmente, vai somente com o meu nome assinado. Companheiro, irmão, como posso falar de ti? Não há meios de agradecer o que não se faz por gratidão. O que pude, fizemos; o que pudeste, quizemos. Claro! Queremos e faremos mais, pois afinal, ainda haveremos de sorrir outras vezes.

RUY:

E pena, amigo, que tua participação nesse trabalho tenha sido mais "escrita" que "oral". Você sabe: nossas conversas nunca bastam, o telefone complica, o tempo e a distânciacia me fazem levantar altares a Virillo: viva a ubiüidade!

Como você sabe, o projeto inicial desse trabalho nasceu da leitura do "Movimento Operário" quando ainda se apresentava naquela terrível datilografia. Tentei descobrir seus ditos e, principalmente, seus não ditos, os malditos. A conclusão tá aí pra que possamos continuar a contruir o que queremos.

THOMAZ:

Tentei passar pro papel nossos longos "papos". Guardei uma a uma as perguntas e respostas que tentávamos traçàr. Estão aqui, espalhadas no meio do texto, aguardando seu retorno aí da "boca". Agora, saibas

que o que me envolve é a mais pura saudade. Estamos, ao que parece em pleno "sinal fechado", sem nunca dizermo-nos adeus mas, sempre, com atenção na estrada que nos leva ao retorno das lembranças. Mais que dedicar-te algumas poucas idéias sobre "Imperialismo e Estado", dedico-te minha amizade: é o que tenho, é o que dou.

MARCOS:

Se algo pode explicar esse trabalho conjunto de tantos anos creio que é a inquietação. Expressa de forma diversa, tento entender-nos como inquietos (creio que sou um inquieto mais ortodoxo que você). Espero tua leitura desses apontamentos. Tem um pouco de "nós" aqui, dos livros que fizemos juntos, dos Centros Acadêmicos que disputamos, da organização que militamos, de tudo que nossa inquieta e particular leitura nos faz singulares nessa briga.

MARIA, ALE, LEANDRO:

Todas as teses que vi, até agora, ou foram dedicadas a filhos e esposa, ou o autor lamentou a ausência provocada pelo trabalho. Nada disso, no entanto, caberia bem em nossas relações.

Não há como dedicar ou lamentar para co-partícipes, os atos de um "membro da tribo". O que posso, mais uma vez, é colocar-me a descoberto. Essa nudez estranha de quem nem mesmo pode se apresentar por ser

demais conhecido. Exigi de mim o que, imagino, exigimo-nos sempre. Acho que fiz o que vocês esperavam que eu fizesse. Assim, é tudo nosso, é tudo um aprendizado comum.

E ASSIM...

Ariovaldo: pela oportunidade de transformar um debate em dissertação de mestrado;

Antonio, Zuleika, Jandira, Marcos e Nádia: pelo passado eternamente revisitado, relido, re-criado;

Inaldo: para provocár-te a colocar no papel o que já sabes das coisas;

Waldir e Rose: pelo ritual de iniciação;

Aos companheiros dos "tempos de prefeitura": pela praxis;

Teresa: pelo convite à Geografia dos meus sonhos.

"Sem recorrer em princípio a mais conhecimentos que os elementares, a mais comprovações que as sumárias, podemos enunciar as proposições seguintes:

a) O mundo moderno é hegeliano. Com efeito, Hegel elaborou e levou até às últimas consequências a teoria política do Estado-Nação. Afirmou a realidade e o valor supremo do Estado. O hegelianismo defende, como princípio, a ligação do saber com o poder; a legitima. Atualmente, o número de Estados-Nacionais não cessa de aumentar. (...) Cobrem a superfície da terra. Admitindo-se, inclusive, como certo que as Nações e os Estados-Nacionais não são outra coisa que fachadas e biombos que ocultam realidades capitalistas de maior amplitude (mercado-mundial, multinacionais), essas fachadas e biombos não deixam de ser uma realidade: em vez de fins, instrumentos e marcos eficazes. Qualquer que seja a ideologia que o inspire, o Estado se afirma por ter unido, a um só tempo, o saber e a coação, sua realidade e seu valor. O caráter definido e definitivo do Estado se confirma na consciência política que impõe, quer dizer, em seu caráter conservador e, inclusive, contra-revolucionário (qualquer que seja a ideologia oficial, inclusive a "revolucionária"). Desse ponto de vista, o Estado engloba e subordina a si a realidade que Hegel chama de "sociedade civil", quer dizer, as relações sociais. Pretende conter e definir a civilização.

b) O mundo moderno é marxista. De fato, desde há algumas dezenas de anos, as preocupações essenciais dos poderes chamados públicos são: crescimento econômico, considerado como base da existência e da independência nacionais; e, portanto, a industrialização, a produção. O que coloca problemas para a relação da classe trabalhadora (trabalhadores produtivos) com o Estado-nacional, assim como uma relação nova entre saber e produção e, portanto, entre esse saber e os poderes que controlam a produção. No entanto não é evidente nem certo que o saber se subordina ao poder nem que o Estado possua para si a eternidade. O planejamento racional, conquistado por diversos procedimentos (diretos ou indiretos, completos ou parciais), está na ordem do dia. Em um século, a indústria e suas conseqüências têm transformado o mundo, quer dizer, a sociedade, mais (para não dizer melhor) que as idéias, os programas políticos, os sonhos e as utopias. Em suas linhas essenciais, foi anunciado e previsto por Marx.

c) O mundo moderno é nietzscheano. Se alguém desejou 'mudar a vida', ainda que a frase seja atri-

buída a Rimbaud, esse alguém foi Nietzsche. Se alguém desejou 'tudo e muito mais' foi ele. Os protestos e a contestação surgem de todas as partes contra o estado de coisas. O viver e o vivido individuais se reafirmam contra as pressões políticas, contra o produtivismo e o economismo. Quando não enfrenta uma política com outra o protesto encontra apoio na poesia, no teatro, e também na espera e na esperança do extraordinário, do surreal, do sobrenatural, do sobrehumano. A civilização preocupa muito mais às pessoas que o Estado ou a sociedade. Que pese os esforços das forças políticas por afirmar-se acima do vivido, por subordinar a sociedade e por capturar a arte, tudo contém a possibilidade da contestação, recurso do protesto. Que pese tudo isso seja levado até à decadência. A tudo isso que corresponde ao sopro ardente da revolta nietzscheana: a defesa obstinada da civilização contra as pressões estatais, sociais é morais". (Lefebvre, 1986 : 1/3).

"E quanto ao dia que virá depois de amanhã? (...) Se o raciocínio global desse livro estiver correto, aqueles que estão à espera do final da era moderna deverão esperar um tempo interminável. A economia moderna provavelmente continuará em expansão, embora talvez em outras direções, adaptando-se às crises crônicas de energia e do meio ambiente que seu sucesso criou. As adaptações futuras exigirão grandes turbulências sociais e políticas; mas a modernização sempre sobreviveu em meio a problemas, em uma atmosfera de 'incertezas e agitação constantes' em que, como diz o <u>Manifesto Comunista</u>, 'todas as relações fixas e congeladas serão suprimidas'. Em tal ambiente, a cultura do modernismo continuará a desenvolver novas visões, expressões de vida, pois as mesmas tendências econômicas e sociais que incessantemente transformam o mundo que nos rodeia, tanto para o bem como para o mal, também transformaram as vidas interiores dos homens e das mulheres que ocupam esse mundo e o fazem caminhar. O processo de modernização, ao mesmo tempo que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender e a enfrentar o mundo que a modernização constrói; e a lutar para torná-lo o nosso mundo. Creio que nós e aqueles que virão depois de nós continuarão lutando para fazer com que nos sintamos em casa nesse mundo, mesmo que os lares que construímos, a rua moderna, o espírito moderno continue a desmanchar no ar." (Berman; 1987 : 330).

sua própria diversidade. Relação ordenada dos movimentos da Natureza, o trabalho assim se estabelece por ser (mesmo que no âmbito da psicologia) movimento da natureza: espaço-temporalidade. Assim, comer, beber, dormir, pensar, reproduzir, produzir, morrer, nascer são identidades pontuais do trabalho humano, cuja territorialidade tem como fundamento a impossibilidade de existência de qualquer ato por fora da Natureza, e cuja expressão empírica vai do processó de catar alimentos até o ato de comê-los, fazendo com

EXPLICAÇÕES PRELIMINARES

Imperialismo e Estado, como bem me disse um colega dos bancos de graduação, é um tema "fora de de moda". Hoje em dia o anti-marxismo/liberal/democrático e, ainda, socialistà, com pitadas de niilismo e jogos de indeterminações, fazem o gosto da chamada "esquerda soft" . Ser fora de moda, no entanto, não é argumento suficiente (espero) para retirar do campo dos embates questões mal ou não resolvidas.

Imperialismo e Estado, no nosso entender, expressa o cerne da relação entre economia e política no século XX pois, o primeiro, enquanto identidade das relações econômicas mundializadas e, o segundo, enquanto fenômeno igualmente mundial das particularidades e singularidades da gestão da economia-política, nos permitem a compreensão dos "fios condutores" da sociedade capitalista na sua versão contemporânea.

Fios condutores? Sim, é numa intrincada trama, tal como um tecido de sêda estendido num varal. Movimento verticais e horizontais que, ao mesmo tempo em que apontam minúsculos pontos no chão, se embaraçam com outros tantos, estendidos de ponta a ponta, paralelos ao varal, acenando com questões que vão do mais alto nível de abstração à mais brutal empiricidade.

O tecido, quando próximo ao varal, não é outro que quando próximo ao chão. Não é outro mas não é o mesmo. Se separarmos as partes teremos retalhos, se perdermos o significado de cada "nível", não teremos tecido.

Este é o desafio que nos impusemos: encararmos a tecitura de frente, observar alguns fios que, a priori, consideramos como os mais importantes. Buscamos perseguir alguns movimentos

horizontais e verticais, no sentido de resgatar, não o tecido todo, tarefa absolutamente superior às nossas forças mas, a imagem de uma rede.

0

0 0

Antes de apontarmos ponto a ponto os temas apresentados, cremos ser necessário mais algumas explicações.

A escolha da temática (Imperialismo e Estado) e dos caminhos de abordagem (o tecido no varal), acabou por transformar nosso trabalho em algo um tanto estranho para uma dissertação de mestrado. De um lado, o trabalho de localizar os "fios" mestres de nossa tecitura nos obrigou a buscar maior precisão na elaboração dos conceitos com os quais trabalhamos, o que acabou por resultar num trabalho de cunho mais epistemológico do que o título faz pressupor. De outro lado, não foi possível esconder o caráter militante das preocupações que nos levaram à escolha do tema, e por isso acabamos por nos colocar em meio ao fogo cruzado que a temática carrega como um estigma, no transcurso das produções que a encararam de frente.

Em outras palavras, preferimos a polêmica. Não quizemos (ou não nos contentamos em) colocar somente o que pensamos sobre o tema mas, igualmente, o pensamos do que outros autores pensaram sobre o tema.

Esperamos com isso estar travando o bom combate. Não aquele que escolhe como adversário somente o que jamais poderá encontrar frente a frente. Travamos uma série de considerações sobre o que,

consideramos, são as mais importantes obras que a discussão em torno da Geografia gerou e que tivemos a oportunidade de conhecer.

Por fim temos ainda a considerar que certos hábitos devem ser enfrentados, sob pena de sermos acusados de omissão. O principal deles é o que define como ponto de partida de qualquer reflexão acadêmica uma espécie de profissão de fé nesse ou naquele clássico, estabelecendo para o leitor um ponto de referência quanto à busca da coerência interna do pensamento do autor.

E salutar afirmar, portanto, que a maior parte da minha formação intelectual está envolvida com o ideário marxista. Isso faz dessa obra uma apologia a essa(s) corrente(s)? Fica ao leitor o direito de julgar. Não pretendi fazer um credo ao materialismo histórico e dialético. Espero que tenha tido a lucidez suficiente para que tal corrente de pensamento esteja presente no interior desse trabalho. Se assim não for, creio que de nada adiantaria tecer considerações, geralmente carregadas de fórmulas simplificadoras e inaplicáveis. Se tal objetivo foi minimamente conquistado, para que gastar palavras que já fazem parte do corpo central do trabalh, num corpo à parte, estranho ao próprio trabalho?

0

0 0

Na tentativa de antecipar ao leitor o que se encontra nas páginas seguintes, poderíamos fazer o seguinte roteiro:

O trabalho foi dividido em quatro capítulos cujo objetivo é discutir, do ponto de vista do método e do "cercamento" das

categorias, um conjunto temático que nos permita traçar caminhos para a abordagem do tema principal: a relação entre Imperialismo e Estado.

No primeiro capítulo buscamos localizar a temática sob dois ângulos superpostos: a relação entre lógica formal e lógica dialética no tratamento do tema, buscando não perder de vista as categorias principais com as quais iremos trabalhar até o final: Natureza, Homem (sociedade) e Espaço.

No segundo capítulo tratamos de localizar o que entendemos por Modo de Produção Capitalista e, por conseqüência o que seriam, ou como poderiam ser encaradas as principais categorias tratadas no primeiro capítulo, no contexto específico desse modo de produção.

Deixamos para o terceiro capítulo o papel central de nosso trabalho. Alí abrimos definitivamente a polêmica com outros autores em busca de conceituar a temática central do trabalho, isto é, Imperialismo e Estado no Modo de Produção Capitalista. Vamos, assim, buscar em outros autores categorias fundamentais (tal como "espacialidade diferencial") que nos permitiram fazer a leitura desejada e proposta em nosso plano de trabalho.

Por fim, evitamos encerrar nosso trabalho. Resolvemos abrir o debate, também para nós carente de aprofundamento, sobre categorias tais como: indeterminação, revolução, socialismo, etc.

INTRODUÇÃO

IMPERIALISMO E ESTADO: O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

> "Ao se chegar a esse ponto: o de admitir que a questão das relações de poder e de dominação no plano internacional possui hoje um significado mais político-militar (onde se pode subsumir o econômico e, dessa forma, encontra-se ligado ao poderio estatal (e não tanto às empresas privadas, embora haja muitas vezCes - mas nem sempre - a convergência entre interesses estatais dos EUA e firmas multinacionais), pode-se colocar uma interrogação pertinente: por que prosseguir falando em imperialismo? " (Vesentini,J.W.; 1987:49)

> "A mundialização do capitalismo através dessas sucessivas formas de divisão internacional do trabalho é o processo que o faz qualitativamente tornar-se imperialismo" (Moreira, 1985:33)

> "O quinto período é o período tenológico.Este é o período da grande indústria e do capitalismo das grandes corporações, servidas por meios de comunicação extremamente difundidos e rápidos.(...) Este período começa com o fim da Segunda Guerra Mundial. A tecnologia constitui sua força autônoma e todas as outras variáveis do sistema são, de uma forma ou de outra, a ela subordinadas, em termos de sua operação, evolução e possibilidades de difusão"- (Santos,M.1985:27)

As três citações que epigrafam esse texto têm um objetivo explícito: identificar alguns dos pontos de apoio em que se fundamentam os diversos discursos geográficos produzidos, hoje, no Brasil. Se, para Vesentini (já o vimos no capítulo anterior) o Imperialismo é uma categoria incapaz de explicar a Geografia dos nossos dias, apontando para a Geopolitica (categoria que sugere a explicitação da correlação de forças entre Estados) como o caminho possível; Moreira se contrapõe e reafirma (no contexto da tradição marxista) o Imperialismo como o centro da polêmica.No

mesmo eixo de discussão, Santos busca outro referencial lógico: a tecnologia, e é explícito ao chamá-la de "força autôma" do processo, onde os demais elementos se subordinam.

Qual é o problema central que devemos enfrentar? Se observarmos unicamente as afirmações de Vesentini e Santos, veremos que contestá-las seria uma dificuldade insuperável se nos perdêssemos do caminho metodológico que viemos traçando até aqui. E evidência empírica que, de um lado, a capacidade bélica do mundo atual é insuperavelmente superior aos demais períodos históricos que nos precederam, bem como tal afirmação não seria menos verdadeira se nos ativêssemos ao desenvolvimento tecnológico. O que nos preocupa em tudo isso é que, tais afirmações são basicamente verdadeiras para a maioria dos momentos históricos quando comparados com momentos precedentes. Tal evidência coloca-nos frente à frente com a necessidade de buscarmos outros níveis de análise que nos permitam identificar o que, de particular, identifica o momento atual. Não será , evidentemente, chamá-lo de atual ou moderno, sob pena de que, quando o futuro for o atual ou moderno, ou , ainda, mais militarizado e tecnologicamente desenvolvido que o que ora analisamos, tenhamos perdido tempo com a evidência empírica e deixado de refletir sobre as determinações que compõem o atual estágio da militarização e tecnologização (1).

Por outro lado, não é menos verdadeiro que , mesmo dentro da tradição marxista, as questões relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo de cunho monopolista, tais como os conceitos de Imperialismo e Estado, encontram-se profundamente envolvidas pelas divergências (2).

Somente para exemplificar o quanto escorregadio é o terreno

em que pisamos, poderíamos citar (ou relembrar) o texto que colocamos logo no início desse trabalho, cujo autor é Henry Lefebvre. Ali (Lefebvre, 1986:283 segts.), o pensador francês relaciona diretamente a hegemonia do estatismo a Hegel, o que permite ao autor afirmar que Stalin e o stalinismo tem seus fundamentos em Hegel e não em Marx. Esta polêmica toma muita importância justamente no momento em que o Leste Europeu e a própria URSS tomam para si a discussão sobre o monolitismo do poder de Estado sem que, no entanto, coloque, ainda, o próprio Estado em discussão.

Em resumo: no interior do debate, cuja temática central é o próprio discurso geográfico (ou, até, o encaminhamento da gestão do Estado), as questões aqui propostas aparecem, sempre, em meio a divergências, as quais, no nosso entender, escondem posturas políticas diferenciadas. Retomar, portanto, a questão do imperialismo e do Estado já é, em si mesmo, uma postura política, cuja transparência buscaremos "conquistar" ao longo de todo o trabalho.

Para uma Conceituação de Imperialismo

A polêmica que envolve o próprio conceito deve ser rastreada para que possamos continuar. Quando buscamos o significado da palavra imperialismo, verificamos , de imediato, que, apesar de trazer como ponto comum a idéia de domínio territorial, o que não é comum entre os autores é a identidade de quem domina e de quem é dominado. No dicionário de Economia organizado por Paulo San-

droni, a definição de imperialismo se inicia nos seguintes termos:" Política de dominação territorial e/ou econômica de uma nação sobre outras" (Sandroni, 1989:146).

Um conjunto de questões já se coloca de imediato:

.E possível o domínio territorial sem o econômico?

.Como se exerce tal domínio?

.O domínio é feito pela via das nações? e, por decorrência:

.Que é nação?

.Nação e Estado são a mesma coisa?

.O princípio (ou conceito) de nacionalidade incorpora o conceito de classes sociais (em caso afirmativo identificar em que nível)? Qual é o ponto de partida?

Façamos um pequeno inventário de constatações empíricas mais evidentes e, acreditamos, será possível encadear uma resposta.

Um observador qualquer, frente a um mapa-mundi político, poderia fazer um conjunto de constatações bastante evidentes: a primeira delas se reportaria à divisão das terras emersas em continentes; a segunda, ao retalhamento territorial dos continentes em países; a terceira ao espalhamento do fenômeno "cidade" por todos os continentes habitados por seres humanos e, por fim, a quarta evidência primária: os três fenômenos anteriormente citados não se homogeneízam em lugar algum. Os continentes não têm o mesmo tamanho e nem o mesmo critério de divisão territorial para receberem tal nome; os países não têm o mesmo tamanho e, por fim, a concentração de cidades diferencia-se de acordo com o lugar observado.

Tal exercício, de cunho meramente empirista, mas absoluta-

mente incontestável quanto aos dados, é que nos leva à primeira conclusão necessária: tal como nosso observador, temos à nossa frente não só a mundialidade enquanto somatória territorial dos mares e continentes (como bem se constata na tradição da literatura geográfica), mas a mundialidade de fenômenos que, apesar da desigualdade quanto à distribuição (do ponto de vista quantitativo), é absolutamente presente em todos os quadrantes.

Temos, agora de deixar nosso observador de lado, pois, à partir das constatações feitas, a polêmica se instaura. No nosso entender, a polêmica tem uma fonte primária, qual seja, a de se observar o empírico e dele buscar retirar todas as generalizações possíveis, e é a partir daí (a constatação dos diversos níveis de mundialização), que podemos justificar a maior parte (senão a totalidade) dos discursos em voga que constatam a mundialidade fenomênica do Estado e do Urbano.

Os "fatos" históricos parecem ser o "condão mágico" para as explicações de um processo como o da mundialização. Aparentemente teríamos todas as nossas dúvidas solucionadas no estudo da expansão mercantil iniciada no século XIV; na colonização africana levada a cabo nos séculos XIX e XX e, atualmente, no interior do processo de descolonização. Fatos atrás de fatos, tal como o "planisfério " de que falamos anteriormente, incorrem, no entanto, no mesmo erro.

José Ortega y Gasset ao introduzir a edição espanhola do "Lecciones sobre la filosofia de la história universal" de Hegel, tece comentários interessantes sobre a questão:

"Esta <u>Biblioteca de Historiologia</u> foi inspirada

> pela insatisfação sentida ao se ler livros de história, diante de todos os livros de história. Conforme viramos suas páginas, sempre abundantes, nos toma, invariavelmente, contra nossa benevolente vontade, a impressão que a história tem de ser coisa muito diferente do que tem sido e é.
> (...)
> Existe um evidente desnível entre a produção historiográfic e a atitude intelectiva em que estão colocadas as outras ciências.(...) E que a qualidade inferior dessas obras (obras de historiografia), em vez de atrair a curiosidade dos homens, a embotam com sua tradicional pobresa.
> (...)
> (...) Segundo Ranke, a missão histórica é 'somente dizer como, efetivamente, se passaram as coisas'. Os historiadores repetem constantemente essa fórmula, como se nela residisse um poder mágico e jurídico que lhes tranquiliza à respeito de seus impedernidos usos e lhes outorga um território bem seguro.
> (...)
> O analista não observa o que se vê, não busca o dado, mas precisamente o contrário: constroi uma figura conceitual (<u>mente concipio</u>) com a qual compara o fenômeno sensível." (Hegel; 1986: 16 a 20)

Nos "Cadernos Filosóficos" Lenin comenta o seguinte sobre a questão:

> "No século XX (certamente também no fim do século XIX) 'todos estão de acordo' com o 'princípio do desenvolvimento'. Sim, porém, este 'acordo' superficial, não pensado, acidental, filisteu, é um acordo <u>de tal tipo</u>, que despresa e vulgariza a verdade. - Se tudo se desenvolve, então tudo passa de um para outro, pois, como bem se sabe, o desenvolvimento não é um <u>crescimento</u>, uma <u>ampliação</u> simples, universal e eterna (correspondência, diminuição), etc. - neste caso, então, primeiro a evolução tem de ser entendida <u>com mais</u> exatidão, como o aparecimento e desaparecimento de tudo, como transições recíprocas. - E, segundo, se TUDO se desenvolve, não serve isto, também, para os <u>conceitos</u> e <u>categorias</u> mais gerais do pensamento? Se não é assim, significa que o pensamento não está vinculado com o ser. Se é, significa que tem significação objetiva." (Lenin, s/d:237).

A conclusão primeira que tiramos dessas reflexões é que nem a constatação fenomênica-empirista das manifestações territoriais do movimento nem o encadeamento na linha do tempo dos

fenômenos manifestos são suficientes para que possamos entender as razões que, de um lado, determinaram a mundialização de fenômenos congêneres e, de outro lado, o fato dessa mundialização ser, aqui, denominada de IMPERIALISMO.

O ponto de partida de nossas reflexões está na identidade dos movimentos implícitos e explícitos entre Homem e Natureza e, que, vemos tais movimentos não como uma relação entre sujeito e objeto mas, como uma relação entre todo (Natureza) e parte (Homem). Tal inflexão nos permite diferenciarmos o fato de que o movimento da parte é movimento do todo e que, a parte, por estar nessa condição, tem, no todo (e, portanto, também em si), a fonte primária dos valores de uso. Assim poderemos refletir sobre o trabalho (enquanto relação Homem/Natureza e, portanto, também relação homem/homem), como fonte primária de alienação (porque tem como resultante nova natureza, que não á trabalho mas, trabalho objetivado). E, também saltar da forma primária de valor (enquanto valor de uso) para o VALOR enquanto síntese de valor de uso e valor de troca e, portanto, à origem da alienação nos moldes do modo de produção capitalista.

Consideremos aqui que a mundialização dos fenômenos é a mundialização de uma mesma matriz indutora dos processos. Em outras palavras, considerar-se-á que uma determinada forma de relação Homem/Natureza se mundializa e que, entre outras, o estatismo, a urbanização, a expansão mercantil e a colonização e descolonização africana são expressões empíricas da construção dessa mesma matriz a qual, genericamente, chamamos hoje de modo de produção capitalista.

Por que modo de produção? Por que consideramos que a relação Homem/Natureza é relação de mútua transformação (e o mutualismo aqui não coloca os dois elementos em pé de igualdade, mas em relação dialética de síntese), onde a categoria mediadora é o trabalho, enquanto ato de síntese criadora do conjunto de negações que são, sempre, ponto de partida para novas negatividades.

Por que modo de produção capitalista? Por que não modo de produção ou, melhor, produção simplesmente? Porque estamos considerando que a relação acima exposta tem uma espaço temporalidade específica. O que se nega, condição imanente do processo produtivo, e o que será negado, resultante objetiva da subjetividade trabalho, nega-se e se expõe a negação enquanto processo e resultante de múltiplas determinações cuja resultante geral é a valorização do capital. Assim temos a forma: "modo de produção" e a identidade : "capitalista"(3).

Assim é possível afirmar que a mundialização fenomênica do Estado e do Urbano tem como ponto de apoio empírico, na linha do tempo, um conjunto de fatos já mais ou menos fartamente descritos pela historiografia, mas cuja fundamentação está na trasnsformação da matriz de relações entre homem/natureza: a plenitude da transformação do valor de uso em valor para o capital.

Em outras palavras Marx propõe que:

> "As condições originais da produção não podem, inicialmente, ser elas próprias produzidas -não são o resultado da produção.(...) O que exige explicação não é a unidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza; nem isso é resultado de um processo histórico. O que tem de ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existêcia humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho

assalariado e o capital (Marx,1985:85).

A formulação proposta por Marx parece-nos um importante ponto de inflexão em relação à identidade das diferentes formas de organização social construídas no transcorrer de milênios. Se considerarmos que a natureza é o dado, o a-priorístico, o estágio ou momento do movimento e, que, por outro lado, a condição prévia é a condição de negação, pois é o que se posta a ser negado (pois não há negação do nada), teremos o fato de que o movimento de destruição/construção do que está dado,tem a condição e o limite da própria negação. O processo de alienação, portanto, cuja fonte primária encontra-se na subjetividade da "unidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais" quando esta se dá pela via do trabalho e gera trabalho objetivado, separado, nova natureza.

Giramos, portanto, em torno da questão do valor. Se, como já vimos , a Natureza é a fonte primária de todo valor, e o trabalho é "ato natural da particularidade Homem na totalidade Natureza" e, por fim, que é o próprio trabalho a fonte primária da alienação, detectamos na forma/processo de trabalho o elo que dá unidade a essa relação entre parte/todo e todo/parte.

A condição histórico/territorial de transformação de valor de uso em VALOR, dada pelo movimento de acumulação primitiva do capital e, portanto, pela decadência do modo de produção feudal, expressou-se pelo fim dos feudos, pelo recrudescimento do fenômeno urbano, pela geração dos chamados Estados-Nação, mas teve como nexo estrutural a re-definição da relação de propriedade entre produtores e bens de produção e, portanto, uma re-definição

das classes sociais hegemônicas no processo.

Fica o fato que a redefinição das classes sociais hegemônicas é, ao mesmo tempo, uma re-ordenação territorial da produção. Em outras palavras, novas condições de produção (novos movimentos - novas sínteses espacio-temporais) são, empiricamente, novas territorialidades, já que a segunda é a expressão empírica da primeira.

O movimento de incorporação territorial característico da fase de acumulação primitiva do capital coloca para o plano mundial uma das questões mais importantes da Geografia contemporânea: o golpe de misericórdia sobre a "estabilidade territorial" (leia-se tipologia do movimento; matriz espacio-temporal) própria às economias com nível de mercantilização/produção como o feudalismo.(4)

Ao mesmo tempo em que caravelas com homens armados conquistam novos territórios , observa-se uma transformação dentro do próprio território europeu na mobilidade populacional. As fronteiras, sejam das vilas, dos feudos, dos reinos ou qualquer outra, perdem a rigidez, movimentam-se independentemente da escala territorial que se observe, no sentido de garantir (ou, melhor, realizar) a transformação das estruturas produtivas em decadência. A conquista pela burguesia (ou, de sua lógica) dos novos continentes é, ao mesmo tempo, a re- estruturação das relações de produção dentro do continente europeu.

O que a citação de Marx que fizemos logo acima nos obriga, no entanto, é refletirmos que a imposição de uma <u>nova</u> velocidade territorial impõe um conjunto de condicionantes relativamente óbvios: de um lado, o fato de a maior parte dos novos territó-

rios incorporados estarem ao Sul do Trópico de Câncer, terem substratos geológicos/geomofológicos e climáticos diferenciados do europeu e apresentarem a perspectiva de novas produções agrícolas (e, portanto, novas mercadorias e mercados); de outro lado, a presença de formas diferenciadas de organização social, outras culturas, outras formações econômicas e sociais.

A incorporação da diferança não é, por sua vez, um limite que se impôs somente aos "novos" territórios. A ruptura imposta aos camponeses/artesãos retirando-lhes os meios de produção e proletarizando-os, foi a forma de incorporação à lógica burguesa, do próprio território europeu. O que temos, portanto, não é somente a conquista desse ou daquele "novo continente" pelos europeus mas, fundamentalmente, a conquista de toda a territorialidade disponível no planeta por uma nova classe social (revolucionária, sem dúvidas). E da combinação, portanto, das formas de apropriação impostas pelas condições dadas em cada território, fazendo da multiplicidade tática dos movimentos o meio de se atingir a estratégica hegemonia mundial burguesa que nos permite propor as seguintes teses:

1) O limite/condição dado em cada ponto territorial para a expansão burguesa é duplamente definido: tem numa ponta a própria relação Homem/Natureza, pontualmente diferenciada e, na outra, o desenvolvimento das forças produtivas disponíveis (leia-se aqui desde a capacidade de produção industrial e de circulação até a capacidade bélica e política).

2) Tais limites/condições implicam na definição tática do

papel pontual de cada território no processo de produção/circulação e consumo global e, portanto, na relação valor de uso/VALOR de cada lugar, sendo as relações de produção o mediador das relações/contradições entre Homem/Natureza e homem/homem.

3) Se considerarmos que cada relação pontual é relação de trabalho, podemos inferir aqui que a movimentação das populações é a expressão territorial de novas e sucessivas divisões territoriais do trabalho.

4) A expansão burguesa busca, estrategicamente a subsunção formal dos territórios mas não elimina a combinação contante entre subsunção real e formal nos mais diversos pontos do planeta, dependendo dos diversos níveis de hegemonia de classes pré-existentes.

5) A subsunção formal, além de redefinir as condições de subsunção da Europa à lógica burguesa, permitiu, a nível planetário, a geração de diversas formas de hegemonia que se aproximam qualitativamente das necessidades da expansão capitalista, cuja expressão mais acabada é a mundialização da matriz ESTADO como forma hegemônica de exercício político e da matriz URBANO como forma de garantir a flexibilidade territorial da relação entre capital e trabalho e, portanto, também da relação entre os próprios capitalistas.

6) Por sua vez a forma ESTADO de gestão política só amadurece com o amadurecimento do processo de hegemonização burguesa a nível mundial, isto é, quando se consolida o capital financeiro(fusão do capital industrial com o capital bancário) permitindo a flexibilidade total das frónteiras pontuais: na circulação em alta velocidade do capital bancário (cujo objetivo é o controle,

ao nível planetário, da própria produção); na expansão territorial dos parques produtivos de carater monopolísticos; na criação de mecanismos internacionais de controle político e, por fim, pressupõe o desenvolvimento das forças produtivas que se refletem na produção industrial, na circulação da moeda, na produção bélica e na reprodução cultural de forma a torná-la suficientemente ágil para garantir a hegemonia da ideologia burguesa, na massa de diferencialidades territoriais em que se baseia o processo.

7) A mundialização do processo, como mundialização da flexibilidade territorial, materializa-se na desterritorialização dos trabalhadores e na sua conseqüente proletarização, fazendo da urbanização um fenômeno que, tal como o Estado, tem a mesma raiz matricial: a redefinição das classes hegemônicas ao nível mundial, recolocando a cada instante, na maior parte do planeta, a redefinição dos níveis de subsunção (passagem da subsunção formal para a real) na forma de redefinição da DTT.

8) País e cidade, expressões territoriais do Estado e do Urbano, são, portanto, a configuração fenomênica das diferentes velocidades do processo produtivo para acumulação ampliada do capital e, conseqüentemente, formas de organização que lhe garanta a eficácia o que, subentende-se, trazem, igualmente como expressões fenomênicas, suas contradições estruturais: a relação entre capital/trabalho e capital/capital.

A esse processo de amadurecimento, definindo o encadeamento espaço/temporal da hegemonia burguesa, quando atinge o nível de mundialização apontado nos oito itens acima e já observado historicamente como realidade empírica desde os fins do século XIX,

chamamos de IMPERIALISMO.

Faz-se necessário, aqui, inserir os oito ítens no contexto da polêmica que indicamos no início desse capítulo, já que é justamente no contexto dessa polêmica que teremoss condições de desenvolver as posições sumariamente apontadas. E o que buscaremos fazer à partir daqui.

CAPITULO I

A REPRESENTAÇÃO CAÓTICA DO TODO

da somatória das partes à síntese das determinações (1)

> "O movimento, em seu sentido mais geral, concebido como forma de existência, como atributo inerente à matéria, compreende todas as transformações e processos que se produzem no Universo, desde as simples mudanças de lugar até a elaboração do pensamento.(...) Fica assim estabelecido que não é possível conceber a metéria sem movimento" (Engels,s/d: 41 e 42)

O que queremos colocar em discussão não é novo. Trata-se da Geografia. Da mesma forma que já se estabeleceu no costume das discussões de cunho científico, não nos interessa aqui colocar em questão, exclusivamente, o discurso feito pela Geografia a respeito da Geografia do mundo. Nossa intenção é colocar como objeto de reflexão tanto o objeto da Geografia (que aqui chamaremos de espaço) quanto o próprio discurso que se faz sobre esse objeto (que aqui chamaremos de discurso geográfico). O discurso, portanto, aqui também é objeto.

Um segundo ponto a considerar é que o "complexo" é a chave para o entendimento do mais "simples" (a anatomia do homem é a chave para o entendimento da anatomia do macaco, nas palavras de Marx) (2). A intensificação da complexidade das relações sociais é a chave para se compreender não só o espaço geográfico de hoje como, igualmente, as razões que levaram à mitificação desse espaço no discurso geográfico no transcorrer de sua própria construção. Consideramos, então, que é o próprio desenvolvimento do capitalismo a chave necessária para a compreensão do espaço

conjunturalmente dado e mais, dos espaços que historicamente permitiram o desenrolar das relações a que hoje chamamos de capitalistas.

É nesse sentido que se torna possível fazer a crítica da Geografia, não poupando evidentemente, a Geografia crítica. Se considerarmos que a Geografia de La Blache é crítica em relação à de Ratzel, qua a Geografia de Sorre é crítica em relação à de Humboldt etc., detectamos na Geografia crítica a auto-crítica. E a auto-crítica seria um exercício político de suma importância, se não se limitasse a gerar re-arranjos de discurso (novas técnicas de apreensão do real), sem qualquer proposta em relação ao espaço geográfico. Tal é a tarefa política a que nos propomos e sobre ela vamos nos debruçar.

Em primeiro lugar, uma constatação nos basta: envolvemo-nos durante muitos anos em um debate de grande importância - a fragmentação do real. O discurso geográfico primou pelo diversionismo, pela ruptura do todo num conjunto de fragmentos a que Ruy Moreira chamou de "cacos" (Moreira, 1987). Natureza de um lado, sociedade de outro; cidade de um lado, campo de outro; homens sem lugares e lugares sem homens. Tal fragmentação, no entanto, não é invenção dos geógrafos. Se é possível responsabilizar o discurso geográfico por não compreender a unidade do real - o fato do concreto ser a "síntese de múltiplas determinações" (Marx, 1986 : 21) (3) - mais importante que o discurso geográfico, é o desenvolvimento da sociedade capitalista, que sobrevive da divisão do trabalho: a condição concreta para que sobreviva a ideologia de que o todo pode (e deve; e é) a mera somatória de suas partes.

A divisão do trabalho separa a cidade do campo, a escola da fábrica, a rua da casa, a montanha do rio, a vegetação do clima, o lugar da moradia do lugar de trabalho. A divisão do trabalho gera a paisagem de seu próprio fetiche, pois o espaço da sociedade de classes é o espaço da fetichização. O discurso geográfico toma cada um dos "cacos" desse caleidoscópio sem se dar conta que discursa sob uma ilusão de ótica. Se é possível identificar nesse discurso as necessidades da sociedade capitalista em se reproduzir enquanto tal, não há porque confundir o discurso geográfico com o espaço. Se colocarmos a espacialidade capitalista sob o crivo da crítica, colocaremos o discurso fetichizado sob o mesmo crivo sem nos perdermos (em termos de escala de importância) no papel que um (o espaço) e outro (o discurso geográfico) tem nas próprias determinações do real.

Se a fragmentação do real toma aqui esse duplo aspecto (o de ser, por um lado, a expressão territorializada/paisagística da divisão do trabalho e, por outro, o discurso que toma o fetiche por totalidade), não é menos verdadeiro que a fragmentação só pode existir no contexto da totalidade. (4) Se não há, por exemplo, escravo sem senhor, não há, igualmente, senhor do nada. Se não há proletariado sem burguesia, não há burguesia sem a proletarização da força de trabalho. Assim como o senhor só é senhor para si se for senhor de alguém, a fragmentação só é identidade singular na relação entre singularidades. A totalidade é a condição da fragmentação, seu par dialético por excelência.

Desdobremos aqui essa reflexão. Se admitimos que a parte só tem sentido quando inserida no todo, o que identifica a parte é sua singular relação com as demais partes do todo. E nesse senti-

do que o real se movimenta (enquanto todo e enquanto parte do mesmo todo) e é com esse sentido, portanto, que se pode (e deve), construir o discurso das partes e do todo.

Se tomarmos como exemplo a temática que justifica este trabalho (o Estado-País no capitalismo monopolista), poderemos já, aqui, buscar mais alguns pressupostos:

A história dos homens ainda não registrou a presença dos Estados Unidos do Mundo. Do que temos registro é da presença do Estado (na forma de países) em todo o mundo. E isso que nos mostra a realidade empírica: o planeta está dividido em um conjunto de Estados-países, cujo grau de heterogeneidade pode ser medido não só do ponto de vista territorial mas também, e fundamentalmente, em termos das mediações político-econômicas que permitem dar a cada um deles uma certa identidade particular.

A presença, no entanto, de formas de exercício do poder político-econômico com características de Estado (tais características veremos no capítulo 3) é um fenômeno relativamente recente nessa mesma história. Tal característica é, no nosso entender, uma das expressões fundamentais de um processo histórico que somente agora se coloca como realmente mundializado. E nessas condições, no entanto, que o todo e a parte se expressam como tais. Se, de um lado, a história dos homens se desenrola sobre o planeta num jogo de fluxos sequer imaginado em outros períodos históricos - porque agora a mundialização toma caráter definitivo - por outro lado, o movimento (sinônimo de diferença, de contradição) que compõe, faz, consolida, dá forma ao todo, é jogo de partes. A tecitura orgânica da civilização (Nietzsche)

(5) se consolida na reificação das partes em termos de Estado-Nação, (Hegel) (6) pois tal tecitura, espalhada horizontalmente por todo o planeta, não é mais que trabalho socialmente dividido, que contradições estruturais da "civilização" das classes (Marx), materializada territorialmente como países e tendo os limites dessa territorialidade nas fronteiras. Vistas de dentro para fora, tal materialização é espaço vital (Darwin-Hegel-Ratzel) (7) ou região, cuja homogeneidade não é mais que o reconhecimento do Estado como motor fundamental da relação homem-natureza (Durkhein-La Blache) (8). Vista de "fora" para "dentro", dando ao particular sua condição dialética de só existir enquanto particular do geral, cai por terra a densa paliçada (fortalecimento ideológico das fronteiras), e se observa um fino e delicado filtro, condição "sine qua non" na mediação entre o geral e o particular, entre o modo de produção e sua realização efetiva, entre a abstração "classes sociais" e sua materialidade territorializada.

Para concluir essa apresentação do conteúdo que pretendemos construir, fica a questão fundamental: a ruptura.

> "Essa condição imposta à história dos homens de, para efetivamente existir, ter de adquirir uma forma espacial dada, decorre do fato de o modo de produção da vida material desses homens pressupor a territorialização da produção." (Moreira, 1985 : 26).

Além disso, impõe uma outra: a transformação (ruptura) com a estrutura do modo de produzir a vida é igualmente ruptura (transformação) com (da) a espacialidade criada pela territorialização desse movimento. Assim, o real concreto não

pode ser considerado como a mera somatória de todas as cidades com todos os campos, de todas as montanhas com todos os vales, de todos os países com todos os seus homens e mulheres. O real concreto é a síntese de todas essas e muitas outras determinações. Só a busca da lógica dessa síntese pode nos dar os fundamentos e caminhos de suas transformações. Considerando que construção é o par dialético de destruição, que a história é um devir infinito de negações (que por negar afirma seu contrário e constrói sua síntese) teremos, então, que revolução é a negação de uma espacialidade e construção de outra. Não há negação do nada. O ato de negar só nega o que afirma: o movimento territorializado; tempo-espaço; história da natureza na sua expressão mais próxima de nós: os homens enquanto sociedade.

A Unidade Espacial sob a Ótica de uma Natureza para o Estado-País: a Segunda Natureza

> "A relação do gênero humano com a natureza é, ao mesmo tempo, a história natural da humanidade (...). Por isso não há senão uma história universal, a história do homem e da natureza: a história é una, ou seja, a história do trabalho humano em relação à natureza, ou a história da produção, da indústria e da ciência." (Krader, 1987 : 263).

> "A história é espaço porque é movimento em perpétuo devir; e sem materializar-se em formas espaciais concretas, o devir não se efetiva e a história inexiste (...). O espaço compõe a própria lógica das determinações, e só no interior dessa dialética pode ter sua lógica desvendada, e, então, pode propiciar o desvendamento da lógica e direção das determinações da história." (Moreira, 1985 : 15).

> "O trabalho não é fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material), nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem." (Marx, s/d : 209).

Por que discutir a natureza num trabalho cujo título aponta para a discussão do Estado-país no capitalismo monopolista? Estaria, somente, em nossas preocupações o fato de que a Geografia "também" cuida da natureza? De que a Geografia dividiu-se em Física e Humana? Ou, por outro lado, na posição de alguns geógrafos críticos, de que a natureza deve permanecer no discurso geográfico com um estatuto científico próprio, (Moraes e Costa, 1984 : 56 e segs.).

Tomando como ponto de partida o já exposto no item anterior, interessanos mais, neste momento, a crítica à alienação socialmente criada pela divisão social do trabalho na relação entre o

homem e a natureza que, propriamente, o discurso que consolida (ou dá como natural) tal alienação, sem que, evidentemente, tenhamos a intenção de perder de vista este segundo ponto.

O que é Natureza? Se tal pergunta possui uma resposta, teremos necessariamente que encaixar aqui uma nova pergunta: para quem a Natureza é o que se diz que ela seja? As duas questões estão imbricadas pois, considerando que qualquer definição de Natureza implica na existência de um definidor que está absolutamente inserido nessa mesma Natureza, devemos buscar a resposta dando conta das duas variáveis simultaneamente. Uma definição de Natureza à priori sempre corre o risco de garantir o mesmo processo de clivagem entre o "pensador" e seu objeto ou, em outras palavras, perder a noção de totalidade.

Se buscarmos compreender a Natureza como um exercício que pressupõe uma alienação (o Homem pensa a Natureza como se dela não fizesse parte) teremos uma resultante que de forma alguma pode ser o próprio concreto. Mesmo do ponto de vista da mais pura relação empírica (sensória), falar em Homem e Natureza é falar da parte (Homem) e do todo (Natureza) (9). Como já observamos anteriormente, parte e todo são pares dialéticos indissolúveis, cujos meandros de realização concreta (o concreto como síntese de múltiplas determinações) se fundamentam na identidade da diversidade. O Homem, indivíduo singular da Natureza, é em si mesmo história da Natureza, e a Natureza, totalidade onde se insere o Homem, a partir da existência dos homens, é história dos homens.

Nesse sentido pode-se afirmar que o ato de viver só é possível na medida em que este se territorializa. A territorialização dos fenômenos da Natureza é, por sua vez, a materialização de

sua própria diversidade. Relação ordenada dos movimentos da Natureza, o trabalho assim se estabelece por ser (mesmo que no âmbito da psicologia) movimento da natureza: espaço-temporalidade. Assim, comer, beber, dormir, pensar, reproduzir, produzir, morrer, nascer são identidades pontuais do trabalho humano, cuja territorialidade tem como fundamento a impossibilidade de existência de qualquer ato por fora da Natureza, e cuja expressão empírica vai do processo de catar alimentos até o ato de comê-los, fazendo com que esse alimento desapareça enquanto objeto externo e se transforme em energia e massa fecal.

Henri Lefebvre reflete sobre essa questão nos seguintes termos:

> "No começo era o Topos. E o Topos indicava o mundo, pois era o lugar; não estava em Deus, não era Deus, pois Deus não tem lugar e jamais o teve. E o Topos era o Logos, mas o Logos não era Deus, pois era o que tem lugar. O Topos, na verdade era pouca coisa: a marca e a remarca. Para marcar houve traços, dos animais e dos seus percursos; depois sinais: um seixo, uma árvore, um galho quebrado, um cairn. As primeiras inscrições, os primeiros inscritos, por pouco que fosse o Topos já era o 'homem'. Assim com o silex seguro na mão, como a vara erguida com boa ou má intenção. Ou a primeira palavra: o Topos era o Verbo; e algo mais: a ação, 'Am anfang war die Tat'. E algo menos: o lugar dito e marcado, fixado. Assim, o Verbo não se fez carne, mas lugar e não lugar.
>
> Partir do lugar mental e social, lugar da identidade e da diferença, lugar marcado (logo destacado) e nomeado (logo dito), logo ligado e religado - por que não? A direção e a orientação, o trajeto e o percurso, vão de um lugar para outro. Existe, a partir de então, o outro lugar (marcado, separado, distinto, mas o mesmo: a isotopia) e o lugar outro (marcado, ligado, alcançado: a heterotopia). E, finalmente e também, há o alhures e o lugar nenhum e o distante (a ordem próxima e a ordem ampla) isto é, o outro e o estranho. O espaço, conjunto de lugares é inicialmente marcado, ou

> seja, escalonado e orientado (...) e o aqui e o alhures (o centro e o horizonte, o céu e o inferno). Logo, a u-topia (o anti-lugar em contraste com o lugar-comum). Outrossim, não é inútil recordar, com vigor, que o espaço social não é somente espaço mental, mas espaço de comportamentos. E que é no comportamento (prática), e não somente na representação, que o tempo mental se realiza socialmente." (Lefebvre, 1979 : 34).

Apesar da reflexão de Lefebvre "falar por si mesma", não é demais realçar alguns pontos: o autor toma emprestado aos escritos bíblicos a reflexão sobre o princípio, sobre a gênese. Se pelo lado da tradição judaica o princípio se encontra numa Natureza não material, isto é, numa Natureza que se coloca metafisicamente como real (no caos, no verbo, em Deus), o autor fundamenta-se na idéia de que o princípio da hominização do Homem se fundamenta na sua relação com a própria Natureza, no seu sentido mais terreno, mais laico. Partindo do princípio da que o movimento da matéria é seu próprio espaço/tempo e que é a dinâmica de tal movimento que identifica cada singularidade na totalidade, o movimento realiza-se enquanto uma marca, uma identidade, um lugar, um topos. <10>

O segundo momento desse mesmo movimento, cuja dinâmica tem a propriedade de avançar no sentido da identidade, é aquele em que a marca se transforma em símbolo (abstração) e, portanto, marca humana. Correlação simbólica no movimento concreto, agir e pensar passam a ser característica (identidade, singularidade) dos seres humanos. A espacialidade humana, como qualquer espacialidade, é movimento singularizado; e a singularidade do humano está na capacidade de transformar ato (marca, que depois de feita é

paisagem) em pensamento (marca abstraida), até porque o pensamento (aqui, marca projetada) se transforma em ato (trabalho).

Como afirma Krader, inspirado nos Manuscritos de 1844, de Marx:

> "A história humana é a história da sociedade como ato de seu desenvolvimento, ainda que na forma alienada da indústria, e compreende portanto a verdadeira natureza antropológica da história; ela é uma parte real e efetiva da história natural, a natureza que se torna humana (...). A alienação primária do homem em face da natureza, causada pelo seu trabalho segue-se a alienação do trabalho na sociedade, que constitui na história a alienação secundária, sendo a primeira alienação a condição da segunda; a segunda não decorre da primeira de modo logicamente necessário." (Krader, 1987 : 263).

Como vemos, Krader detecta o trabalho como a mediação entre o Homem e a Natureza, identificando aí o cerne da alienação. Essa afirmação entretanto, não se justifica a si mesma, pois se o trabalho passar a ser considerado como fonte primária da alienação (trabalho em sociedade, fonte secundária), não poderemos deixar de lado as óbvias perguntas: como? de que tipo? por quê?

Reflitamos alguns instante sobre essas questões, retomando as palavras de Marx:

> "Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o Homem e a Natureza, um processo em que o Homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como se fosse uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve

> as potências nele adormecidas e sujeita o jogo de suas forças ao seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais de trabalho. (...) Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. (...) o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera. (...)
> (...) No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, (...) uma transformação do objeto de trabalho pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma <u>matéria natural</u> adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho está objetivado, e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto (...)" (Marx, 1983 : 149/151).

Cremos encontrar nessa reflexão de Marx o que Krader chamou de alienação primária. O trabalho, "processo entre o Homem e a Natureza" é singularidade na medida em que, na relação entre os dois agentes (de um lado o Homem e, de outro, o Objeto), há um processo de transformação em que o primeiro projeta sobre o segundo suas próprias necessidades. O Objeto, por sua vez, impõe ao Homem um conjunto de limites . Em primeiro lugar, porque o Objeto nem sempre é capaz de responder às necessidades humanas e, em segundo lugar, porque nem sempre a sociedade dispõe de forças produtivas suficientemente desenvolvidas para levar os limites de seu objeto à resposta desejada. Essa relação, cujo apriorismo não se limita à ação teleológica, mas sim à relação entre Homem e Objeto como sujeitos, como unidade, efetiva-se de outra maneira: depois de produzido, o produto do trabalho já não toma mais a aparência de trabalho em processo, mas de valor de uso, num outro patamar que aquele dado antes do trabalho. Assim, a natureza bruta, depois de adaptada pelo trabalho humano, sepa-

ra-se compulsoriamente do próprio ato, para transformar-se em ato realizado e, portanto, passível de uso tanto para quem promoveu a transformação quanto para qualquer um que dela possa apropriar-se.

Do valor de uso primário à "matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma", a "trabalho objetivado" é natureza dada para uma sequência praticamente infinita de novos movimentos. O que é paisagem primária, portanto, num dado momento da relação Homem-Natureza, quando transformado em trabalho objetivado, torna-se condição de novas relações (movimentos). Independentemente da quantidade de trabalho acumulado no Objeto, seu consumo (produtivo ou não) dá-se pela própria condição oferecida ao consumidor. O que se consome, portanto, é Natureza. O Homem (natureza singularizada) consome (transforma e, por transformar, trans-objetiva) natureza objetivada via trabalho. A alienação (fundamento dessa reflexão) se completa (ou se justifica) na mèdida em que o movimento (aqui na sua forma trabalho) objetiva-se gerando novas paisagens. Do trabalho "in ato" (trabalho vivo) ao produto do trabalho (trabalho morto), o movimento só será possível como negação do anterior.

Giannotti, refletindo sobre a mesma questão, comenta:

> "A transitoriedade e finitude das coisas, no ciclo natural, encaminha-se para sua possível utilização, graças à antepresença do produto sob a forma de carecimento. Sob esse aspecto, trabalho é apenas Formung, movimentação e abstração de uma forma já inscrita de modo encoberto e impreciso nas coisas. (...) O novo aspecto da coisa viabiliza o uso que antes se confundia na indeterminação da matéria. Enquanto Formung o trabalho consome a indeterminação da matéria prima, do mesmo modo que consome a

> indeterminação do instrumento, para pôr o produto enquanto possibilidade de novo tipo - Brauchbarkeit. Se a forma, com efeito, individualiza na coisa-aí a parte utilizável, ao mesmo tempo em que a põe equivalente a outra parte de outra coisa (...) não é por isso que se relaciona com a matéria do mesmo modo que a mão amolda um pedaço de terra. Não se resuma na utilização de uma potência, mas configura antes de tudo a transformação duma potência de novo tipo, desde que inserida no processo.
> (...)
> Deslocando o trabalho para o universo do processo, retirando-o da esfera da emersão e surgimento da coisa para situá-lo na circularidade da interiorização, Marx fez dele praxis e não poiesis". (Giannotti, 1984 : 98 e segts.).

Em nossa reflexão, a Natureza é, portanto, produto, condição e limite do próprio movimento. Produto, porque todo movimento produz seu próprio arranjo; condição, porque cada movimento é negação do anterior (e de seu arranjo); limite, porque a negação se faz sobre (sob as condições) o que está afirmado. O trabalho, portanto, produz e faz parte do movimento da Natureza e é sob essa condição que ele se dá, sempre na e com a Natureza. Em outras palavras, o produto do trabalho é Natureza.

Natureza e Estado-País

Não pretendemos desenvolver uma discussão que tenha como ponto de partida o Estado. Por esse motivo nos basta, no momento (e, evidentemente, voltaremos seguidamente ao assunto), compreender o Estado como uma particularidade histórica do movimento humano na sua relação particular com a totalidade Natureza. Não

evitaremos tocar na temática Estado, mas o caminho que escolhemos percorrer coloca o tema como induzido e não indutor do processo. Partimos, portanto, da identificação do processo de apropriação da natureza para atingirmos as mediações políticas e ideológicas que lhe dão as condições básicas de reprodução. O caminho inverso nos levaria fatalmente a confundir a parte (momento histórico/espacial concreto) com o todo (movimento histórico/espacial concreto).

Desse modo, a Natureza aqui é considerada (salvo adjetivação explícita) uma categoria cujo objetivo fundamental é identificar a matéria. Natureza/Matéria/Movimento - bases fundamentais para qualquer reflexão sobre a espaço-temporalidade - são igualmente a base que, explícita ou implicitamente, devem estar presentes na reflexão sobre a Geografia do Capitalismo Monopolista.

Assim, Natureza (totalidade) se expressa de diversas formas, inclusive na forma genérica humanidade (particularidade). A forma particular assim se expressa porque é movimento diferenciado quando comparado a outras formas particulares (singularidade). Considerando, então, que é a singularidade que permite a identidade de cada elemento da Natureza e que, por sua vez, a Natureza é síntese de todos os movimentos singulares (que não existem por fora da própria Natureza) podemos concluir que é possível identificar o Homem, exatamente no momento em que o encontramos como forma singular da Natureza (e, portanto, também como Natureza) e não quando o distanciamos dessa condição, sob pena de colocarmos a humanidade no plano da metafísica.

Tal reflexão - que em outras palavras já foi feita anteriormente - tem por objetivo identificar que o conhecimento da socie-

dade é o conhecimento da Natureza que pensa a si própria. Considerando que o ato de conhecer é expressão do movimento da matéria na sua singularidade "Homem" e que, por estar aí vinculado não é possível conhecer por fora do movimento da matéria, ou, o que é o mesmo, da sua relação espácio-temporal.

Nesse sentido o Estado (expressão singular supra estrutural/conjuntural da singularidade Homem na totalidade Natureza) é, igualmente, uma relação espácio-temporal.

Em outras palavras, assim como o Homem não é a Natureza em sua totalidade, mas sim um movimento singular da mesma, não é o Estado o Homem (nem a sua expressão mais acabada), mas sim um movimento particular da relação Homem-Natureza (aqui, o desdobramento da tríade nos permite identificar a relação Homem Natureza como Universalidade). Se o Estado tem uma natureza (aqui no sentido de característica-fundamento), é o fato de ser produto da Natureza na sua particular expressão humana, o que significa: expressão particular do movimento histórico da relação Homem-Natureza/Natureza-Homem. Só nesse sentido o Estado é natural: é expressão conjuntural do movimento histórico da Humanidade.

Aprofundemos a idéia de que a geração da particularidade Estado na história humana, é igualmente, expressão particular da condição conjuntural (momento histórico) da relação Homem-Natureza/Natureza-Homem. O que se considera aqui é que, para cada relação de apropriação - via trabalho - que o Homem faz da Natureza (sendo que o encadeamento de cada movimento particular - territorialização - se dá igualmente no plano temporal - historicização), implica necessariamente numa variação do movimento

interno da espécie humana, isto é, nas relações dos homens entre si. Nesse ponto completa-se o ciclo lógico da espacialidade: movimento interno que se desdobra externamente e vice-versa, fazendo da Natureza (valor de uso primário) condição de trabalho (valor de uso conseqüente) e do trabalho condição de alienação (separação) primária com a Natureza. Por outro lado, como o trabalho implica em marca, em territorialidade, em transformação concreta do valor de uso primário em valor de uso conseqüente, o que se tem aqui é a transformação das relações dos homens entre si para poderem ter acesso aos valores de uso nas suas duas formas aqui descritas. Tal condição é, por sua vez, pressuposto, porque o trabalho (como movimento que se concretiza a partir da abstração ou simbologia anterior), ao separar o produto do produtor, faz desse movimento a condição para a construção da superestrutura. Nesse ponto, o simbólico, longe de expressar qualquer forma de degenerescência, é a negação da negação. Considerando que cada resultante de trabalho feito (separado) e, portanto, Natureza humanizada, seu valor de uso será maior ou menor de acordo com a condição de ser colocado novamente sob novos atos de trabalho, isto é, sob atividade humana. A resultante dessa reflexão é que, se a Natureza é valor de uso para o trabalho primário, o objeto resultante do trabalho primário é Natureza para um novo movimento (simbiose entre abstração e ato). Assim, infra e superestrutura não passam de determinações de um único concreto. Em outras palavras e atingindo o nosso alvo: considerar a condição específica da relação Homem-Natureza, de caráter capitalista, sem considerar o Estado, é não identificar essa mesma relação e, por outro lado, considerar o Estado como o determinante fundamental

dessa relação é confundir a parte com o todo, colocando não só os homens mas toda a Natureza no plano da metafísica.

Faz-se, então, necessário retomar aqui a afirmação de que o trabalho é o fundamento primário da alienação, gerando a cada ato uma transformação em todos os elementos envolvidos no processo e, portanto, gerando paisagens diferentes como produto/condição da espacialidade. Referência permanente porque condição e, portanto, valor de uso, objeto de trabalho e simbologia de trabalho (além do ato de trabalhar), a Natureza aparece como dado "a priori", mas não passa de condição de trabalho (independentemente da quantidade de trabalho já acumulada). A separação entre os elementos implicados no processo de trabalho implica na fetichização dos mesmos: de um lado o Homem busca em si mesmo uma simbologia (como filho de Deus ou cidadão do Estado), na Natureza uma outra (como criação de Deus ou característica fundamental do Estado), cuja unidade já não se encontra na totalidade do processo, mas na simbologia que ele gera (em Deus ou no Estado).(11)

Aqui é possível compreender porque qualquer análise que tenha como objeto as relações políticas da sociedade humana, e inicie seu trabalho pela mera constatação da existência do Estado, não passa de uma "teologia burguesa". Da mesma maneira que a existência de Deus é pressuposto da teologia, a existência do Estado parece ser o pressuposto da política. Um e outro, no entanto, produtos das relações materiais das sociedades (até porque a materialidade humana implica na simbologia, na abstração, na u-topia, as quais não podem existir por fora da Natureza), só podem ser compreendidos enquanto espaço-temporalidade conjuntural da relação Homem-Natureza. Não são, portanto, dados

"a priori", nem condições imanentes, nem princípios, nem finalidades.

O objetivo dessa discussão não é colocar a categoria Estado sob um plano tal, que a coloque como mera falsidade ideológica identificável das sociedades de classes. Nossa intenção pode ser identificada como a tentativa de explicitação do ato político enquanto movimento da produção e reprodução das relações Homem-Natureza e Natureza-Homem.

De que falamos? Nada mais além que da unidade dos contrários. Concreto e abstrato. Materialidade e abstração. O objeto e o símbolo. O trabalho e a alienação.

Assim sendo, a produção é reprodução. Produção porque é momento, reprodução porque é processo. A produção necessária (que responde a necessidades) é reprodução das condições de produção e, portanto, das próprias necessidades. Por isso é a um só tempo economia e política. Por isso é, num dado momento, capitalismo e Estado.

A Natureza, movimento contínuo, constante devir, espaço-temporalidade absoluta, materializa-se nesse planeta sob diferentes relações de movimento, inclusive na particularidade/singularidade Homem (enquanto planeta e enquanto Homem, portanto) e toma a forma conjuntural de Natureza no capitalismo porque este é forma igualmente conjuntural da relação Homem-Natureza/Natureza-Homem dos últimos séculos. Natureza, Sociedade e Estado devem ser discutidos nessa mesma ordem porque, assim o

entendemos, essa é a ordem das determinações.

CAPITULO II

A FABRICA E O MERCADO NO CAPITALISMO MONOPOLISTA

o que une e o que divide os territórios

"Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produçao globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga as diferenças, reforçando-as e até mesmo dependendo delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos." (Santos, 1988: 46-7)

"Assim, no nível geral da sua transformação em imperialismo, o capitalismo se constitui numa estrutura espacial caracterizada por territorializar-se sob o caráter simultâneo de mundialização e fragmentação do capital. No nível de seu cotidiano se constitui numa estrutura espacial que funda a totalidade na alienação das segmentações. Do plano macro ao plano micro, o capitalismo pressupõe que suas relações contraditórias de classes se configurem em uma estrutura espacial dada: aquela que as manifeste e as disciplinarize em sua reprodução." (Moreira, 1985 : 25-6).

"A produção total capitalista é realizada por um número ilimitado de produtores particulares (...). Eles produzem independentemente uns dos outros, sem nenhum controle social, além da observação dos preços, e sem nenhuma vinculação social, exceto a da troca de mercadorias. Como surgirá então (...) uma produção total efetiva? Colocado o problema dessa forma - que é a primeira forma geral sob a qual o problema se apresenta de imediato -, passou-nos despercebido o fato de que os produtores privados não são produtores simples de mercadorias, mas produtores <u>capitalistas</u>; também que a produção total da sociedade não á nenhuma produção voltada simplesmente para a satisfação das necessidades de consumo, nem tampouco se trata de simples produção mercantil, mas sim de produção <u>capitalista</u>." (Luxemburgo, 1984 : 11).

Algumas das reflexões que fizemos no capítulo 1 aparecem

aqui como ponto de partida: retomamos a noção de trabalho como fundamento da alienação e a divisão social do trabalho como o desdobramento histórico da ruptura ideologicamente construida entre a parte (Homem) e o todo (Natureza), refletindo assim a interpretação feita por Krader dos Manuscritos Econômico Filosóficos de Marx, já citada anteriormente. Assim, buscaremos reconhecer a relação entre as partes e o todo dentro da atual fase do capitalismo. O nosso problema se resume efetivamente, à busca das determinações fundamentais que estabelecem a diferenciação territorial do capitalismo monopolista, isto é, para uma Geografia que se consolida em termos planetários em que escala e sob que premissas se constrói a regionalidade, latu senso (1).

Trabalho e Valor

A categoria genérica "trabalho" deverá aqui tomar o seu contexto histórico, isto é, deverá ser encarada no contexto do trabalho na sociedade capitalista, e não como qualquer trabalho. O problema está em identificar que a relação entre a parte Homem e o todo Natureza é relação de trabalho, e que tal relação sofre transformações: uma, diretamente relacionada ao fato de que todo trabalho feito (trabalho morto) é pré-condição e limite do trabalho vivo, o que em outras palavras significa que o avanço das forças produtivas interfere diretamente nessa relação e, segundo, que a forma pela qual os homens se organizam para efetivar trabalho (sociedade) é condição para o desenvolvimento das forças

produtivas e também seu produto. Portanto, independentemente do homem tribal, escravista, asiático, feudal ou capitalista trabalharem, os mesmos o fazem sob condições diferenciadas, não só quanto à qualidade de trabalho acumulado e previamente disponível para a próxima objetivação, mas também quanto à forma pela qual têm acesso aos meios de trabalho (trabalho morto disponível) e à resultante do trabalho social efetivado (objetivado a cada momento).

Partindo do princípio que qualquer relação entre a capacidade natural do homem de transformar a sua exterioridade em momento de interioridade permite, sempre, nova exteriorização,a qual, por sua vez é pré condição de nova interioridade devemos considerar que o desenvolvimento das forças produtivas é mais que o desenvolvimento do ferramental de trabalho, mas relaciona-se a qualquer condição dada pela relação Homem/Natureza que se estabeleça como pré-condição para novo ciclo produtivo e, então, estaremos diretamente nos relacionando às ferramentas, e também, ao conhecimento, às condições de moradia, aos meios de circulação (tanto objetivos quanto subjetivos), à arte, etc. E, portanto, no capitalismo trabalho acumulado é capital

Em função de tal reflexão, devemos buscar as condições objetivas e subjetivas do trabalho no capitalismo. Dessa maneira, toma importância a radical separação/unidade entre capital e trabalho, que nos possibilita discutir o modo de produção capitalista como possuidor de uma espaço-temporalidade específica e, por fim, buscar desvendá-la.

E preciso um ponto de partida. E preciso buscar no conjunto absolutamente complexo do trabalho de caráter capitalista aquilo

que essencialmente o represente, tanto do ponto de vista do processo quanto de sua territorialidade (ou, se se quizer, de seu arranjo espacial).

O complexo jogo estabelecido com a finalidade de satisfação das necessidades, permite definir a Natureza como fonte primária dos valores de uso. O que nos parece evidente, no entanto, é que a materialização do trabalho nos moldes do modo de produção capitalista tende a realizar-se enquanto valor sob dupla determinação: enquanto uso e enquanto troca. Aqui temos mais um elo fundamental das mediações que permeiam nossas reflexões e, por isso, teremos que nos ater mais aos seus contornos.

A questão do "valor" aparece na Geografia ainda de forma muito confusa. Moraes e Costa, buscando entender a relação entre espaço e valor, afirmam:

> "Para Marx, o valor é, antes de tudo, uma categoria social. Não há valor sem trabalho. Concebe-o em seu duplo significado: valor de uso e valor de troca. O primeiro expressa a substância mesma do valor, o seu fundamento material. Ele exprime a utilidade dos produtos para a satisfação das necessidades humanas, sendo a materialização mesma do trabalho humano. A medida real do valor de uso será, então, a quantidade de trabalho (expressa em tempo de trabalho) socialmente necessário para a sua obtenção. Nesse sentido, a história humana, até o advento do capitalismo, é marcada basicamente pela produção de valores de uso. Com a intensificação do comércio e da produção de mercadorias, a ênfase passará a ser a produção de valores de troca. Contudo, o valor de uso continua tendo uma existência real, só que agora como veículo do valor de troca." (Moraes e Costa, 1984:110-11).

Sobre essa mesma questão, a afirmação de Marx é a seguinte:

> "O trabalho <u>não é a fonte</u> de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material),

nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem. (...) Os burgueses tem razões muito fundadas para atribuir ao trabalho uma <u>força criadora sobrenatural</u>; pois precisamente de que o trabalho está condicionado pela natureza, deduz-se que o homem que não dispõe de outra propriedade senão sua força de trabalho, tem que ser, necessariamente, em qualquer estado social e de civilização, escravo de outros homens, daqueles que se tornaram donos das condições materiais de trabalho." (Marx, s/d:209).

Como resolver a questão? As palavras textuais do autor interpretado pelos dois geógrafos, evidentemente se diferenciam em termos de conteúdo. No primeiro capítulo de "O Capital", Marx aprofunda e desenvolve sua teoria do valor:

"Cada coisa útil (...), deve ser encarada sob duplo ponto de vista; qualidade e quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico.

(...) A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. (...) <u>Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa aos homens muito ou pouco trabalho</u>. (grifo nosso) (...) Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinado, eles constituem, <u>ao mesmo tempo</u> (grifo nosso), os portadores materiais do valor de troca.

(...) Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferentes qualidade, como valores de troca, só podem se diferenciar por sua quantidade, não contendo, portanto, <u>nem um átomo de valor de uso</u> (grifo nosso).

<u>Deixando de lado</u> então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho.

(...) E, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmante necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor.

(...) Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. E esse o caso, quando a sua utilidade para o

> homem não é mediada pelo trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas, etc. (...)".(Marx,1975:42 a 50 e 1983:45 a 49)

Para concluir: considerando que o que move o homem é a satisfação de suas necessidades e que, tais necessidades são históricamente identificáveis (apresentam uma espaço temporalidade própria). Pressupõe-se que na sociedade capitalista a satisfação de necessidades fundamenta-se na produção de mercadorias, ou cujo processo traz, em si mesmo, a geração e circulação de valores de uso, via trabalho assalariado, com o objetivo de acumular capital transformando mais valia em lucro.

Qual é a confusão, afinal? Sem que tenhamos de nos aprofundar na totalidade do texto de Morais e Costa, isto é, permanecendo por enquanto nos limites do trecho citado, observa-se que os geógrafos confundiram valor de uso, valor de troca e Valor para Marx.

O texto marxiano nos parece claro: "A natureza é a fonte dos valores de uso" mas "Na forma de sociedade a ser por nós examinado (sociedade capitalista), eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca".

Por que? Justamente porque "uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor" já que valor aqui é valor para "a sociedade a ser por nós examinada"

Assim, se a Natureza é a fonte de toda riqueza (inclúsive considerando trabalho como Natureza em movimento), o valor no modo de producPh,ão capitalista só assim se apresentará se for enquanto valor para o Capital, isto é, se o coteúdo material de

valor de uso realizar-se enquanto valor de troca. Nesse sentido "é (...) apenas (...) o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de valor de uso o que determina a grandeza de seu valor.

Duas perguntas, no entanto, ficam por ser respondidas: 1) Em que medida valor e espaço se relacionam? e 2) Qual seria a relação entre espacialidade e renda territorial (ou, em outras palavras: qual a diferenc entre valor e renda?). As possíveis reflexões em torno de tais questões é que deverão nos permitir continuarmos a afirmar que o trabalho é a categoria mediadora por exelência da relação Homem-Natureza, mesmo quando tal trabalho se realiza subsumido ao capital e, assim, tornar lógica a afirmação da existência de uma Natureza de caráter capitalista, de onde, o arranjo espacial (paisagem) é sua expressão mais empírica e, por isso mesmo, patamar inicial de qualquer leitura geográfica.

Espacialidade e Valor

Sendo a natureza a origem de todo o valor de uso e o trabalho, natureza em movimento, e considerando que o trabalho objetivado apresenta-se para o homem como uma nova natureza e, portanto, condição de uma nova relação, teremos como fonte básica da divisão social do trabalho a apropriação privada tanto da natureza quanto da resultante do trabalho (nova natureza). Os modos de produção escravista, feudal, asiático ou capitalista têm, em comum, o fato de que tanto o tipo de trabalho (portanto a defini-

ção do tipo de relação entre Homem/Natureza) quanto a apropriação da resultante do trabalho (portanto a definição do tipo de relação homem/homem), está diferenciada por grupos bem definidos (classes sociais).

São, portanto, as relações de produção que definem a mediação entre Homem/Natureza e, é no plano dessas reflexões que propomos o entendimento da diferencialidade espacial (expressa empiricamente como diferencialidade territorial), enquanto condição particular da universalidade capitalismo.

Nesse sentido o Universal (Modo de Produção Capitalista na sua fase Imperialista) particulariza-se particularizando sua forma de produzir e reproduzir valor para o capital o que, definitivamente, não é somente mais-valia, mas justamente, a reprodução das condições gerais da produção capitalista.

Considerando que a diversidade está na relação Homem/Natureza e que a unidade (socialmente construída) está na reprodução do capital temos, então, que independentemente da forma pela qual se expressa o VALOR (exclusivamente como valor de uso - com intervenção ou não do trabalho humano - ou incorporando o valor de troca e até, nas atuais condições históricas, incorporando diretamente a função de ser valor para o capital), ele acompanhará a diferencialidade territorial imposta pela diferencialidade que está, em essência, na lógica da mundialidade/pontualidade da materialização do processo produtivo capitalista.

> "(...) a existência (...) de todo elemento de <u>riqueza material</u> que não seja produto expontâneo da natureza, necessariamente será mediado por uma atividade produtiva especial, orientada para um fim, a qual assimila as necessidades particulares do homem, materiais, naturais, particulares. Como criador de valores de uso, como <u>trabalho útil</u>,

> pois, o trabalho é, independente das formações sociais, condição da existência humana, necessidade natural e eterna de mediar o metabolismo que se dá entre o homem e a natureza e, por conseguinte, de mediar a vida humana.
> Os valores de uso (...) são combinações de dois elementos: material natural e trabalho. Em sua produção, o homem só pode proceder como a própria natureza: vale dizer, trocando, simplesmente, a forma dos materiais. E mais: inclusive nesse trabalho de transformação, se vê constantemente apoiado por forças naturais. O trabalho, portanto, não é a única fonte de valores de uso que se produz, da riqueza material. O trabalho é o pai, como disse Willian Petty e, a terra, a mãe". (Marx, 1973: 52-53).

Se, por um lado, o trabalho é a mediação Homem/Natureza, independente das formações sociais, por outro lado, é nesse contexto e, portanto, na forma pela qual se organiza o trabalho, que está a diferenciação espaço/temporal dessa mesma mediação.

> "Por isso, quando se fala em produção, se está falando sempre de produção num estágio determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos em sociedade". (Marx,1986:05).

Assim:

> "Toda produção é apropriação da natureza por parte do indivíduo no seio e por intermédio de uma forma de sociedade determinada". (Marx, 1986: 07).

Tiramos dessas reflexões, então, o seguinte conjunto de consequências:

1- A diferencialidade expressa pela Natureza implica, necessariamente, na diferencialidade dos valores de uso dos diversos pontos do planeta. Tais valores de uso, por sua vez, sofrem um conjunto de re-definições pois, o desenvolvimento das formações econômicas e sociais impõe (via desenvolvimento das forças produ-

tivas) a atribuição de valores de uso igualmente diferenciados, no tempo e no espaço.

2- Considerando que "produção" é "apropriação da natureza" e que, portanto, dependendo da formação econômica e social tal processo de apropriação sofre um conjunto de modificações (apresentam-se como propriedade comunal ou privada, por exemplo) teremos aqui que, está na configuração da estrutura produtiva a possibilidade ou não da transformação de tais valores de uso em valores de troca e na estrutura das relações entre as classes sociais, em conformidade com a materialização pontual (do ponto de vista territorial) a definição do VALOR de cada lugar no contexto global do modo de produção.

Dois problemas se colocam aqui de forma imediata: o primeiro, refere-se à conceituação de valor, o que, como já vimos anteriormente é, muitas vezes, confundido com preço ou, na pior das hipóteses, faz-se uma miscelânia da teoria marxista, identificando valor como exclusivo produto do trabalho. O segundo, é que se pode confundir o "valor do lugar" acima referido com renda fundiária, o que significa, em última análise (e, no plano simplório da discussão), confundir valor com "preço do metro quadrado de terra". Uma pela outra as duas confusões, geralmente, se inter-determinam e tendem a levar a incorreções que variam entre o cômico e o dramático.

O problema apresenta-se das formas mais variadas: a título de exemplo poderíamos relembrar o fato de que a formação de bacias sedimentares com grandes reservas petrolíferas, de forma alguma está diretamente vinculada aos grandes centros de consumo de combustível, tal como as grandes reservas ferríferas ou de

bauxita, de forma alguma estão localizadas em função dos centros de produção de ferro, aço ou alumínio. Acontece porém, que a diversidade das matérias primas (somente para continuarmos restritos ao exemplo) necessárias à produção industrial moderna não estabelecem uma mera definição de preços: a expansão da lógica burguesa define, na maior parte das vezes, a atribuição de valores de uso a elementos da natureza que nas sociedades pré-capitalistas sequer eram identificados.

O debate hoje em voga sobre a questão do cobre no Brasil é exemplar: de um lado tínhamos o cobre sendo detectado e extraido (inclusive dentro do programa Grande Carajás) enquanto o Congresso Nacional discutia a questão do monopólio nacional da exploração de minérios. A falta de recursos para a prospecção deixa antever que as reservas brasileiras do metal, deverão permanecer praticamente intactas durante as próximas décadas; de outro lado, um dos maiores consumidores do metal, os produtores de cabos telefônicos, já desenvolvem com grande rapidez o uso de fibras óticas o que, pode transformar as reservas brasileiras de cobre num amontoado de nada. Um metal que, do ponto de vista das organizações tribais conquistadas no século XVI, pouco ou nenhum valor de uso possuia, ganha extrema importância no nosso século para, num futuro próximo novamente ser jogado no esquecimento. E importante voltar a realçar: o que não tem valor de uso, independentemente do volume de trabalho acumulado, não tem valor de troca: não tem VALOR para o capital.

Em que medida, então, valor e lugar se entrecruzam? Na medida em que "o lugar" é a condição empírica para a materializa-

ção do processo de produção e circulação, o que, em outros termos, implica em afirmar que é da simbiose entre organização social e condições de produção em que se estabelece o processo de valorização. Não podemos menosprezar aqui, o lado contábil dessa relação, mas indubitavelmente, a tentativa de quantificar essa relação implicaria em reducionismo. Se concordarmos que a reprodução do Capital somente em parte é reprodução contábil, mas efetivamente, acaba por se definir como a reprodução das condições sociais que permitem o processo de acumulação, e que portanto, relacionar a produção de riqueza com a quantidade de trabalho socialmente necessário, para depois discutir a possibilidade de contabilizar no plano monetário a riqueza produzida pelo trabalho é, em última análise, reduzir o conceito de reprodução ampliada do capital ao processo, que se dá empresa por empresa, de reconversão de lucro em mais capital.

Valor e lugar, portanto, só se confundem com preço no plano do mercado. Poderíamos, simplificadamente, definir que um montante de capital fixo (x) é suficiente para a construção da fábrica (y) mas estaríamos propensos ao erro se considerarmos que tal fábrica poderia ser montada em qualquer lugar, pois, independentemente do fato de podermos garantir para qualquer lugar um mesmo montante de (x) e (y) tais montantes não definem a priori as relações sociais de cada lugar. Tais relações, por sua vez não são, necessariamente, a resultante de um montante (z) de investimentos previamente feitos. Nos exemplos das bacias petrolíferas ou das minas de bauxita e ferro, temos de levar em consideração as formas pelas quais as sociedades do Oriente Médio, da Jamaica e do Brasil (restringindo as fontes) estão organizadas, ou não

teremos uma avaliação "valorativa" do significado de tais matérias primas no processo de produção.

Para ampliar nossos exemplos, poderíamos tomar um mero aparelho de TV. Não há dúvidas de que tais aparelhos são frutos do trabalho humano; por outro lado, também podemos escolher um sem número de outros que, em igual quantidade ou não, podem equivaler ao preço de um TV no mercado. Se um TV equivale a um refrigerador, poderíamos nos ater indefinidamente à necessidade de provar que tanto um quanto outro, possuem a mesma quantidade de trabalho acumulado. Tal discussão, já o dissemos, profundamente importante, não é no entanto, suficiente para definir o valor de tais produtos dentro da sociedade. Em outras palavras, qual seria a participação do TV e do refrigerador no processo de reprodução ampliada do capital. Se nos restringirmos ao circuito D-M-D' subjacente a cada um dos eletrodomésticos, pouco ou nada descobriremos. Estaremos nos restringindo a verificar o "quantum" de investimento, mais valor, lucro, capital valorizado estará se movimentando para o fabricante dos aparelhos e deixaremos de ver que tanto o TV quanto o refrigerador desempenham importante papel (valor de uso) no processo de reprodução capitalista, tanto para o fabricante em particular, quanto para o processo de organização da sociedade, que permite e define a existência desses "inocentes" aparelhos domésticos.

Desconectando cada objeto, seja um TV, refrigerador, mesa ou janela, do fato que, como trabalho objetivado, natureza modificada, nova natureza, transformarem as condições (interferirem no jogo das determinações com maior ou menor peso) da reprodução das

condições de produção, teremos transformado a teoria do valor num problema meramente contábil e, no campo das simplificações, estaremos inteiramente aptos a criticar o papel da relação entre infra e supra estrutura como uma crise estruturalista do marxismo. Daí para a frente só mesmo classificando de indeterminação a incapacidade de se analizar o jogo infinito das determinações.

Como tais questões aparecem nas análises espaciais? Para refletir sobre esse tema, resgatamos aqui um pequeno trecho da obra "O capital e seu espaço" de Alain Lipietz:

> "(...) iremos procurar compreender como o capitalismo se reproduz e se desenvolve sobre (ou em um) espaço diferenciado. Devemos refletir:
> 1- Sobre o que é o próprio espaço (...)
> 2- A partir disso: como o materialismo histórico nos permite compreender o caráter heterogêneo, desigualmente desenvolvido, do espaço concreto, e a polarização entre as nações, entre as regiões? E isso não partindo do grande princípio da 'lei do desenvolvimento desigual', mas partindo de causas concretas.
> 3- (...)
> 4- 'O capitalismo' não é uma entidade dotada de razão, mas a estrutura que domina e que reproduz a prática de agentes privados: os capitalistas. A regulação destas práticas privadas que concorrem para a reprodução do capital social é a lei do valor. Existe uma 'lei do valor no espaço', que regula especialmente a atividade dos capitalistas individuais? Veremos que não.
> 5- Os simples mecanismos econômicos não permitem dominar nem as consequências sociopolíticas do desenvolvimento desigual, nem mesmo as condições de inscrição no espaço das atividades capitalistas, e chegaremos assim ao papel do Estado". (Lipietz, 1987 : 13-4).

O rol temático apresentado pelo autor, e aqui parcialmente reproduzido, de certa forma abarca o conjunto temático de nosso trabalho, o que evidentemente, nos obriga a polemizar um pouco

mais longamente com o texto. Resgatemos em primeiro lugar algumas questões de cunho metodológico.

1- No ítem segundo, Lipietz afirma a possibilidade de "como o materialismo histórico nos permite compreender o caráter heterogênio, desigualmente desenvolvido, do espaço concreto" sem partir do "grande princípio da lei do desenvolvimento desigual e comenta, numa nota de pé de página, que "Marx, Lenin e Mao, muitas vezes insistiram sobre o fato de que as grande leis (...) não podem desempenhar um papel explicativo . E preciso em cada caso, na análise concreta do particular, encontrar seu caráter universal". Vale a pena perguntar-nos o que significa encontrar o Universal no Particular se nos dirigimos a ele sem pressuposições. O que nos parece claro em Marx, é a necessidade de , a cada ponto, a cada dado empírico, construir-se o "concreto em pensamento", o que, em última análise, significa tecer o jogo das determinações que definem o real enquanto conhecimento. Partir de causas concretas, como quer Lipietz, não quer dizer absolutamente nada no materialismo histórico e dialético, pois, enquanto causa, a partir do momento em que se transforma em discurso, se transforma em abstração e, portanto, num jogo de categorias. Partir de "causas concretas" pode, quando muito, manter-nos no plano do fenomenologismo-empirista.

2- O autor, no entanto, não é absolutamente coerente com tal proposição. Não só porque parte da necessidade de se conceituar espaço, como, no item dois já o define como capaz de desenvolvimento e, finalmente, de um desenvolvimento desigual. Se não usa a categoria como "lei" a usa como pressuposto.

3- No item quatro o problema se repete num outro patamar:

quando o autor afirma que o capitalismo "não é uma entidade dotada de razão, mas a estrutura que domina a prática de agentes privados: os capitalistas". Entendemos, então, que a racionalidade capitalista está subsumida a uma estrutura que, em si , não é racional. Ora, a discussão só teria sentido se a frase parasse justamente quando o autor afirma que o capitalismo não é uma entidade, pois, de resto, capitalismo sem capitalista não existe, e da forma como foi feita a afirmação busca-se uma dicotomização entre o capitalismo (que aparece como entidade não racional, mas que, enquanto estrutura não deixa de ser entidade) e o capitalista. Por outro lado, temos aqui a necessidade de eleger uma lei geral (a lei do valor) como reguladora das práticas gerais, mas, mesmo assim, o autor considera que a lei do valor não se aplica ao espaço, como temos defendido até aqui. Por que será? O problema se inicia na compreensão de Lipietz sobre o que é espaço. Vejamos:

> "Enquanto o tempo tem sido desde há muito objeto de longas e profundas reflexões filosóficas e epistemológicas, a reflexão sobre seu par, o espaço, parece ignorada não somente pelos filósofos, mas mesmo por aqueles cuja profissão é estudar-lhe o conteúdo: os geógrafos". (Lipietz, 1987:15).

Fundamentando-se no pensamento corrente da Geografia na França, principalmente do grupo ligado à revista Herodote, o autor faz a crítica aos geógrafos com base nas preocupações mais recentes para a construção de uma "geografia crítica". O que o autor não tomou atenção foi quando generalizou uma discussão interna dos geógrafos incorporando os filósofos ao mesmo problema. Se, num certo sentido, dizer que os geógrafos não se preocu-

param com o Espaço é confundir a falta de preocupação com a incapacidade de solução, afirmar o mesmo dos filósofos é, no mínimo, desconhecê-los. E o problema com os filósofos fica mais claro um pouco mais à frente:

> "Certamente, toda realidade material existente (...)tem uma dimensão espacial e temporal, e as categorias (intelectuais) de espaço ou tempo referem-se às condições da existência material,(...). O que deve ser criticado é justamente a concepção empirista que faz do 'espaço' e do 'tempo' realidades neutras, onde vêm se confrontar outras realidades (...) para aí se inscreverem ou desenrolarem; (...).
> Para criticar o empirismo, não partiremos da crítica geral que Louis Althusser fêz dela no seu 'Curso de Filosofia para Cientistas'. Partiremos de sua crítica à concepção empirista do tempo (na sua versão refinada, a concepção hegeliana) tal como a desenvolveu em Ler o Capital:
> 'Podemos isolar duas características essenciais do tempo histórico hegeliano - a continuidade homogênea e a contemporaneidade do tempo:
> 1a. A continuidade homogênea do tempo.(...) O tempo pode ser assim tratado como um contínuo, no qual se manifesta a continuidade dialética de desenvolvimento da idéia. Todo o problema da ciência da história recai, então, neste nível, na divisão deste contínuo segundo uma periodização correspondente à sucessão de uma totalidade dialética a outra.(...) E ainda o problema principal da historiografia moderna.
> 2a.A contemporaneidade do tempo, ou categoria do presente histórico. Esta segunda categoria é a condição de possibilidade da primeira e é a que nos vai revelar o pensamento mais profundo de Hegel. Se o tempo histórico é a existência da totalidade social, é necessário precisar qual é a estrutura dessa existência.(...). A estrutura da existência histórica é tal que todos os elementos do todo coexistem ao mesmo tempo, no mesmo presente, e são, pois, contemporâneos uns em relação aos outros no mesmo presente." (Lipietz, 1987:18-19).

Há de se estranhar, em primeiro lugar, que Althusser tenha se limitado a discutir a questão do Tempo em Hegel sem, "ao mesmo tempo" ter tomado a tarefa de discutir a questão do Espaço, já

que o filósofo alemão tende a discutir as duas categorias em conjunto. Talvez Lipietz tenha cometido seu primeiro engano justamente nessa questão: tentar discutir Hegel através de Althusser e não a partir do próprio Hegel. Deixemos, no entanto, os caminhos escolhidos por Althusser de lado e fiquemos, somente, nas conclusões que serviram de base para as reflexões de Lipietz.

Temos de voltar a Hegel para resolver a questão. Na "Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome" (Hegel,1989) temos um dos exemplos de como Hegel observava a questão do Tempo e do Espaço:

> "* 254 : A primeira determinação da natureza é a universalidade abstrata de sua exterioriedade cuja indiferença privada de mediação é o espaço.Este é a justaposição inteiramente ideal, porque é o ser-fora-de-si, e simplesmente contínuo, porque esta exterioriedade é ainda de todo abstrata e não tem em si qualquer diferença determinada.
> (...)
> Falar de pontos espaciais como se constituissem o elemento positivo do espaço é inadmissível, visto que o espaço, em virtude de sua falta de distinção, é apenas possibilidade, e não posição do ser reciprocamente exterior e do negativo, portanto, simplesmente contínuo; o ponto, o ser-para-si é, pois, antes a negação do espaço e, claro está, nele posta.
> * 257 : A negatividade que se refere como ponto ao espaço e nele desenvolve as suas determinações como linha e superfície é, na esfera da exterioriedade, igualmente para si e põe aí as suas determinações; mas ao mesmo tempo no modo conforme à esfera da exterioriedade, aparece aí como indiferente perante a justaposição imóvel. Posta assim para si, a negatividade é o tempo.
> * 258 : O tempo enquanto unidade negativa do ser-fora-de-si é de igual modo algo de simplesmente abstrato e ideal. E o ser que, enquanto é, não é e, enquanto não é, é; o devir intuído, isto é, que as diferenças simplesmente momentâneas, a saber, que se negam imediatamente, são determinadas como diferenças extrínsicas, isto é, externas a si mesmas.
> (...)
> O tempo é tão contínuo como o espaço, pois é a negatividade que abstratamente se refere a si, e

nesta abstração não há nenhuma diferença real.

* 260 : O espaço é em si mesmo a contradição da exterioriedade indiferente e da continuidade indiferenciada, a pura negatividade de si mesmo e a passagem logo de início para o tempo. Igualmente o tempo, visto que os momentos unificados e opostos se negam imediatamente uns aos outros, é o cair imediato na indiferença, na exterioridade indiferenciadada ou no espaço. Assim, no espaço, a determinação negativa, o ponto exclusivo, já não é em si apenas segundo o conceito , mas é posto e é concreto em si mediante a negatividade total, que é o tempo;- o ponto assim concreto é o lugar.

* 261 : O Lugar, por conseguinte, a identidade posta do espaço e do tempo, é também logo a contradição posta, que o espaço e o tempo, cada qual em si mesmo, constituem. O lugar é a individualidade espacial, portanto, indiferente, e é tal só enquanto agora espacial, como tempo, de maneira que o lugar é imediatamente indiferente em relação a si enquanto este, exterior a si, a negação de si e um outro lugar, mas esta espacialidade indiferente se põe também imediatamente como temporal, é o movimento.- Mas semelhante devir é de igual modo o coincidir em si de sua contradição, a unidade que está aí imediatamente idêntica dos dois, a matéria." (Hegel, 1989:18 e 26).

O que podemos depreender da reflexão hegeliana? Essencialmente que as categorias Tempo e Espaço, enquanto categorias, no mais alto grau de abstração, apresentam-se como um contínuo. O que Althusser não percebe (pelo menos no texto apresentado por Lipietz) é que tal contínuo apresenta, como realização, a sua própria negação. A dialética hegeliana vai nos apresentar a questão Tempo e Espaço do ponto de vista do Idealismo Objetivo e, por isso mesmo separa Tempo e Espaço de Lugar. Mas, longe de qualquer mecanicismo, consegue compreender que o Lugar é a realização, pela negatividade, da relação Tempo-Espaço e, portanto, expressão concreta do contínuo. Que contínuo? O contínuo que nega a si mesmo realizando-se enquanto coisa, enquanto fato e, portanto, contido no contínuo pois, tempo e espaço só se realizam pela

sua própria negação que, por ser lugar, espácio-temporalidade negada, está no espaço e no tempo e dele não pode ser tirado sob pena de ser esclerosado. (2)

Idealismo? Em parte... Empirismo? Jamais!

Como observa Lenin:

> "o idealismo inteligente está mais próximo do materialismo inteligente do que o materialismo tolo." (Lenin, s/d:367).

Onde está, portanto, o problema? Justamente no fato que, para os idealistas o Universal apresenta-se separado do ser-em-si. O jogo das categorias, no entanto, apresenta-se como o exercício fundamental do texto de Hegel. A separação não o impede de transitar entre a "exterioridade da Natureza" e a Matéria pela via da realização (negatividade) do tempo e do espaço.

Para Althusser o problema do "contínuo" confunde-se de forma absolutamente equivocada na medida em que tem dificuldades de definir a relação entre a abstração absoluta e sua negatividade permanente.

Voltemos a Lipietz:

> "Se a lei do valor regula as trocas de mercadorias entre as unidades econômicas e assim assegura a contabilidade social de trabalhos privados efetuados independentemente uns dos outros, antes de mais nada é preciso constatar que, desde que se considere a dimensão espacial, não se trata mais de <u>troca</u> entre as unidades , mas de justaposição, <u>posicionamento relativo</u> das implantações industriais, das residências, dos locais comerciais, etc. Entretanto, este posicionamento deve também resolver (ser a dimensão espacial da resolução...) a contradição social/privado. E ele se apresenta desde o princípio como não dizendo respeito à lei do valor, mas ao contrário, como vindo a perturbá-la sob a forma de 'efeitos externos', mesmo que seja apenas pela consideração dos custos de transportes.
> Por conseguinte, a <u>forma-valor</u>, o fato dos produtos

> do trabalho se apresentarem como mercadorias, tendo um valor de troca, não pode ser a forma do que seria uma 'lei do valor no espaço', assegurando a regulação espacial da reprodução ampliada, no sentido muito preciso de que a lei do valor é o fundamento da repartição do trabalho vivo e morto entre os diferentes ramos (...) e, ao mesmo tempo, o meio pelo qual se efetua essa repartição." (Lipietz, 1987:136-137).

O texto nos permite observar que Lipietz caiu na mesma armadilha que de forma tão criteriosa buscou escapar. O início do texto é suficientemente claro: "a lei do valor regula as trocas", etc. Nada a contestar se não fosse o fato de que, a partir de tal afirmação a "lei do valor" passa a ser a "lei das trocas" ao invés de simplesmente regulá-la. Mais à frente, a surpresa (ou armadilha) se completa:"desde que se considera a dimensão espacial (considera-se) o posicionamento relativo das implantações industriais", etc. Resultado, a feroz crítica aos empiricistas acaba se esvaziando numa espacialidade cujo conceito se limita às localizações. Tal como a "lei do valor" em Lipietz o espaço só existe no plano do mercado e, só diz respeito à lei do valor como uma espécie de perturbação (quem sabe como custos de transportes?).

No segundo parágrafo da citação Lipietz usa os termos corretos no alvo errado. É justo afirmar que a forma valor incorporada ou apresentada como mercadoria não é (e aqui completaríamos: necessariamente) a "forma do que seria uma lei do valor no espaço". Afinal, a forma como uma dada lei se apresenta não é a Lei. Tal confusão acaba por transformar a crítica às visões empiricistas do espaço no mesmo tipo de empirismo: confunde-se portanto, o espaço com sua expressão territorial. Não se aprendeu

o suficiente das lições de Hegel e as confusões em torno de Marx tornam-se a resultante previsível.(Poderíamos aqui continuar girando em torno do texto citado tentando entender o porque as distâncias territorias não expressam condicionantes relacionadas à lei do valor quando o próprio autor afirma que o fenômeno provoca perturbações. Qual seria a relação entre tal afirmação e a determinação dialética da unidade dos contrários e do concreto como síntese de múltiplas determinações?).

Em primeiro lugar, é fundamental lembrarmos que a inexistência do modo de produção capitalista não elimina a existência do valor. Em segundo lugar que o modo de produção enquanto tal não é a somatória (mas a síntese) das atividades privadas e o privado apresenta-se, sempre, como a expressão particular da universalidade modo de produção do qual fazem parte. Em terceiro e último lugar, que o objetivo do capital é a valorização de si mesmo e que a forma dinheiro é, somente, uma das expressões desse circuito cujo objetivo é acumular trabalho e não dinheiro (em alguns momentos pode ser até trabalho na forma dinheiro). Nesse sentido, a possibilidade de transformar valor em dinheiro, como característica do modo de produção capitalista (realce-se aqui que é uma característica marcada pela necessidade de transformação de mais-valia em lucro), não expressa o fato que o que não é dinheiro não é valor.

Entre os geógrafos brasileiros poucas publicações colocaram em discussão a relação entre valor e espaço. Dentre elas a que mais circulou nos últimos anos foi a obra de Morais e Costa (1984) "A Valorização do Espaço". Já no referimos, que os autores fazem uma confusão grosseira em relação ao conceito de valor em

Marx mas, consideramos importante retomar a discussão dos dois autores no sentido de realçar a forma pela qual aplicaram o conceito em torno da questão espacial:

> "As sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem, como visto, relações vitais com o espaço. Nas palavras eloqüentes de Milton Santos: 'Produzir é produzir espaço'. Esse é o nosso fundamento geral: o desenvolvimento histórico ilustra a objetividade e a materialidade dessas relações em suas múltiplas manifestações. Nesse sentido, ficou claro o papel do trabalho como mediador universal dessa relação. Sendo o trabalho a fonte do valor, essa relação, do ponto de vista do marxismo é fundamentalmente um processo de valorização.
> Ao longo dessa exposição, foi levantada uma série de pressupostos que o objeto deverá conter. Em primeiro lugar, a idéia de que ele deve, necessariamente, ser um processo. Além disso, a sua delimitação deve advir de um corte ontológico, ou seja, de uma identidade no próprio real. Nesse sentido, a valorização do espaço, não se confunde imediatamente com outras manifestações da vida social, pois possui movimento próprio, elementos específicos que a caracterizam e resultados históricos-concretos particulares. Como já foi observado, afirmar que a contradição capital-trabalho "explica" a organização do espaço no modo de produção capitalista, por exemplo, não contribui muito para o geógrafo crítico, pois tal afirmação, dada a sua generalidade, enturva justamente a compreensão da especificidade desse processo. Foi apontado, ainda, que o objeto geográfico, apesar de sua 'relativa autonomia' deve, como todas as demais instâncias da realidade social, expressar as determinações fundamentais das formas de produção e reprodução da vida material em que ele se inscreve.(...) Cada modo de produção terá, assim, o seu modo particular de valorização.
> Foi apontado, ainda, que qualquer processo social deve ser explicado no âmbito da discussão sobre o valor e trabalho, pois são essas as categorias da materialidade social. Ora, o processo de valorização tem, nessas categorias, o seu módulo explicativo. Assim, a relação sociedade-espaço é, desde logo, uma relação valor espaço, pois substantivada pelo trabalho humano.(...)
> Inicialmente, para fins de análise, temos de fazer a distinção entre valor no espaço e valor do espaço". (Moraes e Costa, 1984:121 a 123).

Não é necessário irmos adiante. O leitor atento já deve ter detectado o quanto confuso é o texto que ora apresentamos.

Vamos iniciar pelos pressupostos: O objeto (espaço, provavelmente) deve ser encarado como um processo de caráter ontológico e, por isso mesmo, não se deve confundir a valorização do espaço com outras manifestações tais como a relação entre capital-trabalho. Tal afirmação está, no entanto, ligada diretamente a outra: " o objeto geográfico" tem uma "relativa autonomia" (isso bate com a afirmação anterior) mas "deve , como todas as demais instâncias do processo social, expressar as determinações fundamentais das formas de produção e reprodução da vida material que ele inscreve". Não há como entender tal confusão. Ou o espaço geográfico deve ser visto como um "ser-em-si"e, portanto, com sua definição de caráter ontológico e sua relativa autonomia não é relativa, ou, por outro lado, não é a relação capital-trabalho a relação fundamental da sociedade capitalista (isto é, que a diferencia das demais sociedades). Assim, ou o espaço social é o movimento mesmo da sociedade e não somente a expressão territorializada de tal movimento, e, portanto, tem como determinantes fundamentais as mesmas determinantes do movimento da sociedade, ou o espaço não passa da geometria e, aí, caimos no empirismo rasteiro.

Vale aqui realçar que os autores chegam a deixar de lado a relação entre capital-trabalho por considerá-la demasiadamente genérica (e não pelo fato de tal relação não existir ou não ter importância) mas não se vexam de propor a relação entre espaço e

valor como o ponto de partida para a análise geográfica. Isso é absolutamente ininteligível, já que a relação entre capital e trabalho identifica simplesmente um tipo de sociedade e a relação entre valor e espaço é absolutamente genérica em todas as sociedades, ou o que é o mesmo, é a relação K x T que define o significado de valor na sociedade capitalista.

Considerando, por fim, que para os autores a sociedade estabelece relações com o espaço, isso significa que sociedade e espaço são coisas diferentes, unidas somente por um processo relacional, não de categorias mas de materialidades diferenciadas. O que acontece é que, em última análise, o espaço incorpora o que é próprio do movimento das sociedades, isto é, o valor. Tal raciocínio tem um problema central: o de dividir o que é único na realidade. A divisão, possível e necessária, das categorias de análise acaba transformando categorias em sêres-em-si, com identidade própria, existente independentemente da relação dialética que o constroi, nega e, portanto, o define. Por isso o texto permite o uso de reflexões sobre um possível valor no espaço e outro valor do espaço, dando ao segundo um significado muito mais próximo do de renda territorial.

Mais para relembrar o que já afirmamos anteriormente, o espaço aparece aqui, como valor, porque nele e sobre ele incorporou-se trabalho humano. O engano é, sem dúvida, comum, mas, ao mesmo tempo, deve sempre parecer estranho quando, para cometê-lo evoca-se o pensamento marxista.

A Divisão do Trabalho: Espaço Diferencial e Alienação

Já apontamos anteriormente a importância de considerarmos o tema "alienação do trabalho" como substrato da temática geral que norteia o desenvolvimento de nossa reflexão. O discurso geográfico, no entanto, tem dado exemplos exaustivos de que considera como fundamental a diferenciação territorial, sem que, no entanto, reflita a questão do ponto de vista da Divisão Territorial do Trabalho (DTT). Mesmo autores considerados como "críticos" confundem o jogo das determinações que acabam por definir a diferenciação territorial, perdendo no caminho a unidade do diverso colocada pela relação fábrica/mercado, consignando ao segundo papel principal da identidade territorial.

Em função disso, é importante precisar um pouco mais a relação entre trabalho (enquanto categoria genérica), trabalho na sociedade de classes e, finalmente, trabalho no capitalismo, como categorias básicas para a Geografia (3).

Quando saímos da abstração e observamos o trabalho na sua expressão empírica, identificamos claramente que o trabalho genericamente concebido materializa-se na diversidade social, técnica e territorial contingente à relação Homem/Natureza. A Natureza, entendida como fonte primária de valores de uso, não se expressa de forma homogênea, e a força de trabalho (expressão material da atividade humana no processo) também não pode fazê-lo, já que (como vimos), as pré-condições são, ao mesmo tempo, condição e limite para cada novo movimento. Nesse sentido, a diversidade das

condições é o ponto de partida para a diversidade dos movimentos "in acto".

Devemos estabelecer uma certa "divisão hierárquica". Quando nos referimos à Divisão Social do Trabalho (DST), estamos diretamente preocupados em definir o movimento social gerador da divisão da sociedade em classes. Aqui diferenciaremos o conceito de DST do de DTT. O segundo tem o conteúdo específico de identificar a materialização do primeiro. A divisão/especialização da tarefa produtiva, identificável empiricamente pela especialização do trabalho, é de fundamental importância a partir da constatação de que qualquer tarefa produtiva tende a construir paisagens diferenciadas para as quais usaremos a categoria DTT.

Essa busca de hierarquização no caminho do mais abstrato ao mais empírico tem o objetivo de permitir um canal razoavelmente livre e claro de identificação dos conceitos que buscamos desenvolver (4).

Apresentam-se, portanto, três grandes blocos de reflexão, onde a questão "alienação" aparece nas suas diversas dimensões, e cujo fundamento está na estrutura produtiva. No primeiro plano temos o trabalho enquanto tal que, a cada momento, faz-se subjetivo no processo produtivo, imbricando o trabalhador e as forças produtivas. Tal relação é simultaneamente alienação, pois, socialmente, apresenta uma massa cada vez maior de trabalho objetivado (no capitalismo: mercadoria) que é limite e condição de nova simbiose. Num segundo plano, esse trabalho aparece como trabalho socialmente dividido, onde a especialização sobre a definição do "quem", "quando", "quanto" e "para quem" se produz, expressa o desenvolvimento da estrutura produtiva, isto é, acu-

mulação das forças produtivas e das relações sociais que as criam e destroem. No terceiro plano, o trabalho dividido se expressa como especialização da atividade em si, isto é, no plano mais alienado do processo onde a unidade Nomem/Natureza (todo/parte) coloca-se empiricamente como "expressões funcionais do circuito de produção e circulação", cuja territorialidade fundamental já foi comentada por Marx e Engels n'A Ideologia Alemã, enquanto divisão entre cidade e campo (5).

Os três planos, no entanto, têm algo em comum: o fato de serem, sempre, essencialmente únicos e empiricamente divididos. Homem/Natureza, classe dominante e dominada, cidade e campo. E evidente que o elo de amarração dos elementos citados é a categoria "trabalho" e que o sentido da identidade entre essência e aparência é a alienação.

Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos - que inspiraram Krader na citação que fizemos no capítulo 1 desse trabalho e em torno do qual buscamos refletir o ato de trabalho como ato de unidade Homem-Natureza e o trabalho objetivado como produto, resultante e, portanto, como já separado da ação de produzir (ou alienado) - nos apresenta o trabalho e as relações historicamente constituidas em torno dele como a categoria mediadora que nos permite compreender um movimento de absoluta unidade (objetivação) e ruptura (objeto).

A partir da seguinte reflexão:

> "O produto do trabalho é o trabalho que se fixou no objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho" (Marx, 1989: 159)

Marx propõe:

> "O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem

> o mundo externo sensível. Este é o material onde se realiza o trabalho, onde ele é ativo, a partir do quale por meio do qual produz coisas.
> Mas assim como a natureza fornece os meios de existência do trabalho, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos, nos quais se exercita, de igual modo ela proporciona os meios de etência em sentido mais restrito, a saber, os meios de existência física do próprio trabalhador.
> Por conseguinte, quanto mais o trabalhador se apropria pelo trabalho do mundo externo, da natureza sensível, tanto mais se priva dos meios de existência, sob dois aspectos: em primeiro lugar, o mundo externo sensível torna-se cada vez menos um objeto que pertence ao trabalho ou um meio de existência no sentido imediato, meio para a existência física do trabalhador" (Marx,1989:160)

E conclui:

> "(...) a alienação não se revela apenas no resultado, mas também no processo da produção, no interior da própria atividade produtiva" (Marx,1989:161)

Assim, se:

> "A natureza é o corpo inorgânico do homem, isto é, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive a natureza, quer dizer: a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se interrelaciona consigo mesma, já que o homem é parte da natureza" (Marx, 1989: 164)

E possivel afirmar que:

> "Toda auto alienação do homem, de si mesmo e da natureza, transparece na relação que ele postula entre os homens, si mesmo e a natureza" (Marx,1989:169)

Assim, pode-se afirmar que o cotidiano, ao apresentar-se fragmentado, é, em si mesmo, a reprodução das ações estruturais da própria unidade. Consideramos, portanto, que, cada ato (gestual ou não) individual, independentemente da possibilidade de ser absolutamente imprevisível, não estará por fora das condições e limites impostos pela totalidade em que se inscreve e que o

provoca, como por exemplo, o fato de ser ato humano delimita a pura impossibilidade do ato não ser humano. Tal tautologia de negatividade (ou exclusão para a afirmação), se justifica na medida em que se busca delimitar que as condições materiais históricas são o efetivo/concreto do jogo das determinações do fracionamento/unidade entre essência e aparência na construção (ou, se se quiser transformação) dialética do real.

A DST surge então como a "unidade do diverso". A construção da sociedade de classes, fruto e condição do desenvolvimento das relações entre Nomem e Natureza, coloca-se como pedra angular da construção conceitual sobre as transformações implementadas pelo trabalho. As classes sociais, pluralidade da unidade conceitual chamada sociedade, são o salto qualitativo que nos permite entender as determinações estruturais da espacialidade geográfica e sua conseqüente territorialidade (que tem como dado empírico a paisagem). Burguesia e Proletariado, unidade do diverso na sociedade capitalista, só existem empiricamente enquanto reprodução ampliada do capital e, portanto, enquanto produção, cujo dado empírico é a relação fábrica/mercado.

> "(...) a metamorfose de cada mercadoria é elemento da série de metamorfoses do mundo das mercadorias, da circulação das mercadorias, e do mesmo modo a metamorfose do capital individual, sua rotação, constitui elemento do ciclo do capital social. Esse processo global abrange o consumo produtivo (...) juntamente com as mutações de forma (...) que o possibilitam, e ainda o consumo individual com as mutações de forma ou trocas que o asseguram. Compreende a transformação do capital variável em força de trabalho e portanto a incorporação da força de trabalho no processo capitalista de produção. Aí o trabalhador aparece como vendedor de mercadoria, a força de trabalho, e o capitalista como comprador dela. Mas, na venda das mercadorias

> inclui-se a compra delas pela classe trabalhadora, portanto o consumo individual por esta realizado. Aí a classe trabalhadora aparece como compradora e a capitalista como vendedora de mercadorias aos trabalhadores." (Marx, 1980 : 376).

Visto isso, que já nos aponta a tendência do modo de produção capitalista em nos apresentar a resultante do trabalho social enquanto valor de troca na sua forma mercadoria e, portanto, aparentando ser a riqueza social um conjunto de mercadorias, a territorialidade expressa desse movimento está diretamente vinculada à materialização do processo de trabalho que, apesar de ser mercadoria, organiza-se de forma específica (enquanto fábrica) e, sendo a mercadoria a materialização do trabalho (trabalho objetivado), a realização final do processo também se organiza de forma específica (enquanto mercado). E, portanto, a fábrica o lugar privilegiado da produção do valor, e o mercado o de sua realização.

Ruy Moreira sintetiza o processo nos seguintes termos:

> "A fábrica é, do ponto de vista das forças produtivas, elemento de uma divisão técnica do trabalho, portanto, de um sistema fabril. O sistema fabril é uma rede de relações interdependentes, que empiricamente se exprime sob a forma de uma territorialidade pontual e interligada. Esta intradependência do sistema fabril constitui o mercado. Empiricamente distintos, fábrica e mercado mantém ligações que são a substância do movimento D-M-D'. Isto é, o valor é criado no espaço fragmentário do sistema fabril (o nível pontual de cada fábrica) e se realiza através de seu deslocamento pelo interior da intradependência desse sistema (o nível do mercado)." (Moreira, 1985 : 27).

Dois níveis de contradição são, portanto, definidos dentro

desse processo: o primeiro, dentro do "momento da produção" em que se defrontam o capital e o trabalho, cujo objetivo fundamental é incorporar mais trabalho (e, portanto, mais valor) às condições objetivas anteriormente dadas ao processo produtivo e, o segundo, cujo objetivo é fechar o ciclo da acumulação: a contradição entre os capitalistas ao nível do mercado, já que é aí que o trabalho transforma-se em moeda e, portanto, em lucro.

No capítulo 6 (inédito) d'O Capital, Marx apresenta-nos importantes reflexões sobre o tema:

> "O produto da produção capitalista não é apenas mais valia: é também capital.
> O capital é (...), D-M-D', valor que se valoriza a si próprio, valor que gera valor.
> A princípio (...) a soma de dinheiro ou de valor adiantada só em si é capital, só potencialmente é capital (...). Só no interior deste, graças à incorporação real do trabalho vivo nas formas objetivas da existência do capital (...) se converte em capital real e atuante. (...) O operário vendeu sua força de trabalho. (...) Que cedeu em troca disso? A atividade conservadora de valor, criadora e acrescentadora de valor: o seu trabalho. Em conseqüencia (...) sai do processo como entrou, como mera força de trabalho subjetiva que, para se conservar, terá que percorrer de novo o mesmo processo.
> O capital, ao contrário, (...) no decurso do mesmo transformou-se pela primeira vez em capital real, em valor que se valoriza a si próprio. (...) O processo de produção, por conseguinte não foi apenas o seu processo de reprodução: foi também o seu processo de produção como capital. (...) Porém, com isso não esgotamos a questão. A mais valia converte-se em capital adicional, serve para a formação de novo capital ou capital acrescentado. (...) o processo de acumulação em si mesmo não é mais que um momento imanente do processo capitalista de produção. (...) Estudando o assunto de perto, resulta de que o capital regula esta produção da própria força de trabalho, a produção da massa humana que irá explorar (...) O capital não produz portanto apenas capital; produz uma massa oper'ria crescente, a 'nica subst^ncia gracas ' qual pode a u a , a funcionar como capital adicional. De modo que não é apenas o trabalho que, em antítese consigo mesmo e

> numa escala cada vez mais ampla, produz as condições de trabalho enquanto capital; também o capital produz numa escala cada vez maior os assalariados de que tem necessidade (...) Desta forma, desaparece até a aparência que a relação apresentava à superfície e segundo a qual se defrontam na circulação, no mercado, possuidores de mercadorias dotados de prerrogativas iguais, os quais, como todos os demais possuidores de mercadorias , só se diferenciam entre si pelo conteúdo particular das mercadorias de que dispõem para vender um ao outro (...)". (Marx, 1985 : 133-4-5).

Em essência, o capital é processo histórico específico, e sua característica fundamental está relacionada à forma pela qual se produz e reproduz enquanto capital, produzindo e reproduzindo as condições de exploração da força de trabalho. A essência está, portanto, no processo de trabalho produtivo e não no mercado. A mercadoria é a forma aparente do trabalho, e o mercado é o contexto reificado do processo produtivo. A produção, territorialmente pontual enquanto momento específico de objetivação - via trabalho - da relação Homem-Natureza, espalha-se por todo o território na forma de mercado (isso é, enquanto trabalho já objetivado e, portanto, já alienado). A geografia do mercado é a expressão reificada da essencialidade do modo de produção capitalista.

E nesse sentido que o "Trabalho" toma aqui forma concreta, o concreto em pensamento: D-M-D' e forma empírica territorial: Fábrica/Mercado.

A Especificidade do Trabalho na Especificidade da Paisagem

"Analisaremos agora rapidamente, a relação entre a divisão manufatureira do trabalho e a divisão social do trabalho, a qual constitui a base geral de toda a produção de mercadorias.

(...) O intercâmbio não cria a diferença entre as esferas de produção, mas as coloca em relação e as transforma assim em ramos mais ou menos interdependentes de uma produção social global. Aqui surge a divisão social do trabalho por meio do intercâmbio entre as esferas de produção originalmente diferentes porém interdependentes entre si. Onde a divisão fisiológica do trabalho constitui o ponto de partida, os órgãos particulares de um todo diretamente conexo despreendem-se uns dos outros, decompõem-se, para cujo processo de decomposição o intercâmbio de mercadorias com comunidades estranhas dá o impulso principal, e se autonomizam até o ponto em que a conexão entre os diferentes trabalhos é medida pelo intercâmbio dos produtos como mercadorias. Em um caso é a dependentização do que era autônomo, no outro a autonomização dos antes dependentes.

A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda a história econômica da sociedade resume-se no movimento dessa antítese (...).

Sendo a produção e circulação de mercadorias o pressuposto geral do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho exige que a divisão do trabalho tenha amadurecido até certo grau de desenvovimento no interior da sociedade. Inversamente, a divisão manufatureira do trabalho desenvolve e multiplica por efeito recíproco aquela divisão social do trabalho.

(...) A divisão técnica do trabalho, que confina ramos particulares de produção em distritos particulares de um país, recebe novo impulso da empresa manufatureira, a qual explora todas a particularidades. Rico material para a divisão técnica dentro da sociedade recebeu o período manufatureiro, com a ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, que pertencem à esfera de suas condições gerais de existência." (Marx, 1983 : 277 a 279).

As reflexões sobre a DST e a DTT desdobram nossa discussão no sentido de identificarmos a íntima relação entre as classes sociais e a divisão do trabalho. A polêmica em torno dessa questão entre os geógrafos não é pequena, e, no nosso entender, é um dos pontos estruturais que acaba dividindo ou alterando as con-

clusões possíveis em torno do tema.

Milton Santos observa que:

> "Com a especialização dos transportes e das comunicações cria-se a possibilidade da especialização produtiva. (...) A diminuição relativa dos preços dos transportes, sua qualidade, diversidade e quantidade, cria uma tendência ao aumento do movimento." (Santos, 1988 : 50-1).

Vê-se então que apesar de titular esse item como "Especializações Produtivas e Aumento da Circulação", o autor adota um raciocínio diverso do assumido por nós, imputando às melhorias na qualidade da circulação a responsabilidade pelo desenvolvimento da divisão do trabalho.

Vesentini, por seu lado, coloca em jogo outras determinações:

> "Com a crise econômica de 1929-33 e sua superação e, especialmente, com a Segunda Guerra Mundial (1939-45) e seus resultados, uma nova racionalidade parece ter se imposto na estruturação (contraditória) do capitalismo mundial.
> (...) As intrincadas e crescentes relações e sobreposições entre o militarismo e a grande indústria, juntamente com a pesquisa tecnológica, deram origem ao denominado <u>complexo industrial militar</u>, (...) (o qual) parece ter adquirido um ritmo próprio e intenso de crescimento, independente inclusive da existência ou não de guerras.
> (...) A imbricação e as influências recíprocas sempre foram, na história do capitalismo, notórias e perceptíveis; mas o motor dessa economia e dessa sociedade capitalista nunca foi o armamentismo e sim a produção industrial. Contudo, parece que a partir de um certo momento (...) há uma inversão na ordem das coisas. As questões militares estratégicas passaram a comandar a inovação tecnológica e até mesmo os rumos da 'economia civil'." (Vesentini, 1987 : 55 a 63).

Como se vê, apesar do autor não abrir mão da denominação "capitalismo", este apresenta como determinação central "questões militares-estratégicas" e, portanto, não mais a produção ("há uma inversão na ordem das coisas") e muito menos o mercado.

Mas não é somente entre os geógrafos que a questão está em plena efervescência. Quando Francisco de Oliveira busca uma definição para região, expressa-se nos seguintes termos:

> "(...) um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. (...) no limite, existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer a 'região', no sentido proposto por esta investigação. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é desigual e combinado, mas em alguns espaços econômicos do mundo capitalista, de que talvez a economia norte-americana seja o exemplo mais completo, é inegável o grau de homogeneização propiciado pela concentração e centralização do capital, de forma a quase borrar por inteiro as diferenças entre os vários segmentos do território nacional norte-americano." (Oliveira, 1985 : 27).

As contradições entre os autores são gritantes: Milton Santos transfere a origem do valor para fora do "momento da produção", inseriado-a no plano identificado pelo marxismo como "momento da realização"

Vesentini adota uma espécie de Nietzschianismo hegeliano, ou seja, uma certa mistura entre o niilismo de Nietzsche tendo o

Estado hegeliano como centro da questão. Os militares -que,do ponto de vista do marxismo colocam-se no plano da superestrutura, cuja divisão técnica do trabalho se espressa na forma de um contingente de especialistas em repressão e controle- aqui aparecem como uma espécie de "classe hegemônica" em que o processo de reprodução ampliada do capital não acumula capital: acumula poder militar.

Para Francisco de Oliveira a relação entre a infra e a superestrutura é evidente: formas de reprodução do capital se imbricam com formas de gestão política, gerando diferenciações territoriais identificadas como "regiões". No entanto o autor acaba por confundir a concentração monopolista do capital com a especialização da atividade produtiva, dando à primeira a capacidade de homogeneizar a segunda, o que seguramente dificultará uma análise mais pormenorizada da "espacialidade diferencial" gerada e reproduzida no interior do modo de produção capitalista.

Estas posições citadas apresentam em comum o fato de não conseguirem atingir de forma radical a relação entre a unidade e a diversidade contida no movimento estrutural de reprodução das relações de produção capitalistas, induzindo a uma certa homogeneização conceitual que dificulta o entendimento daquilo que se expressa no empírico e, de uma maneira ou de outra, colocando o processo de gestão política e o mercado, e não a estrutura produtiva, como o centro gerador das contradições.

Paisagem e Divisão Territorial do Trabalho

A paisagem é o ponto de partida da análise geográfica. Isso

equivale a dizermos que o empírico é o ponto de partida para a elaboração do discurso científico.

Mas, vale lembrar que nesse contexto, tomar a paisagem como ponto de partida é também partir de um campo conceitual já construído, cuja empiricidade não pode se furtar do movimento concreto de construção conceitual.

A complexidade do processo nos leva, necessariamente, a trabalharmos com dois níveis escalares de análise: um de cunho qualitativo, onde o jogo das categorias se faz como fundamental, e outro de cunho territorial, onde a identidade da diferencialidade das paisagens se expressa como ponto de apoio na descoberta das próprias categorias.

Yves Lacoste, em seu texto "A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra", busca definir metodologicamente essa questão "escalar", abrindo assim caminho para a discussão que ora entabulamos:

> "A mudança da escala corresponde a uma mudança do nível de conceituação.
> (...) Um mesmo geógrafo pode proceder a um estudo dos problemas de uma aldeia africana, à análise da situação de uma região onde tal aldeia se encontra, ao exame dos problemas ao nível do Estado onde ela se inscreve, e à apreensão do 'subdesenvolvimento' ao nível do conjunto do 'Terceiro Mundo'; esse geógrafo terá de fato discursos bem diferentes (nem que seja só pelo vocabulário) que nem sempre se remete uns aos outros, parecendo mesmo ser excludentes em vários pontos.
> (...) O problema das escalas é portanto primordial para o raciocínio geográfico. Contrariamente a certos geógrafos que declaram que 'se pode estudar um mesmo fenômeno em escalas diferentes', é preciso estar consciente que são fenômenos <u>diferentes</u> porque eles são apreendidos em diferentes níveis de análise espacial." (Lacoste, 1988 : 77 a 82).

O problema está posto. Diferentes escalas territoriais determinam diferentes escalas conceituais. Está posto mas não está resolvido. Quando mais à frente Lacoste propõe sete ordens de grandeza para as escalas territoriais, continua sem resolver o fato de que a diferenciação empírica da paisagem não se determina no plano da escala territorial, mas sim no nível de contradição social territorialmente expressa (como já vimos em item anterior as dificuldades de Lacoste em articular a tríade Universalidade - Particularidade - Singularidade, dificultam substancialmente a construção lógica de sua crítica). Não há tamanho pré-determinado nem para a cidade nem para o campo, nem para a favela nem para os bairros dormitórios e muito menos para as mansões. Em qualquer escala territorial é possível estabelecerem-se diferenças e homogeneizações porque a escala é um conceito a priori e o que deve ser definido é o momento da escolha da escala territorial, em função da "escala conceitual" de que se pretenda fazer uso. O geral e o particular, na análise de Yves Lacoste, desaparece como num passe de mágica, fazendo da pontualidade territorial fenômeno diferenciado da generalidade territorial.

O empírico nos mostra: não há duas paisagens absolutamente idênticas e, por força de serem a expressão empírica da espaço-temporalidade do concreto, a paisagem não é idêntica a si mesma a cada momento. Está correto Lacoste quando critica os geógrafos que afirmam ser possível estudar o mesmo fenômeno em diferentes escalas, pois do seu ponto de vista, o fenômeno é sua expressão empírica é a singularidade e aos olhos do observador, a expressão empírica dos fenômenos se diferencia realmente de acordo com

a escala territorial de observação. O problema de Lacoste é entender o fenômeno no plano de sua aparência, deixando de lado o fato de que a diferencialidade empírica na geografia , está diretamente vinculada ao movimento da totalidade, que se faz pela materialização da própria diferença: motor do movimento.

Voltamos a afirmar: o particular não é particular para si; é particular na sua relação com as demais particularidades, e o geral não é a soma ou homogeneização via generalização das particularidades, mas a síntese enquanto movimento global das diferenças. Assim, a paisagem, pontualmente diferenciada (e, portanto, identificável enquanto particularidade), em qualquer escala que seja observada, não poderá ter qualquer sentido para o conhecimento científico se sua particularidade não estiver devidamente identificada no movimento geral em que, obrigatoriamente, está embricada.

Dessa maneira, consideramos que o trabalho, enquanto categoria genérica, materializa-se territorialmente, e que o trabalho, no modo de produção capitalista, materializa todas as contradições inerentes ao processo de sua reprodução, o que propicia ao observador empírico uma infinitude de paisagens diferenciadas (em função da dinâmica espácio-temporal dos fenômenos), fenomenicamente ímpares, mas absolutamente unificadas na totalidade do modo de produção. O que é genericamente DST, a nível empírico, é DTT. Retomando: Universalidade, Particularidade, Singularidade é a tríade escalar/categorial capaz de dar conta da infinitude da diferencialidade escalar/territorial.

O Espaço Diferencial: A Relação entre o Todo e a Parte

Já observamos anteriormente que a expansão territorial da burguesia é, ao mesmo tempo, sua expansão/consolidação enquanto classe, o que, por sua vez, nos levou a afirmar que teremos aí a expansão de um modo específico de produção que subsume as demais formas sociais de produção já existentes. A expansão burguesa é a subversão da produção pré-capitalista tanto dentro quanto fora do continente europeu.

O dado supletivo dessa reflexão é aquele que nos permite afirmar que a subsunção paulatina dos territórios implicam, constantemente, no re-arranjo de todas as forças implicadas no processo, isto é, tanto dentro quanto fora da Europa a expansão burguesa enfrentará as condições dadas da reprodução social e tais condições serão, sempre, o limite imposto à própria subordinação (6).

A consolidação do pensamento geográfico está absolutamente vinculada a esse problema. O desenvolvimento de um tipo de sistematização de cunho inventariante reflete a necessidade de definição das condições de intervenção próprias à expansão burguesa. Por isso o discurso geográfico, apesar de ter grande importância no levantamento territorial da Africa encontra, também na Europa, grande fònte de inspiração para produções de cunho monográfico/descritivo (o "monográfico", aqui, evidentemente, não pressupõe escala territorial fixa).

Não nos cabe, no entanto, (considerando os limites impostos

a esse trabalho) traçar factualmente a forma pela qual construiram-se relações de produção nos diversos pontos do planeta. Tal tarefa, mesmo que possível, pouco contribuiria dentro do contexto dessa reflexão.

O que podemos, sem perda do fio condutor constatar é que, tanto no interior do continente europeu quanto nos demais continentes onde sociedades humanas constituiram-se, a regra foi a diversidade.

Formações econômico-sociais são, em última análise, expressões da diferencialidade das determinações contidas no movimento Homem/Natueza e, portanto, homem/homem (por isso formação, por isso econômica, por isso social).

Se, como vimos no ítem um a expansão territorialização burguesa sofre da dupla determinação (as condições locais X condições gerais da reprodução capitalista), tal fato tem como base real três considerações:

1- O capitalismo não passa a existir como um passe de mágica mas é um processo de transformação que, se expressa empiricamente de forma diferenciada na linha do tempo;

2- As necessidades de expansão territorial da realização se expressam, ao mesmo tempo, como transformação das relações de produção encontradas sem, com isso, produzir automaticamente qualquer tipo de homogeneização das relações de produção (mediação Homem/Natureza e homem/homem), a um único padrão ou modelo.

3- A expansão é, portanto, espácio-temporalmente diferenciada, jogando, sempre, ponto a ponto, lugar a lugar, momento a momento, com as combinações possíveis do conjunto de determiações

sem, por isso, perder a unidade subjacente ao processo: a acumulação do capital.

Partindo de tais pressupostos, identificamos que a expansão territorial imposta pela acumulação primitiva do capital vai defrontar-se , em cada continente e, em cada ponto dos continentes, com diferentes formas de relações sociais. As chamadas expansão portuguesa, espanhola e inglesa, já substancialmente descritas pelos historiógrafos, imprimiram para cada ponto do território papéis diferenciados, de acordo, de um lado, com a própria lógica da acumulação primitiva e, de outro, com as formações econômico-sociais encontradas. México e Peru, por exemplo, participaram de forma diferenciada do nordeste brasileiro do mesmo processo, onde metais preciosos e cana-de-açúcar não passaram de elementos diferenciados de um único processo. O mesmo se pode afirmar, alguns séculos depois, do nordeste das colônias inglesas na América, da Africa, da India e do Leste Asiático.

A escravização das sociedades tribais americanas e africanas (um dos elementos fulcrais do processo de expansão e consolidação da acumulação primitiva do capital) de forma alguma guardam semelhança com o processo de desterritorialização do campesinato europeu. Um e outro, no entanto, se intra-determinaram, sem que deixassem de expressar , cada um de per-si, a forma singular das relações de classe impostas pelo jogo de determinações já comentado.

E aqui que as análises se confundiram, tanto dentro quanto fora do discurso geográfico. Em linhas gerais, o processo é geralmente visto sob dois ângulos distintos mas complementares:

1- O enfoque, de cunho meramente mecanicista, que relaciona

o acesso/domínio diferenciado das forças produtivas com níveis de desenvolvimento, tendo nos patamares mais concentrados de acumulação capitalista a identidade da otimização do sistema.

2- O enfoque que observa a diferencialidade como limite do desenvolvimento sem deixar claro de que desenvolvimento se fala e que o limite é, sempre, condição de determinação das formas de simbiose entre as relações já "dadas" e as relações "desejadas" pela expansão burguesa.

Assim observou a diferencialidade empírica o filósofo Montesquieu:

> "O ar frio comprime as extremidades das fibras externas de nosso corpo; isso aumenta sua energia e favorece o retorno do sangue ao coração. Ele diminui a extensão dessas mesmas fibras; portanto, aumenta também com isso sua força. O ar quente, ao contrário, relaxa as extremidades das fibras e as alonga, diminui, portanto, sua força e energia.
> Tem-se, assim, mais vigor nos climas frios. A ação do coração e a reação das extremidades das fibras efetua-se melhor, os licores estão em melhor equilíbrio, o sangue é mais bem orientado para o coração e, reciprocamente o coração é mais potente.Esta força deve produzir muitos efeitos. Por exemplo: mais confiança em si mesmo, isto é, mais coragem; mais conhecimento de sua superioridade, isto é, menos desejo de vingança; mais certeza de sua segurança, isto é, mais franqueza, menos suspeitas, menos política, menos malícia. Emfim, isso deve formar caracteres bem diferentes. Colocai um homem num lugar quente e fechado e ele sofrerá, pelos motivos que acabo de expor, um grande enfraquecimento do coração.
> (...)
> Os indianos são naturalmente sem coragem; os próprios filhos do europeu nascidos nas Indias perdem a de seu clima"(Montequieu, 1973:209 e 211)

Assim, igualmente, a viu Ritter:

> "Ao ser as costas africanas periféricas, pouco articuladas, são mais curtas que os demais continentes. Daí a pobreza dos contatos entre o mar e o interior das terras e a dificuldade de acesso

> ao coração do continente. As condições naturais e humanas têm negado ao corpo inarticulado da Africa toda individualização. Tendo em conta que, aqui, os extremos se situam a igual distância do interior das terras (...) todos os fenômenos (...) conservaram um caráter uniforme e particular. Isto é o que explica que o caráter primitivo e patriarcal em que vivem os povos desse continente haja permanecido à margem do progresso e do tempo."Ritter, appud Mundonza et alii 1982:171-172)

Ratzel:

> "Desta forma, considerando-se o homem isoladamente ou em grupo (família, tribo ou Estado), por qualquer ângulo que se lhe observe, se encontra algum pedaço de terra relacionado tanto com sua pessoa , como com o grupo do qual faz parte.(...) Em todos esses casos , estamos na presença de organismos que entram em relação mais ou menos duradoura com a terra, relação no curso da qual troca-se entre eles e a terra todo tipo de ações e reações (Ratzel, apud Mendonza et alli, 1982:194)

E La Blache:

> "A história de um povo é inseparável do território que habita. Só se pode representar ao povo grego em torno dos mares helênicos, ao inglês em sua ilha, ao americano nos amplos espaços dos Estados Unidos (La Blache, apud Mendonza et alli, 1982: 250)

A preocupação de circunscrever no plano da territorialidade, as formações econômico-sociais acaba por dar um fio condutor a esses diversos teóricos. Justificativas de cunho climático e/ou geomorfológico, dando a uns o dom da vingança, a outros da covardia e, ainda, para outros tantos o fato de terem "parado no tempo", não se distancia do pressuposto de que povo e território são indissociáveis (claro que não há por que perguntar a razão da diferença entre a organização territorial tribal e burguesa nos mesmos "extensos espaços dos EUA" além do fato de que, por serem extensos espaços dos EUA, não poderem mais ser extensos espaços tribais).

O que está em jogo em todas as identificações é o fato de que, independentemente do território, não há como se estabelecer a expansão/re-ordenação territorial burguesa, sem levar em conta a dupla determinação desse processo. A diversidade de formações econômico-sociais implicadas obrigaram, pela via da "re-educação" ou do simples extermínio, a re-definição constante das relações de produção próprias da burguesia e dos demais modos de produção implicados. É justamente neste contexto que a libertação do continente americano do pacto colonial é concomitante cronologicamente com a invasão da Africa, India e China.

Os problemas que constatamos nos autores clássicos da Geografia têm, ao que parece, um fôlego avantajado, pois, de uma forma ou de outra (geralmente com maior nível de sofisticação) sobrevivem até hoje.

Observemos mais de perto:

> "Uma primeira causa histórica da ausência de implantação de "sementes" do desenvolvimento nos países hoje subdesenvolvidos parece, pois, ser a ausência prévia de estruturas sociais propícias a essa implantação: inexistência de uma classe de "empreendedores", de uma burguesia, persistência de estruturas sociais paralisantes (sujeição das massas camponesas, ausência de mobilidade social, monopolização dos lucros comerciais por "aristocracias" compradoras etc)" (Lacoste, 1970:57)

Lacoste defende, ainda, que o capitalismo "real" não é o capitalismo desejável:

> "Foi, na verdade, o fenômeno colonial que permitiu, na maioria dos casos, essa adulteração do capitalismo, que está na origem dêsses poderes exorbitantes tão raramente estudados nos tratados de economia política". (Lacoste; 1968:216,217).

Onde o maior responsável é a classe dominante interna a cada

país:

> "O subdesenvolvimento foi definido como essencialmente um desequilíbrio interno. Também suas causas fundamentais não devem ser procuradas no exterior do país. Foram causas internas que permitiram e permitem ainda aos fatores externos representarem tal papél.A dominação colonial não poderia ter se estabelecido sem o apoio decisivo que lhe trouxe a minoria privilegiada autóctone" (Lacoste, 1968:218).

O Yves Lacoste dos anos 60 é objetivo: a crítica às elites internas é um dos aspectos fundamentais para:

> "Diferentemente da maioria dos outros freios (para o desenvolvimento) , cuja supressão exige antecipadamente um certo desenvolvimento, os poderes dos privilegiados podem ser liquidados por um processo político rápido, malgrado as dificuldades que ele precisa enfrentar: a Revolução" (Lacoste, 1968:223).

Se, para o Lacoste dos textos citados, o capitalismo, na sua essência, sofreu um conjunto de desvios devido à inexistência histórica de burguesias típicas, territorialmente distribuídas pelo planeta e, portanto, na possibilidade de:ao se excluir do processo a corrupção, a monopolização dos lucros comerciais por "aristocratas" compradores, somado à existência dos tais empreendedores, o subdesenvolvimento não existiria(7). A revolução, então, passa a ser a cirurgia necessária à redefinição das hegemonias intra-territoriais para uma melhor distribuição de renda ("justiça social") e o fim do subdesenvolvimento. O que Lacoste não viu? Justamente o fato de que o modo de produção capitalista é a unidade dessa diversidade: sem ela, ele deixaria de existir

enquanto tal. O fundamento do modo de produção é a definição particular de um certo tipo de relação de produção, sem o qual não teremos nem capitalismo, nem " capitalismo adulterado" - teremos outra sociedade. Lacoste, como bem comanda a "tradição geográfica" acaba por confundir a expressão fenomênica do capitalismo com o conceito global de capitalismo. Ao observar exclusivamente o primeiro, isso não lhe permite uma precisão conceitual, mas simplesmente uma crítica ética ao processo.

Sua produção, no entanto, não parou nos anos 60 e vem se sofisticando de lá até os nossos dias. A 16ª edição d'Os Países Subdesenvolvidos sofre uma total re-estruturação em relação à 6ª. edição citada anteriormente por nós. Para o Lacoste mais recente, o subdesenvolvimento é uma "Crise Dialética" (Lacoste, 1981:90), e a análise , apesar de manter-se no patamar anterior de compreender o fenômeno da diferencialidade como um mero jogo político (definido no plano das meras vontades dos grupos privilegiados), acaba buscando referências de extrema importância no entendimento das relações econômicas que definem a atual fase do capitalismo:

> "Foi depois do aparecimento de empresas muito grandes, e sobretudo após a instalação das estruturas do "capitalismo monopolista de estado" em muitos países, que se pôde verdadeiramente encarar modificações econômicas como resultado de uma estratégia consciente e organizada, posta em prática por um certo número de indivíduos que detêm o poder político e financeiro: há mais de vinte anos o "desenvolvimento" dos países subdesenvolvidos e em especial sua industrialização resultam, em boa parte, de decisões coordenadas, planificadas ao nível de certos organismos de Estado, de grandes firmas e organizações internacionais que têm objetivos financeiros, mas, a longo prazo, também políticos. Essa estratégia de industrialização é a forma que a antiga aliança agora assume (mais ou menos contra-

> ditória), entre minorias autóctones e classes dirigentes estrangeiras. Não se trata, portanto, de uma vitória contra o imperialismo, porém de uma nova estratégia imperialista" (Lacoste, 1981:83).

Mesmo considerando que afirmações tais como "aparecimento de firmas muito grandes" não têm significado algum, pois pode ser usada em qualquer dos momentos históricos da construção do modo de produção capitalista; que a existência de um "capitalismo monopolista de Estado" é muito anterior aos últimos vinte anos, e que a industrialização ou não de "novos" territórios jamais foi concebida por fora de "decisões coordenadas", Lacoste aponta um filão importante da crítica ao discurso "terceiro mundista" e que voltaremos a tocar posteriormente. A conclusão, no entanto, de toda essa reflexão vai apontar mais claramente as raízes do pensamento lacosteano que, como veremos a seguir, permeia grande parte do chamado "discurso crítico" da geografia contemporânea:

> "A "crise petrolífera" do outono de 1973, pela consequências perduráveis que acarreta, pode ser considerada como uma nova etapa, sem dúvida decisiva, do processo de dominação americana na Europa e no Japão. Este último conseguiu sem dúvida obter meios para escapar dessa contigência, entabolando, sobretudo após 1978, relações muito importantes com a China. Já, antes de 1973, os lucros que o capitalismo americano realizava na Europa, por meio de suas companhias petrolíferas e suas implantações industriais, haviam-se tornado mais importantes que os obtidos sobre todos os países " subdesenvolvidos".
> Doravante a Europa, cuja exploração é a mais rendosa, é parte do Império Americano. Os fenômenos de dependência não interessam mais apenas aos países do Terceiro Mundo e hoje inúmeros países desenvolvidos também sofrem os efeitos da dominação" (Lacoste, 1981:88;89).

O que temos aqui é uma tentativa de re-definir o re- arranjo dos fluxos de dominação. Com base nos pressupostos apresenta-

dos por Lacoste, o que se tem não é a unidade da diversidade (redefinições da Divisão Internacional do Trabalho), mas o "grupo de empreendedores" de outros países que se apresentam como um "grupo de espertos" para dominar o restante do mundo. Os "dominantes" (Europa Ocidental) passam a ser dominados, e o Japão escapou desse fatídico destino. Os antigos "dominados" (países do Terceiro Mundo) continuam dominados, mas perdem importância no jogo contábil da dominação.

Como já observamos no capítulo 2, Lacoste percorre um caminho cuja virtude fundamental é trazer para o discurso geográfico o exercício da crítica. Como se pode observar aqui a crítica, no entanto, não basta para que se proceda a ruptura. Da mesma maneira que na relação entre escala conceitual e escala territorial, onde apontamos o profundo engano Lacosteano, envolvido que ficou com o caráter fenomênico-empirista de um certo tipo de construção conceitual, verificamos aqui que a crítica Lacosteana ao subdesenvolvimento (ou, melhor, ao discurso geográfico que não toma para si a questão da diferencialidade) acaba num beco sem saída.

Envolvido pela noção de sub-utilização do potencial cumulativo capitalista (o pobre para o capitalista) o conceito de subdesenvolvimento aparece como um desajuste do sistema, cujas características fundamentais se expressam pelo baixo consumo (baixa realização crônica do capital), pela discrepância da praxis política em relação ao modelo democrático europeu. Ao que parece as mesmas dificuldades que envolvem as análises que se fundamentam na crítica ao "socialismo real" estão aqui buscando detectar os "desajustes" do "capitalismo real": não há acerto

entre o modelo e a realidade. Para tal caminho afirmamos não haver saída, principalmente se o que se busca é a ruptura. A tendência geral da crítica Lacosteana é permanecer no campo ético e, portanto, acaba por entender a materialização diferencial do modo de produção capitalista como um "acerto" entre elites cujo "calcanhar de Aquiles" está na intencionalidade de cada ato.

Entendemos, assim, que aqui estariam as razões fundamentais que levaram Lacoste a trabalhar o conceito de "Espacialidade Diferencial" reduzindo o conceito de espaço ao de paisagem. Vejamos:

> " E uma perfeita banalidade dizer, nos dias de hoje, que tudo aquilo que está longe sobre a carta é bem perto com determinado meio de circulação. A proporcionalidade do tempo e do espaço percorrido, durante séculos, ao ritmo do pedestre (ou a passo de cavalo, para os poderosos), começou a se romper no século XIX, em certos eixos, onde a estrada de ferro diminuiu dez vezes a distância . Hoje, nós nos defrontamos com espaços completamente diferentes, caso sejamos pedestres ou automobilistas (ou, com mais razão ainda se somarmos o avião). Na vida cotidiana, cada qual se refere, mais ou menos confusamente, a representações do espaço de tamanhos extremamente não-semelhantes (desde um "cantinho" de algumas centenas de metros, até grandes porções do planeta) ou, antes, a pedaços de representação espacial superpostos, em que as configurações são muito diferentes umas das outras. As práticas sociais se tornaram mais ou menos confusamente multiescalares. No passado vivia-se totalmente num mesmo lugar, num espaço limitado, mas bem conhecido e contínuo. Hoje, nossos diferentes "papéis" se inscrevem cada um em migalhas do espaço, entre os quais nós olhamos sobretudo nossos relógios, quando nos fazem passar, a cada dia, de um a outro papel. Se os sonâmbulos (sic) se deslocam sem saber por que, num lugar que eles conhecem, nós não sabemos <u>onde</u> estamos nos diversos lugares <u>onde</u> temos algo a fazer. Vivemos, a partir do momento atual, numa <u>espacialidade diferencial</u> feita de uma multiplicidade de representações espaciais, de dimensões muito diversas, que correspondem a toda uma série da práticas e e idéias, mais ou menos diferenciadas" (Lacoste, 1988:48-49).

Duas questões se apresentam a princípio: a primeira, que o autor permanece no plano puramente fenomenológico (que pode ser resumido na seguinte fórmula: mudando de lugar, mudamos de situação, mudam-se as relações), e a segunda que, mais uma vez, o autor localiza como uma fenômeno recente aquilo que é absolutamente comum a todos os momentos da história, ou seja, para Lacoste a questão está no fato de que, diferentemente de momentos históricos mais pregressos um único indivíduo passa a transitar por territorialidades diferenciadas em tempo extremamente reduzido.Ou, o que é o mesmo, o "homem" antigo não podia perceber a diferencialidade territorial do mundo porque não tinha condições de transitar sobre ele.

A que nos leva tal constatação? Diríamos que a absolutamente nada. Em primeiro lugar, porque Lacoste restringe a diferencialidade ao campo da percepção e não a define por sua existência real e, em segundo lugar, porque a diferencialidade (independentemente da escala têmporo/territorial em que se analise), é a condição para identificarmos o fato de que diferentes relações entre Homem/Natureza e homem/homem fazem parte de um único conjunto de determinantes fundamentais: aquele que define tais relações como HUMANAS - isto é, capazes de construir sociedades que se diferenciam com base na diferencialidade das relções de produção. Por fim, Lacoste confunde espaço com território, isto é, o movimento com sua expressão empírica.

Vamos deixar um pouco mais claro nossas afirmações. Quando Lacoste afirma que as sociedades que antecederam o século XIX estavam rigidamente implantadas sobre o território, parece desco-

nhecer todos os movimentos populacionais que antecederam esse período, e que poderiam ser exemplificados com os movimentos de sociedades muito simples, como as tribos nômades ou, até com os processos de desterritorialização do campesinato ocorrido na Europa muito antes do advento da estrada de ferro. As afirmações que reproduzimos de Poulantzas em nota anterior nos parecem csuficientes para contestar a tese da existência de sociedades que se mantiveram rigidamente sobre territórios extremamente reduzidos. Se, no entanto, levarmos em consideração que Lacoste está mais preocupado com as distâncias percorridas em relação ao tempo de percurso, poderíamos afirmar que Lacoste cai no mais profundo a-historicismo, pois, no final das contas, a relação tempo/distância refere-se diretamente às necessidades de uma sociedades históricamente identificável, e a comparação meramente aritmética dessa questão entre sociedades diferentes levará, necessariamente, aos mesmos erros de Vesentine e Santos, ao afirmarem que vivemos numa sociedade de cunho militarista ou técnicista. Por isso afirmamos que Lacoste confundiu o movimento com sua expressão e, aqui, poderíamos aprofundar a crítica dizendo que Lacoste congelou o movimento e ficou somente com suas expressões.

O fato de que os sonâmbulos conhecem o lugar por onde andam desconhecendo o motivo do movimento se contrapor ao fato de que, quando acordados, sabemos que nos movimentamos sem conhecermos o lugar dc movimento é absolutamente irrisório para a proposta que o autor pretende desenvolver. O ato de CONHECER o lugar implica, necessariamente numa reflexão sobre a relação entre sujeito (que reflete) e objeto (lugar sobre o quel se reflete), o que, por

princípio, não se pode definir como de maior profundidade em tempos pregressos que nos atuais. Conhecer o lugar só no plano do empirismo significa o reconhecimento factual dos caminhos.

Assim, diferentemente de Lacoste, reconhecemos que sempre vivemos numa ESPACIALIDADE DIFERENCIAL, sendo que o momento atual, determinado pela mundialização de uma mesma matriz do ponto de vista das relações de produção é que nos permite reconhecer o fato e, mais, diferenciá-lo do ponto de vista quantitativo e qualitativo das determinações que tal diferencialidade sempre teve sobre a construção da história dos homens concretos.

A espacilidade diferencial é, portanto, a resultante da diferencialidade do "como" o modo de produção materializa-se, isto é, existe como movimento real. A existência real do capitalismo, por sua vez, caracteriza-se pelo conjunto de movimentos diferenciados no sentido de reproduzir as condições materiais da acumulação capitalista, ou seja, a reprodução da apropriação classista dos meios de produção reproduzindo seu contrário: a proletarização do trabalho, transformando força de trabalho em mercadoria e jogando para o plano do merdado as contradições estruturais que definem a acumulação: K x T e K x K, a primeira, absolutamente inserida no processo produtivo (momento territorializado da configuração do valor) e a segunda, inserida no mercado (momento territorializado da transfiguração do valor).

E na tríade universalidade, particularidade e singularidade, portanto, que se pode registrar a crítica à vizão lacosteana de espacialidade diferencial. Retomando o sujeito lacosteano teremos como ponto único de inflexão a singularidade

(cada lugar que vejo se diferencia de outro lugar, isto é, a relação entre as diferentes atividades em que me envolvo está sempre me colocando numa inserção parcelária, fragmentada, em relação a outras atividades e, portanto, lugares).

A alienação do sujeito lacosteano fica por conta do fato que a espacialidade aparece como categoria do Universal e não do Particular, isto é, o que se universalisa é a constatação empírica que me permite ver, enquanto ser singular, a diferença entre um lugar e outro. A rede de determinações, não mediada pelo Particular, permite-lhe afirmar enquanto categoria do Universal que: se vejo tudo diferente a diferença é a regra. O que faltou? Justamente identificar a diferença como regra de um "jogo" determinado, no caso, o Modo de Produção Capitalista. Temos, portanto, mais uma tautologia que uma explicitação conceitual que nos permita identificar a dinâmica da diferencialidade.

Podríamos, aqui, acompanhar mais de perto o pensamento de Lukáks sobre a questão:

> "Todas as determinações pelas quais o individuo se faz indivíduo, todas as suas relações com outros indivíduos, as leis particulares e gerais cujo campo de ação, ponto de coincidência e única revelação possível é o indivíduo mesmo, se encontram, com efeito, em si e objetivamente no indivíduo. Somente a inevitável abstração própria de toda relação imediata do sujeito com a realidade, oculta, de imediato, esta situação, a retira desse nível. Porém, precisamente porque existem com objetividade, porque são determinações essenciais do individual (...) a inefabilidade deste não é metafisicamente absoluta, mas se supera de modo determinado com a superação da imediatabilidade.(...) a única consequência relevante da situaçao é que o que na individualidade imediatamente captada parecia estar ao alcance da mão e

> ser realmente inalcançavel (indizível, inefável) se converta agora em objeto de um infinito processo de aproximação por parte do pensamento" (Lukás, 1982:204,205)

Para, um pouco mais à frente concluir o que segue:

> "A natureza, à primeira vista contraditória do particular consiste, precisamente, em que manifesta sua particularidade ao se transformar em universal ou em singular.(...) Recordemos que a superação intelectual da mudez e da indizibilidade do singular se segue precisamente de que suas determinações, que aparecem manchadas na imediatez sensível, se manifestam como determinações e, precisamente, como determinações de sua singularidade.(...) A mediação que torna captável todo esse material oculto é a particularidade. Ela realiza esse processo em consequência de sua função básica, criadora de deterações." (Lukás, 1982: 209)

E este feixe de reflexões que nos permite colocar àqui a categoria ESPACIALIDADE DIFERENCIAL como mediadora, como ferramenta conceitual necessária à compreensão do caminho entre o imediato (lugar, para Hegel) e o Universal (Modo de produção, para Marx)

Por isso tudo diríamos que a categoria "espacialidade diferencial" tem, potencialmente, a possibilidade de uma construção conceitual que nos permite analísar a "espacialidade geográfica" como unidade do diverso, desde que viremos de "ponta cabeça" o que se entende por espaço. Lacoste, portanto, não se aproveitou do potencial teórico que a categoria permite, restringindo-se a entabulá-la meramente como um jogo de contradições da aparência.

CAPITULO III

Universalidade, Particularidade e Singularidade - Imperialismo e Espacialidade Diferencial

Iniciamos esse trabalho colocando em foco um conjunto de problemas que envolvem a questão Imperialismo. Dentre o conjunto de discussões que envolvem o tema, o principal está justamente em se buscar entender se Imperialismo realmente existe e, em caso afirmativo, definir seus mecanismos e níveis de abrangência. Como vimos, dos tres autores brasileiros citados, dois deles negam a existência, ou melhor, a propriedade do uso de tal categoria para se identificar as relações que promovem a mundialização de um conjunto de fenômenos de cunho econômico (e portanto, social) cujas matrizes fundamentais já foram identificadas com a presença do Estado e das Cidades em todos os cantos do mundo. Como é simples de se recordar, um deles coloca o desenvolvimento tecnológico (Santos, 1985) e o outro o superdimensionamento da máquina militar (Vesentini, 1987) como a(s) identidade(s) fundamental(is) das relações de poder do mundo moderno.

Um outro aspecto da questão envolve precisamente o fato que, tanto os geógrafos citados como uma série de estudiosos da sociedade, dentro e fora da Geografia, quando enfrentam a questão do Imperialismo, o fazem polemízando no contexto da tradição marxista, a partir de um texto de conteúdo mais agitativo que propa-

gandístico de Lenin: "Imperialismo, fase superior do capitalismo". A frase abaixo citada de Vesentini é, sem dúvida, representativa do tipo de polêmica que envolve a questão.

> "A teoria leninista do imperialismo, apesar, (ou, talves, devido mesmo a isso) de suas ambiguidades entre a exploração - e, portanto, o sujeito revolucionário - ser ora de 'classe' e ora de 'nação' - tornou-se hegemônica a partir de 1917 e, especialmente, com a Terceira Internacional.
> As razões disso são múltiplas. Em primeiro lugar, há a influência do pragmatismo, básico tanto para a ordenação burguesa do mundo desde os séculos XVI e XVII - o instrumentalismo do saber e da natureza, a prática ou eficácia nos moldes da ideologia do progresso como critério último de verdade -, como também para o marxismo como um todo: os vencedores tinham razão porque venceram, os vencidos estavam equivocados." (Vesentini, 1987 : 35).

As reflexões de Vesentini tem a rara propriedade de, condensadamente, nos permitir um conjunto de considerações bastante amplo. Como pode se observar facilmente, alguns fatores tais como a questão nacional e o papel das classes; o instrumentalismo (pragmatismo), tanto como fundamentos da construção da sociedade burguesa quanto substrato da ideologia marxista, tudo isso no contexto da teoria leninista de imperialismo, são, como já afirmamos anteriormente, elementos de um conjunto de motivos que levaram o autor a questionar a existência (ou procedência) do Imperialismo.

Dentro do contexto de nossas preocupações, tomaremos como centro a questão nacional e de classes, na tentativa de resolver esse pretenso dualismo (ou ambiguidade, como quer Vesentini) e, para tanto, partiremos de algumas reflexões de Marx sobre o tema:

trata-se da célebre polêmica contra os pressupostos defendidos pelo programa de Gotha, cujo trecho sobre a questão do valor já citamos anteriormente.

> "Contrariando o Manifesto Comunista e todo o socialismo anterior, Lassale concebia o movimento operário do ponto de vista estritamente nacional. Continuou nesse terreno; e isso depois da ação da Internacional.
> E absolutamente claro que, em geral, para poder lutar, a classe operária deve organizar-se em sua própria casa como classe, e que seu próprio país é o teatro imediato de sua luta. Neste sentido, a luta de classes é nacional, não por seu conteúdo, mas como disse o Manifesto Comunista, 'por sua forma'." (Marx, 1984 : 15).

Marx é explícito: o sujeito revolucionário é a classe operária independentemente de que sua luta deva tomar a forma nacional. O país apresenta-se como o "teatro imediato das lutas" mas, mesmo dentro da própria casa os operários devem organizar-se enquanto classe e não enquanto nação.

Onde estará a ambiguidade? Evidentemente que no texto de Lenin!

Fica então a questão: como Lenin entendia a questão nacional? Vejamos:

> "Em todo o mundo a época da vitória definitiva do capitalismo sobre o feudalismo esteve ligada a movimentos nacionais. A base econômica destes movimentos consiste em que para a vitória total da produção mercantil é indispensável a conquista do mercado interno pela burguesia, é indispensável a coesão estatal dos territórios com uma população da mesma língua, com o afastamento de todos os obstáculos ao desenvolvimento dessa língua e à sua fixação na literatura. A língua é o meio mais importante de comunicação entre os homens; a unidade da língua e o seu livre desenvolvimento é uma das mais

> importante condições de uma circulação comercial realmente livre e ampla, que corresponde ao capitalismo moderno, de um agrupamento livre e amplo da população em cada uma das classes, finalmente é a condição de uma estreita relação do mercado com cada patrão, grande ou pequeno, com cada vendedor e comprador.
> A burguesia, que naturalmente aparece no início de cada movimento como força hegemônica (dirigente) do mesmo, chama obra prática ao apoio de todas as aspirações nacionais. Mas a política do proletariado na questão nacional (tal como nas demais questões) somente apoia a burguesia numa direção determinada, mas nunca coincide com a sua política (...) Qualquer burguesia quer na questão nacional ou privilégios para a sua nação, ou vantagens exclusivas para si; é a isso que se chama 'prático'. O proletariado é contra quaisquer privilégios, contra qualquer exclusividade. Exigir dele o 'praticismo' significa navegar nas águas da burguesia, cair no oportunismo.
> (...)
> Dizem-nos: ao apoiar o direito à separação, apoiais o nacionalismo burguês das nações oprimidas.
> (...)
> Nós respondemos: não, é precisamente para a burguesia que é importante aqui a solução 'prática' ao passo que para os operários é importante a separação de princípio das duas tendências.
> (...)
> O capitalismo vai e irá avante, de uma forma ou de outra tanto no Estado uno e homogêneo como nos Estados nacionais." (Lenin, 1982 : 512-533).

Um dos primeiros passos em que se fundamenta a polêmica está, justamente, em se compreender (ou aceitar) a questão da nacionalidade. Se, de um lado, consideramos que o movimento histórico das sociedades foi capaz, em função da diferencialidade territorial, de construir a "espacialidade diferencial", isto é, de definir ou provocar um conjunto de formações econômico-sociais diferenciadas, construindo culturas sobre estruturas produtivas diferenciadas, podemos inferir que a construção dos grandes impérios da antiguidade, suas dissoluções e a conformação da so-

ciedade capitalista jamais jogaram tais questões para o mero plano da abstração. A necessidade do uso da força e do re-arranjo territorial em torno de Estados nacionais, inclusive em territórios onde nenhuma das nações européias estava em maioria populacional (provocando verdadeiras guerras de extermínio ou re-educação), deixa claro que a subsunção de novos territórios implica em levar em consideração a unidade possível entra os interesses da acumulação capitalista e as relações sociais encontradas no território em questão.

O outro lado da moeda é que, se a dominação burguesa sobre o proletariado implica na separação radical de interesse entre tais classes sociais, o capitalismo não existe enquanto tal por fora de suas duas classes principais. Burguesia sem proletariado e vice-versa perdem sua identidade, pois o concreto (movimento de acumulação) é um conjunto de movimentos onde tanto um (burguesia) quanto outro (proletariado) trabalham num mesmo e único sentido. O desaparecimento de um é a eliminação do outro (como já nos ensinou a velha dialética hegeliana).

Em resumo, não é porque a estrutura de dominação capitalista está calcada em bases classistas que a questão nacional desaparece, já que as classes só podem existir enquanto movimento concreto dentro do movimento das formações econômicas e sociais. Existe a possibilidade de uma nação oprimir a outra? Sem dúvida, já que é justamente no acúmulo de forças políticas e econômicas conquistadas, em torno da lógica burguesa que reside o processo de dominação. O problema, portanto, deve ser resolvido no plano das nações? De forma alguma, pois o motor que fundamenta o movimento das nações tem seu combustível no desenvolvimento do cará-

ter classista da acumulação no plano do capitalismo.

Na medida em que se faz necessária a identificação, não só dos sujeitos históricos no seu sentido genérico, mas igualmente, das determinações que envolvem o movimento histórico, a questão nacional toma relevo. A construção do conceito de nação, no entanto, vê-se envolvida por um conjunto de problemas: de um lado, é dado empírico que mesmo no contexto de absoluta internacionalização provocada pelo desenvolvimento capitalista, não se pode menosprezar um conjunto de comportamentos coletivos circunscritos territorialmente e que poderíamos definir como "comportamentos nacionais". Por outro lado, o processo de colonização, tanto na América quanto na Africa, ao provocar o desaparecimento de culturas milenares e circunscrever as que sobreviveram aos limites do Estado, não caracteriza claramente que a relação entre nação e Estado seja uma estrada de mão única. Até mesmo na Europa (principalmente quando falamos da questão Basca, Irlandesa e outras) a existência de Estados mono-nacionais é rara, implicando no uso, nem sempre criterioso, da categoria Região, para esconder diferenças de cunho profundamente conflitante para o processo de gestão política unificada do território.

Observemos mais de perto os comentário de Samir Amin quando busca gerar um conceito de Nação:

> "Propusemos em O Desenvolvimento Desigual e aplicamos em A Nação Arabe um conceito de nação, em oposição ao de etnia - possuindo ambos em comum a comunidade linguística -, segundo existe ou não uma centralização ao nível do Estado e, pela sua intervenção, do sobreproduto. Assim, sem que haja sobreposição entre Estado e nação, o fenómeno nacional não se pode separar da análise do Estado.

> (...)
> As oposições e alianças de classes ligam-se no seio das formações sociais delimitadas pelos Estados. Com efeito, as oposições e alianças implicam a intervenção activa ao nível do político. Os Estados são ou não são nacionais." (Amin, 1981 : 26).

Como se observa, em primeiro lugar Amin restringe (e, em função disso separa) o conceito de nação à centralização política de um território, obrigando (ou, abrigando) um raciocínio puramente tautológico: se somente é possível a existência da nação através da existência do Estado (com o conseqüente controle do sobreproduto), não é possível discutirmos nação sem discutirmos Estado. Tal reflexão, no entanto, guarda armadilhas. Elas aparecem claramente no parágrafo seguinte: "as oposições e alianças de classes ligam-se no seio das formações sociais delimitadas pelo Estado", o que lhe permite afirmar que "Os Estados são ou não são nacionais".

A que ponto chegamos com tudo isso? Talves pudéssemos inferir aqui que, se a nação só pode existir a partir da existência do Estado, o inverso não é verdadeiro, isto é, o Estado subsiste independentemente de uma ou mais nações, ou, outra conclusão, o Estado não depende das nações para existir. O que falta em tal reflexão? Ora, justamente o fato de que a construção das nacionalidades não tem, no Estado, sua origem estrutural. O fato de que a história só pode existir enquanto realização territorial (enquanto movimento territorializado), e não sendo o território um elemento neutro dentro do processo, mas apresentando-se sempre como ponto de partida e ao mesmo tempo limite aos movimentos sociais que nele se insiram, a espacialidade diferencial apresen-

ta-se como regra para qualquer um dos pontos do planeta. Se é possível pressupor que a construção do arcabouço cultural da cada formação econômico e social tem como fundamento a dinâmica imposta pela relação Homem-Natureza, o que podemos concluir é que:

1- Tanto a nação quanto o Estado são produtos do conjunto de contradições que engendram intestinamente o processo de contrução das formações economico-sociais;

2- Sendo os dois, produtos de um mesmo processo mais amplo, estão a ele subordinados e, ao mesmo tempo, têm as suas próprias dinâmicas. A presença do Estado reforça a tendência à construção de identidades nacionais mas não as define. E justamente por isso que podemos observar a presença de Estados poli ou mono nacionais sem que isso defina a priori, a importância ou a dinâmica das relações de classe. O que importa aqui é justamente a forma pela qual se materializa a gestão política e não a sua essência.

Poulantzas, de forma um pouco mais acabada, reflete sobre as mesmas questões, mas acaba por deixar, ainda, alguns pontos interessantes para a polêmica:

> "(...) Mesmo se a nação não reafirma exatamente o Estado, o Estado capitalista apresenta a particularidade de ser um Estado nacional: a modalidade nacional vem a ser pela primeira vez pertinente enquanto materialidade do Estado. Este Estado apresenta a tendencialidade histórica de açanbarcar uma e mesma nação, no sentido moderno do termo, de se empenhar ativamente para o estabelecimento da unidade nacional: as nações modernas apresentam a tendencialidade histórica de formar seus próprios Estados. Os lugares e os elos de reprodução ampliada das relações sociais, as formações sociais tendem a recortar os limites do Estado-Nação ao se tornarem formações sociais nacionais. O desenvolvimento desigual, característica do capitalismo desde seus inícios, tende a ter como pontos de sustentação os Estados-nações dos quais precisamente ele fundamenta a relação." (Poulantzas, 1985: 107).

O primeiro ponto a realçar é a identificação de que " o desenvolvimento desigual é uma característica do capitalismo desde seus inícios". A ambiguidade dessa afirmação é patente, pois, de forma alguma, o desenvolvimento desigual é uma característica exclusiva do capitalismo. A desigualdade é uma característica da todas as formações econômico-sociais. O que é característico do capitalismo é a forma pela qual tal desigualdade se realiza (Poulantzas confirma tal raciocínio ao tratar do conceito de matriz espacial. Mesmo afirmando a homogeneidade como característica da espacilidade pré capitalista, ele acaba por estabelecer o "lugar outro" como uma saída para a identificação do homogêneo como um dado da singularidade).

Pois bem, feita a primeira objeção e reafirmando o que já vimos anteriormente: que a desigualdade no capitalismo tem como fundamento a necessidade criada pela expansão desse modo específico de produção, de subsumir formações econômico-sociais diferenciadas assimilando a diferencialidade pré-existente no "jogo lógico" da acumulação de capital, poderíamos aqui concluir nosso comentário ao texto de Poulantzas afirmando que, se "as nações modernas apresentam a tendencialidade histórica de formar seus próprios Estados" não é possível desvincular o conceito de "nação moderna" do conceito de nação sob o capitalismo. Isso implica, necessariamente, em descobrirmos em que medida as relações de classes e frações da classe, geram um conjunto de tensões específicas que têm como resposta a delimitação territorial na forma Estado.

E justamente aqui que podemos retomar a discussão específica

sobre o Imperialismo enquanto síntese das diferenças.

O conceito de Imperialismo não deve ter como ponto de partida a questão da dominação de elementos ou agentes "externos" (ou extra-territoriais em relação ao limite das fronteiras de Estado) em relação aos elamentos ou agentes internos. O Imperialismo no capitalismo tem como característica básica a reprodução dos pressupostos da reprodução ampliada do capital em escala planetária. Expressa-se , portanto, como síntese do conjunto de formas de realização da reprodução das relações de classe típicas ou tendencialmente constituidas para o capitalismo.

Nesse sentido, a fragmentação territorial, longe de ser um mero jogo de aparências, também se distancia da possibilidade de ser a essência do processo. O Estado, em primeiro lugar, faz parte do jogo enquanto canal de internalização e externalização das relações que permitem a própria síntese. Apresenta-se portanto, tanto como Estado-País quanto como Estado-nação, sem que a questão nacional (especificidade estrutural da formação econômico-social), tenda a desaparecer. Estado-país porque, do ponto de vista do Imperialismo o que importa fundamentalmente é que por ser o processo de produção e reprodução ampliada um fenômeno essencialmente territorial, não há como desligar o Estado da necessidade de internalizar as regras do jogo da acumulação externalizando processo produtivo interno no circuito internacional de acumulação. Estado-nação, porque o processo de subsunção merece a cada momento, uma relação qualitativamente diferenciada pelas formas em torno das quais se realiza o processo político de hegemonização dos poderes de classe (ou síntese de correlação de forças).

A fragmentação territorial, onde uma das vias é o Estado, é portanto, a condição da unidade do imperialismo. Se a fragmentação territorial tem origem na dinâmica de formação e desenvolvimento das relações Homem-Natureza é justamente nas relações homem-homem, e portanto nas relações de produção, que vai se definir tal diferencialidade enquanto divisão territorial do trabalho. Se, como várias vezes afirmaram Marx e Engels, a divisão entre cidade e campo é a expressão material por excelência da divisão social do trabalho, o retalhamento territorial do planeta em países é a expressão territorial por excelência da diversidade de combinações na materialização da correlação de forças entre classes e frações da classe em disputa pela hegemonia do processo de reprodução ampliada das forças produtivas e, portanto, do excedente.

Duas questões, então se superpõem: de um lado temos que a realização material da produção/circulação do capital se faz, como já vimos, pela especialização/fragmentação do trabalho, o que, por si só, nos permitiu dar o "ponta pé" inicial para polemizarmos com Lacoste em relação à categoria "espacialidade diferencial"; de outro, agora já não no caminho do particular para o geral mas invertendo a relação, encontramos o Estado (síntese material das relações de classe) como a mediação política necessária aos processos de internalização e externalização do mesmo D-M-D'.

Não há, portanto, por que restringir tais relações aos limites das fronteiras dos países. Por correlação de forças entre classes e frações de classe deve-se entender que, cada país

sintetisa territorialmente o que o Estado realiza enquanto movimento estrutural; a "tradução" particular do processo de acumulação.

Assim, para que possamos encerrar esse bloco de reflexões, vale perguntar: é o Imperialismo um processo de dominação? A resposta é evidente frente as reflexões já feitas: sim! O problema está em definir os sujeitos do processo de dominação? Ainda dentro do que já foi dito afirmamos que não: o processo de dominação está nas relações de classe. Tais relações, materializadas territorialmente expressam, enquanto espacialidade deferencial, as particularidades e singularidades do processo que, além de não eliminar a universalidade, a constroi. Temos aqui uma relação entre parte e todo, uma relação de dupla determinação pois, se é a síntese dos movimentos particulares que contitui materialmente o Imperialismo é o Imperialismo o "fio condutor" das particularidades.

Estado, Poder e Territorialidade

> "Uma das grandes metas conceituais da geografia foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como das classes, na organização da sociedade e do espaço. (Santos, 1979:14)

Existe algo aqui de relativo senso comum. Como observamos nas citações dos geógrafos do século passado, a relação entre territorialidade e identidade de um certo "povo" parece um ponto

de partida de um discurso difícil de se colocar em questão: mais pelos "usos e costumes" do que pela sua lógica interna.

O discurso geográfico acumulou nos últimos duzentos anos um conjunto de categorias que vêm sustentando, com maior ou menor felicidade, a identidade de seus postulados: país, região, Estado, espaço, território, relevo, hidrografia, população, e tantas outras que não valeria uma listagem completa. O importante aqui é que, na maior parte da produção geográfica, tais têrmos são, a princípio, indiscutíveis. Não merecem uma reflexão mais substanciada de seus significados. Temos, em outras palavras, um discurso com categorias científicas trabalhadas pelo senso comum.

Como bem afirmou Santos na citação em epígrafe, esse verdadeiro jogo de esconde-esconde dos pressupostos conceituais da Geografia nos obriga a explicitar, como ponto de partida, o nosso entendimento do que viria a ser Estado.

Para tanto, buscamos o conceito de Estado proposto por Nicos Poulantzas em seu "O Estado, O Poder, O Socialismo"(1985):

> " (...) o Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação <u>material</u> e <u>específica</u> de uma relação de forças entre classes e frações de classe" (Poulantzas,1985: 148).

Que o mesmo autor desdobra nas seguintes reflexões:

> "Ora, o estabelecimento da política do Estado em favor do bloco no poder, o funcionamento concreto de sua autonomia relativa e seu papel de organização são organicamente ligados a essas fissuras, divisões e contradições internas do Estado que não podem representar simples acidentes disfuncionais. <u>O estabelecimento da política de estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado</u> (Estado-relação). Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, <u>no seio do Estado</u>,

> significa que o Estado é constituido-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções de Estado-Coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido. Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se se tratasse de manifestar uma substância já constituida ou de percorrer terreno vazio. As contradições de classe constituem o Estado, presentes na ossatura material, e arma assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado.
> (...)
> (...) é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado". (Poulantzas, 1985: 152-3).

As reflexões aqui citadas nos apontam, certamente, para um conjunto de questões de fundamental importância. Dado, a princípio como encerrada, a questão de que, ao gerar uma certa categoria de análise, transformá-la em coisa-em-si para lhe construir uma certa ontologia, faz parte do idealismo em suas diversas formatações (inclusive como materialismo vulgar), as propostas de Poulantzas nos levam a buscar caminhos para o conjunto de relações imposto no campo da universalidade modo de produção capitalista em sua fase imperialista, a particularidade formação econômica e social e a singularidade estrutura de classes (a que chamaremos aqui de processos de internalização e externalização dessa "condensação material e específica de uma relação de forças"),ou seja, a unicidade modo de produção e sua especificidade territorial, (país, região, Estado).

De que caminho falamos? Ora, como já observamos anteriormente, estamos constantemente, frente à frente com a mundialização fenomênica do Urbano e do Estado sem que, com isso, consigamos

identificar o que da mundial (matricial) e da localizado (pontual, particular), têm tais fenômenos. Já no primeiro capítulo de nosso trabalho chegamos a aventar os problemas resultantes de uma observação do fenômeno Estado como se só fosse possível ser visualizado em função de cada uma de suas expressões localizadas. Agora, considerando o acúmulo de discussões já feitas, podemos sistematizer mais alguns pressupostos nos seguintes termos:

1- O fenômeno Estado acompanha, na medida em que sintetisa (material e especificamente) a correlação de forças entre classes e frações de classe envolvidas no processo de expansão burguesa, a espacialidade diferencial;

2- Tal acompanhamento se dá na medida em que a especificidade material das relações permite, de um lado, a internalização via bloco no poder (1) da síntese materializada globalmente a que chamamos de Imperialismo;

3- A síntese "específica e material" Estado, é portanto, construida a partir do conjunto de contradições tanto internas quanto externas ao território em que, materialmente, se estabelece;

4- Tanto no plano do país (territorialidade do Estado) quanto no plano planetário (territorialidade do Imperialismo) é a correlação de forças entre classes e frações de classe que define, a partir do processo de valorização do capital ao nível planetário (universalidade), da especificidade das formações econômico e sociais (particularidade) e da materialidade das relações de classes (singularidade) o modus-operandi que nos permite vislumbrar que a mundialização e a fragmentação fenomê-

nica do modo de produção capitalista faz parte de sua estrutura de reprodução.

Ruy Moreira sintetiza tais posições nos seguintes termos:

> "A mundialização do capitalismo através dessas sucessivas formas de divisão internacional do trabalho é o processo que o faz qualitativamente tornar-se imperialismo. Configuradas em estruturas espaciais estas formas de divisão internacional do trabalho combinam toda gama de contradições com que as contradições capital-trabalho e capital-capital passam a se manifestar com a mundialização dos monopólios financeiros. Cada forma de divisão internacional do trabalho vai ter a disciplinarização da reprodução das contradições que lhe queimam por dentro (feita) por intermédio de uma específica ordenação espacial.
> No seu plano geral , cada forma configurativa da divisão internacional do trabalho que lhe está na raiz ordenará sistemas de contradições temporalmente próprias, por isso diferindo uma das outras. Todas tem em comum, todavia, o fato de serem a territorialização da tríade dialética universalidade-particularidade-singularidade. Isto é: o imperialismo (universalidade) se territorializa em formações econômicas e sociais (particularidade) que diferem umas das outras por suas estruturas de classes próprias (singularidade). O elo que faz das formações econômico-sociais formas particulares de realização do imperialismo é o fato de se organizarem sobre a base de forças produtivas organizadas crescentemente em nível mundial.
> A singularidade da formação econômico-social é dada pela natureza de suas contradições de classe. Remete pois aos modos de produção(...). A formação econômico-social é a estrutura que combina o entrecruzamento das contradições nucleares do modo de produção que contém. Assim, entrecruzadas, as classes sociais se combinam em alianças mediante as quais formulam seus projetos de Estado Nacional".(Moreira,1985:33-34)

Mas, a polêmica aqui toma um de seus principais pontos. O discurso geográfico tende a tomar o Estado como um dado à priori, sem se perguntar sobre a origem ou função desse fenômeno: o Estado, tal como o relevo, se entrecruzam como expressões fenomênicas cuja eternidade dificilmente poderá ser questionada. Nesse discurso o fundamental é a forma e, assim sendo, nada há

para perguntarmos aos movimentos que definem a aparência (em outras palavras: a essêcia não está em questão). Ao eliminar-se a variável tempo dos fenômenos o espaço transforma-se em receptáculo, cuja neutralidade não comporta dúvidas, reflexões, possibilidades.

> "Hoje, aproximadamente três séculos depois (das formulações de Newton), não é o conceito de seus adversários mas o próprio conceito absoluto de Newton que indiretamente informa o senso comum com relação ao espaço. Hoje, no avanado mundo capitalista, todos nós concebemos o espaço como um vácuo, como um receptáculo universal no qual os objetos existem e os eventos ocorrem, como um quadro de referência, um sistema coordenado (juntamente com o tempo), em que toda realidade existe. Esta vizão de espaço parece tão evidente por si mesma que, apesar de sua natureza vaga e da ambiguidade que resultam do fato de estár continuamente sendo empregada como metáfora, no seu uso cotidiano apresentamos uma atitude totalmente acrítica em relação a ela. O espaço é simplesmente um dado universal da existência" (Smith, 1988:111)

Quando, no entanto, um pequeno conjunto de autores buscam superar tais dificuldades uma nova armadilha se lhes opõe: a transformação do Estado numa instituição absolutamente idealizada, com vontade própria, distante portanto da sociedade que o constroi e, ou o imperialismo transforma-se num jogo de relações entre Estados ou, na pior das hipóteses, o Imperialismo desaparece (como já vimos em Vesentini) e, o que aparece aqui como particularidade, transforma-se, mais uma vez, numa espécie de universalidade irrealizada, isto é, o Estado, enquanto expressão última da sociedade, transforma-se em universalidade da sociedade que "representa" e, por "representar" sociedades diferenciadas entre si, fica absolutamente impossível detectarmos qualquer forma de síntese dessas diferencialidades que não tomem o con-

teúdo de Geopolítica (a correlação de forças entre classes passa a ser uma correlação de forças entre Estados).

O espaço "neutro" do papel recebe as informações que identificam a presença planetária do Estado enquanto um fenômeno que acontece "no" espaço. É justamente no interior dessas dificuldades que afirmações como as que reproduziremos a seguir se explicam:

> "Ainda que suas raízes estejam situadas em tempos distantes, na Europa pós-medieval que foi a matriz das idéias contemporâneas de Estado e indivíduo, a moldura do mundo atual foi estabelecida há pouco mais de quarenta anos, como produto da Segunda Guerra Mundial. A diplomacia do imediato pós-guerra, expressa nas reuniões de Yalta e Potsdam, materializou um universo de relações planetárias e uma lógica particular que são os elementos fundantes da política internacional (e, em grande medida, das políticas Nacionais) do nosso tempo. A guerra fria e depois a détent balizaram a prática política real dos Estados e a consciência e apreensão do mundo constitutivas da contemporaneidade. Hoje, cada um dos fatos e fenômenos políticos mais importantes e também os inúmeros discursos ideológicos do cotidiano nos remetem ao mundo das relações e significados gerado pelo pós guerra. Num sentido amplo e crucial, o mundo do pós guerra é o nosso mundo.
> (...)
> "Ao longo de toda a análise, emprega-se um método que é também uma tese e um crença do autor. O Estado, protagonista das relações internacionais, é encarado como portador de um conteúdo essencialmente unitário, quer se apresente como democracia parlamentar, ditadura de classe ou autoritarismo estamental. Nas suas múltiplas roupagens, por trás da infinita variedade de instituições políticas, emerge um estado que é, antes de tudo, fonte de práticas e projetos de dominação, matriz de estratégias de poder. Nessa identidade fundamental reside a lógica e a unicidade do sistema estamental contemporâneo, a linguagem consensual que viabiliza a prática da diplomacia e que institui um universo significativo igualmente decifrável em todas as partes do planeta. Essa identidade é aquela que permite a cada Estado reconhecer em outro um semelhante, aliado ou inimigo, mas de qualquer modo um elemento do mesmo sistema de relações que só se mundializou no pós-guerra" (Magnoli, 1988:9 e 10)

E interessante notar uma certa homogeneidade metodológica: o Estado aparecendo enquanto um dado do real e, como realidade pré estabelecida acaba por apresentar-se como "persona" e, ao personalizar-se individualiza-se (o "obvio" vira sujeito "em-si" e "para-si"), no âmbito das relações de equivalência (Estado x Estado) e sujeito "para-nós" no âmbito das relações verticalizadas de sobredeterminação na dinâmica Homem-Natureza.

A dialética está subvertida: o jogo de determinações que constroem o concreto (nesse caso os movimentos reais da sociedade que se expressam enquanto Estado), desaparecem para, numa via de mão única, realizar um caminho que se inicia no Estado e cuja dinâ não passa de um jogo de subsunções de conteúdos meramente político, cuja razão se reflete como uma imagem de Narciso: a Razão de Estado. Em outras palavras trata-se de uma tautologia. O Estado é um "ser-em-si", sem raizes, solto no ar: o Deus da sociedade capitalista.

Vesentini, mais uma vez, é exemplo interessante nessa polêmica. Em seu "A Capital da Geopolítica" (Vesentini, 1986) uma nota do autor (nota 2 do capítulo 1) busca em Pierre Clastres a polêmica em torno da identificação de certas sociedades como "sociedades sem Estado". Observemos:

> "(...)Trata-se de uma idéia de viés etnocêntrista e evolucionista, que determina essas sociedades de maneira negativa, sob o critério da falta: sociedades sem Estado, sem história, sem excedente econômico (e, portanto, com "economias de subsitência") etc. E como se houvesse "etapas" necessárias na história - o Estado como destino de toda sociedade primitiva..., o "progresso" técnico e o desenvolvimento das forças produtivas como "motores" dessa evolução que conduziria ao capitalismo moderno... Pensamos que tal abordagem tornou-se indefensável frente aos estudos mais recentes de história, entropologia e arqueologia" (Vesentini,1986:172)

A afirmação, se não bastasse estar aí contida uma implícita negação da espacio-temporalidade diferencial, tem por origem o seguinte texto:

> "De fato, nas sociedades onde não existem dominantes e dominados, que lutam "contra o Estado" (aqui o autor chama a atenção do leitor para a nota que reproduzimos acima), não há nenhuma razão para haver cidades ou aglomerados que funcionem como capital. Mas, por outro lado, não há sociedade política sem um local - mesmo que provisório - que sedie a cúpula do Estado, onde se exerça o governo" (Vesentini,1986:14)

Que fazer com o fato de: ao autor afirmar que as sociedades que não possuem dominantes e dominados são, igualmente, sociedades que não exercem qualquer prática política? Se, "não há sociedade política sem um local que sedie a cúpula do Estado" três conclusões são possíveis: ou "todas" as sociedades são políticas por definição e, portanto, possuem Estado e uma capital (o que o autor rejeita); ou as sociedades que não possuem Estado (o que o autor igualmente rejeita) não são políticas; ou, por fim, todas as sociedade "têm" Estado mas este não é fruto das constradições dessas sociedades, pois estaria acima delas, existiria nelas mas, ao mesmo tempo, apesar delas, mas aí fica impossível achar o lugar - mesmo provisório - das capitais dessas sociedades. O que importa, no entanto, mais que polemizar com Vesentini sobre a "politicidade" das sociedades e a origem o Estado, é identificar o como na busca de uma ruptura com o positivismo e seu "Estado à priori" temos o mesmo resultado final: o Estado sem História nem Geografia ou, em outras palavras, sem identidade na temporo/ espacialidade inerente à sua realização fenomênica.

Assim, esse conjunto de esforços acabam por passar por cima das relações estruturais da sociedade, deixando de expor as raizes que dão sutentação à forma.

Milton Santos (1978), em seu "Por uma Geografia Nova", empreende um dos maiores esforços para a construção de novas bases epistlógicas. Observemos os pressupostos de Milton Santos em sua abordagem sobre o Estado:

> "A realização de uma sociedade mundial fez com que também o espaço se tornasse total. Mas o movimento brutal de unificação iniciado desde os começos do período capitalista por volta do século XVI, é também um movimento de diversificação que consagra o princípio da unidade e da diversidade na História. Este movimento atinge seu ápice neste período tecnológico em que cada nação parece só poder encontrar seu destino sob a forma de um Estado"(Santos,1978:179)

Temos aí, portanto, três elementos fundamentais para nossa reflexão: a mundialidade da sociedade moderna; a diversidade/unicidade enquanto princípio de tal mundialidade e, por fim, o período tecnológico enquanto fator de subsunção da nação à forma Estado.

Fica aí, portanto, a questão: qual seria a relação entre Estado, período tecnológico e o pricípio da diversidade/unicidade que fundamenta da história do capitalismo?

A resposta vem à seguir:

> "Neste mundo de contradições aguçadas, a proliferação de Estados é uma necessidade e um desejo do imperialismo para sua expansão na fase atual, de vez que ele utiliza e institucionaliza todo tipo de penetração. A própria Nação é, em grande parte, solidificada, em um paradoxo aparente, pelas contradições internamente criadas pelo capitalismo tecnológico, inclusive por grande número de aspirações que a exarcebação da publicidade faz aparecer, como por exemplo, a diversificação do consumo,

desde a alimentação até a educação. Esta noção se afirma quando se pensa que os novos tipos de consumo a satisfazer por intermédio direto ou indireto do Estado, devem, freqüentemente, apelar para o comércio exterior, domínio privilegiado do Estado. O fato de ser o único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional, renova o papel do Estado no período atual. Cabe-lhe decididr a abertura para a entrada de inovações, dos capitais e dos homens e assim ele se torna responsável pelas conseqüências de sua cumplicidade ou de sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista ao nível mundial"
"As nações-Estado são formações sócio-econômicas por excelência tanto pela necessidade e complexidade das relações exteriores quanto pelas necessidades emergentes das sociedades locais"(Santos,1978:180/181)

Assim, enquanto elemento induzido do Imperialismo o Estado aparece como "único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional" e, ao mesmo tempo como "formação econômica e social por excelência". Os caminhos estão abertos: o Estado é a síntese de duas forças fundamentais: a da mundialidade e a da diferencialidade, com um único e central problema: a mediação entre o universal e o singular, tendo e Estado por trampolim, tem no mercado seu nexo estrutural: o Estado decide sobre a "abertura das fronteiras para a entrada das inovações, dos capitais e dos homens" e, portanto, a sua condição de síntese entre mundialidade e diferencialidade tem por origem as trocas. Como o próprio autor afirma é:

"'A desigual difusão da tecnologia provocou diferenças consideráveis, algumas vezes extremas, nos preços dos produtos industrializados de diferentes países. As diferenças de valor externo da moeda também se agravaram. O movimento de capital atingiu, pois, uma fronteira insuspeitada. As trocas multiplicaram-se, mas as fronteiras também reforçaram-se para contrabalancear as desigualdades ao nível internacional.
Os grandes movimentos de homens são uma outra ca-

racterística do mundo atual, qua não podem ser controlados, guiados, orientados pelo Estado. Estas trocas multiplicadas, que são o comum da economia internacional de hoje, dão ao Estado um papel no qual ele não pode ser substituido. Mesmo as grandes firmas têm que recorrer ao Estado para defender alguns ou muitos de seus interesses. E por isso que o Estado é levado a ampliar cada dia seu papel e intrometer-se cada vez mais em diversos domínios, anteriormente reservados às iniciativas privadas."(Santos,1978:179/180)

Assim, Santos conclui:

"Os Estados-Nações, são formações sociais e totalidades legais e legítimas, são também a unidade geográfica de estudo" (Santos,1979:182)

Que conclusões poderemos tirar de tais afirmações?

A uma espécie de reconverção do raciocínio: o Estado passa a ser a síntese, por excelência (unidade geográfica de estudo). Sua diferencialidade interna passa a denominar-se subespaços (frações da unidade). Fica a pergunta: no caso de qualquer territorialidade que transceda o Estado teremos a somatória de Estados? Isto seria lógico mas não necessariamente correto.

"Vimos que a economia internacional, tal como é organizada atualmente, coloca os países frente a novas realidades cujo domínio escapa aos indivíduos e mesmo à maioria das firmas. A variabilidade dos preços dos produtos, a extrema rapidez da evolução tecnológica ou dos processos administrativos, as necessidades de troca muito extensas, os enormes movimentos que interessam hoje todas as firmas e todas as pessoas ultrapassam entretanto suas forças e exigem a presença de uma entidade de nível superior capaz de encontrar um meio de disciplinar estas forças diferentemente desencadeadas. Não é sem motivo que a mundialização da economia, começada desde o início do século XIX e atualmente generalizada, coincide com a criação do Estado moderno e sua evolução até seu aspecto atual. Na verdade, todo projeto de ação proveniente de um país e em diração a um outro, seja ele individual ou venha de um firma, só tem eficácia se se faz por intermédio do Estado.
O Estado exerce pois um papel pois um papel inter-

> mediário entre as forças externas e os espaços chamados a repercutir localmente essas forças. O Estado não é, entretanto, em intermediário passivo; ao acolher os feixes de influências externas ele os deforma, modificando sua importância, sua diração e, mesmo, sua natureza. Isto significa que a reorganização de um subspaço sob a influência de forças externas depende sempre do papel que o Estado exerce."(Santos,1979:183)

Onde chegamos? Justamente no fato de o Estado, produto da internalização das trocas passa a ter dessas, a sua fisionomia: internamente apresenta-se como unidade (tal como as firmas) e, na exterioriedade confronta-se com a multiplicidade de opções dadas pelo mercado, com a nuance de ser um "intermediaário" capaz de redefinir (pois "deforma, modificando sua importância, sua direção e, mesmo, sua natureza") os interesses existentes no momento de sua realização interna.

Assim:

> "De tudo isso fica evidente que, embora o Estado seja o fator número um para tudo que concerne o espaço, mesmo em suas menores subdivisões, existem desenvolvimentos que <u>momentaneamente</u> escapam ao seu poder (se se considera a questão sob o ângulo estatístico); isto se deve ao fato de que um grupo de variáveis e um pedaço de território são suscetíveis de interações de natureza múltipla, dependentes da escala respectiva.
> Seria útil reconhecer ao nível de cada escala qual o fator dominante. A escala do país, é sem dúvida o Estado, por sua natureza, sua concepção, sua organização, seu funcionamento etc...Mas em escala menor? Teríamos de levar em conta os subspaços nos quais é dada uma resposta às necessidades elementares dos homens, das firmas e das administrações presentes localmente?
> Seria preciso examinar o resultado da ação realizada pelo Estado em um subspaço, como conseqüência da existência de forças internas que neste subspaço impõem uma certa orientação à atividade do poder"(Santos,1979:185)

Então, embora "fator número um em tudo o que concerne ao espaço", "existem desenvolvimentos que momentaneamente escapam de

seu poder" "dependentes da escala respectiva" pois se " o fator dominante à escala do país, é sem dúvida o Estado","a análise não seria completa se não contássemos com a possibilidade de separar o que depende da contade do Estado (...) e o que não depende dessa vontade"

Aqui temos o mesmo problema que já vimos em Lacoste: o que serve para o todo não serve para as partes, já que parte e todo se relacionam como unidades independentes e não como expreções específicas de síntese. Por que? Pela razão de ser a diferencialidade e a unidade elementos de relação de troca onde o conceito de escala sustenta a lógica do mercado (onde cada um dos "contratantes" entram como elementos únicos -personalizados- da relação mercantil).

A partir dessa leitura, que esconde a verdadeira raiz do Estado, a linguagem torna-se, necessariamente, dúbia, como por exemplo: o Estado é número um mas perde momentaneamente o poder; existe uma vontade de Estado (que se apresenta como absoluta) mas, ao mesmo tempo teremos a vontade fora dele. Assim, o conceito geral não admite o singular; o singular, portanto, é outro geral, é outro real pois, se o Estado á determinante a nível do país ao se reduzir a escala já não há mais país. O Estado deixa de ser uma das sínteses possíveis (e necessárias) das relações de classe reais da sociedade para, separando-se desta, ter seu retorno enquanto "ser em-si" e "para-si". Mesmo enquanto máquina engendrada pelo Imperialismo, este (o Imperialismo) não é mais que expansão de mercados. A dubeidade está justamente aí: não há como definir o que é ser "número um", "determinante" ou proprie-

tário de "vontades" se a realização material desses poderes é, na verdade, outra coisa que não é o próprio Estado.

Assim, o que no segundo caítulo desse nosso trabalho detectamos ser a raiz da sociedade capitalista (a separação entre bens de produção e força de trabalho, materializada na forma de siatema fabril) toma, mesmo na geografia nova, uma expressão do mercado, base para se avaliar o mundo como um jogo em que "os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra estruturas" (Santos, 1985:06), um conjunto de pactuantes na troca de bens e serviços. Tal conjunto, no entanto, já demonstra a dificuldade da "Geografia Nova" em articular suas categorias de análise. Se, no texto de 1978 a noção de escala dificulta a articulação entre todo e parte (Estado-País-Nação versus materialidade/pontualidade da sociedade civil e do Estado), em 1985 temos "homens" como elemento em separado de "firmas" que, por sua vez estão desligadas das "instituições", etc. Ora, a categoria "homem", de caráter absolutamente abstrato e genérico (como já detectou Marx,1983:218), ao ser analisada em paralelo com firmas e instituições pode nos levar a duas confusões básicas: ou as "firmas" e "instituições" não são "homens" ou é possível entender-se por "homens" a mera soma dos elementos da espécie. Vê-se aqui que o "ou" "ou" não tem sentido meramente excludente já que só é possível o primeiro no contexto do segundo. Ora, isso pressupõe a possibilidade de identificarmos os homens por fora de suas formas de organização.

Por fim, meio ecológico e infra estrutura, como elementos de um mesmo sujeito composto (em conjunto com homens, firmas e

instituições) é, no mínimo, estranho. Que são tais elementos separamente? Que é meio ecológico? E infra estrutura? Tão genéricos quanto os demais elementos já comentados temos aqui uma articulação impossível pois:

A) Tais elementos são, no real concreto, intra-determinados;

B) Colocados lado a lado aparecem como que subtraidos das relações reais que os criam.

A título de exemplo poderíamos propor o fato de que não há firmas sem homens; não há infra estrutura sem supra estrutura. Entendemos, portanto, que a colocação desses diversos elementos como os "elementos do espaço" só pode ser feito no contexto de uma vizão contratualista. Só para o mercado proletários e burgueses são iguais e pactuantes do processo produtivo. Na raiz do Modo de Produção Capitalista não há contratos, não há iguais: há desiguais numa síntese real e necessária, cuja alienação resultante (igualmente real e necessária ao modo de produção) faz o objetivado (trabalho) aparecer como transobjetivado (mercadoria-moeda).

Assim, como afirma Moreira:

> "Esta unidade orgânica-contraditória segue uma articularidade simples no seu plano geral. O valor é produzido no espaço fábrica, que é de territorialidade necessariamente rígida, definida. A fábrica é, do ponto de vista das forças produtivas, elemento de uma divisão técnica do trabalho, portanto de um sistema fabril. O sistema fabril é uma rede de relações interdependentes, que empiricamente se exprime sob a forma de uma territorialidade pontual e interligada. Esta intradependência do sistema produtivo fabril constitui o mercado. Empiricamente distintos, fábriica e mercado mantêm ligações que são a substância do movimento D-M-D'. Isto é, o valor é criado no espaço fragmentário do sistema fabril (o nível pontual de cada fábrica) e se realiza através de seu deslocamento pelo interior

> da intradependência desse sistema (o nível do mercado). Esta ligação calcada na interdependência dos ramos do sistema fabril é sobretudo nítida quando este sistema se encontra já no estágio maduro da bidepartamentalização, isto é, em que os departamentos I (bens de produção) e II (bens de consumo) são mercados recíprocos. Sendo a substância do movimento D-M-D' as ligações fábrica-mercado (expressão visível da transfiguração do valor) são, por isso mesmo, a substância do Estado.(...) a transfiguração do valor é um movimentos contraditório. Para que as contradições que queimam este movimento por dentro não conflagrem, surge a instância destinada a estabelecer sua regulação jurídico-política, e a faça no sentido de que estas contradições sejam administradas a favor da hegemonização do trabalho pelo capital. Esta substanciação do Estado nas ligações fábrica-mercado e a natureza da função deste se pode aferir por meio de uma simples olhada na estrutura dos aparatos de Estado: são a reprodução ao nível administrativo da própria divisão técnica do trabalho do sistema fabril. A territorialidade da ligação fábrica-mercado, isto é, do sistema fabril, torna-se forçosamente, dado o que é a natureza da função do Estado, a territorialidade também deste. A territorialidade da fábrica é a do Estado, porque tem aquela como raiz" (Moreira, 1985:27)

Estado: sujeito/objeto das/nas relações sociais da produção capitalista, corretamente identificado com o Imperialismo moderno mas, somente, quando por Imperialismo identificarmos o movimento tendencial de passagem da subsunção formal para a subsunção real, gerenciada pelo capital financeiro e diferencialmente materializado ao nível planetário.

Assim fechamos um verdadeiro "circuito" de relações que nos permite identificar o "lugar" na espácio-temporalidade global e, esta, enquanto síntese geral dos lugares. A reflexão possível sobre a diferencialidade toma seu conteúdo de unicidade, superando as diversas expressões fenomênicas do processo de expansão/consolidação capitalista sem, no entanto, eliminá-las.

Cidade e Campo- A Territorialidade da Divisão Social do Trabalho

O ponto de partida dessa reflexão encontra-se justamente na tentativa de se observar o fenômeno "cidade-campo" enquanto relação entre essência e aparência, sem nunca perder de vista que o outro (a aparência) sem o um (a essência) são absolutamente incompreensíveis do ponto de vista científico. Assim buscaremos aqui, discutir a cidade como a materialização territorial do movimento estrutural das sociedades de classes. Diferentemente de Morais e Costa (1984), consideramos absolutamente impossível entender a espacialidade (aqui como movimento) capitalista por fora das contradições estruturais do capitalismo (entre elas a contradição entre capital e trabalho) e, por outro lado, em contraposição ao empirismo fenomenológico, é igualmente fora de sentido partir da mera descrição fenomênica das cidades para compreendê-las enquanto tal. A cidade capitalista, no nosso entender é a materialização fenomênica das relações de classe específicas do capitalismo. Assim como é a divisão cidade/campo a materialização territorial da divisão do trabalho no contexto de cada sociedade que atingiu tal forma de organização. Discutir a cidade sem o movimento das classes é como discutir a luta de classes sem atingir qualquer ponto de sua materialidade. Por isso a discussão deve ser feita através da identificação do par dialético cidade/campo, já que, é nesse contexto de expressão territorializada que a contradição capital-trabalho se consolida, não pela eliminação, mas pela realização via negação dos contrá-

rios.

O que seria a negação nesse caso específico? Como vimos anteriormente a espacialidade gera (ou cria, ou incorpora) valores cuja origem genérica está na relação entre Homem/ Natureza. E justamente a forma de organização da sociedade, isto é, as relações de produção, que definem a forma pela qual se materializa a relação Homem/Natureza. Rompendo com qualquer possível "congelamento" conceitual no que tange às relações de produção, poderíamos aqui avançar para o fato que, enquanto relação, é movimento, e portanto, é espaço temporalidade. Não como abstração exteriorizada da natureza mas como relações de produção, síntese categorial dos movimentos do concreto: o movimento (espaço-temporalidade) gera formas específicas que, num primeiro momento aparecem como resultante para ser condição do próximo movimento. A tal resultante-condição chamamos aqui de territorialidade (ou arranjo territorial). Assim posto, tais resultantes-condições apresentam-se como segunda natureza e a elas deve se incorporar o fato de serem limite para cada movimento subsequente.

Cidade-campo: limite/condição/resultante no modo de produção capitalista. A tríade dialética apresenta-se aqui da forma seguinte: A universalidade está no Imperialismo (acumulação do capital hoje), a particularidade nas Formações Econômicas e Sociais (cuja delimitação político/territorial se expressa, geralmente <mas, não, necessariamente>, enquanto Estado, enquanto síntese material da forma específica em que se realiza as correlações de força entre classes e frações de classe, i é, internalizações e externalizações da reprodução ampliada do capital), e, por fim, a singularidade na estrutura de classes cuja territoria-

lidade principal se expressa como cidade/campo.

Nesse momento, então, estamos num dos planos da tríade: o da singularidade. Resumindo: na sociedade capitalista o valor se realiza enquanto valor para o capital; as relações de produção determinam a escala de valores que, pela diferencialidade dos movimentos, implicam na espacialidade diferencial e por fim, teremos na materialização dos lugares (aqui como cidade/campo) o mote fundamental da diferencialidade, ou seja, o arranjo territorial das diferenças definidas pelas relações de produção.

> "A cidade, como tal, faz parte das condições históricas implícitas no capitalismo. Resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se efetua nele e por ela). E uma coisa social na qual se tornam perceptíveis (se tornam sensíveis) relações sociais que por si, não são perceptíveis (cf. O Cap., I, p. 85),havendo de concebê-la pelo pensamento a partir de sua realização concreta (prática). Neste quadro, que é o das relações sociais objetivadas, tem lugar a circulação das mercadorias e a criação do comércio e do mercado. ponto de partida do capital no século XVI (I,p.151)
> (...)
> Mas examinemos (...) as funções e estruturas da forma urbana que a história legou à sociedade burguesa:
> a)Do ponto de vista da formação da mais valia. A cidade não desempenha uma função essencial. Com efeito, o local de exploração , o local onde inicialmente se forma a mais valia, é a unidade de produção: a empresa, a 'sociedade' em sentido capitalista, o ramo da indústria, sem esquecer as grandes e médias unidades de produção agrícola (as que empregam mão-de-obra assalariada)
> (..)
> Se a cidade, como tal, não é exterior às forças produtivas nem indiferente às relações sociais da sociedade burguesa, é a realização da mais valia que passa para o primeiro plano (do ponto de vista econômico)
> b)Do ponto de vista da realização da mais-valia. Esta realização exige antes do mais de um mercado, e depois de um sistema particular de crédito, de desconto, de transferência de fundos, que permita ao dinheiro desempenhar plenamente sua função:

> perequação dos valores de troca, circulação das mercadorias, meio de pagamento.(Lefebvre,H. 1972; 132 e segts).

Temos aqui a base para transitarmos entre as categorias mais gerais e sua realização do ponto de vista fenomênico. A cidade, primeiramente, não é o capitalismo. O modo de produção capitalista provoca um conjunto de movimentos no sentido de gerar condições fundamentais para a produção do excedente e, portanto, para sua valorização. Tais movimentos, expressos empiricamente pela desapropriação do trabalhador de suas condições de trabalho (ferramentas, terra), gera um processo de desterritorialização, isso é, de mobilidade territorial que se configura pelo desalojar contínuo do campesinato e pela transformação do local de moradia em mercadoria, provocando o desenraizamento praticamente completo da força de trabalho em relação ao local de residência. A partir dessa crescente fluidez territorial qualquer lugar é, potencialmente, bom para a produção do excedente. No entanto, é justamente o papel cumulativo das forças produtivas que implicam na constituição das cidades ,nos quais , apesar de não serem o fundamento do processo de exploração direta (contradição capital x trabalho), acabam , num segundo momento do mesmo movimento (D-M-D') a ser a condição por excelência do processo de realização.

E justamente nesse sentido que é possível fazermos a crítica a uma leitura da cidade enquanto fonte geradora das contradições estruturais do modo de produção capitalista. Tal leitura, fundamenta-se na reificação do mercado como centro do conflito, transformando o que é essencialmente uma relação de classes numa relação territorial.

Não negamos aqui, que as relações entre as classes se deem

no território. O que não podemos confundir, no entanto, é que seja o território e sua expressão diferenciada, o motor do processo. Confundiremos assim, essência com aparência e, é justamente nesse âmbito, que nossa polêmica se instaura.

O urbano ganha para nós, o sentido do movimento de desterritorialização, de fluidez territorial, imposto pelo processo de acumulação de capital, cujas raízes mais profundas estão na formatação de classes do modo de produção capitalista. A proletarização da força de trabalho é a resultante/ condição/ limite da urbanização e não se limita à territorialidade das cidades. O processo de urbanização, no nosso entender, está diretamente relacionado com a expanção territorial das relações de produção tipicamente capitalistas. Se é possível estabelecer-se o limite cartográfico das cidades pela sua expressão territorial (diretamente relacionada à concentração territorial da população), o mesmo não se pode afirmar do urbano, cujos limites estão diretamente relacionados ao processo de passagem da subsunção formal para a subsunção real dos territórios às relações de produção tipicamente capitalistas.

Por outro lado a cidade não é "mero reflexo" da espacialidade diferencial da sociedade capitalista. Nesse sentido.a cidade é o capitalismo, na medida em que é a materialidade de seu movimento. A observação do fenômeno é, à princípio o ponto de partida para a elaboração das categorias necessárias à construção do concreto em pensamento. Portanto, os movimentos que se materializam nas cidades, ao serem denominados de movimentos sociais, só nos permitem a construção de uma tautologia.

Vejamos: uma agremiação qualquer de moradores se organiza para reivindicar mais escolas, ou hospitais, ou asfalto, ou qualquer outro bem ou serviço, geralmente gerenciado pelo Estado. Não há dúvidas de que esse conjunto de reivindicações estão absolutamente ligadas à realidade das contradições cotidianas em que vive o homem da cidade. Sem escolas não há alfabetização e, sem esta, as dificuldades de sobreviver se ampliam, para uma complexa estrutura produtiva que exige, no mínimo, trabalhadores alfabetizados. Sem hospitais o acesso aos serviços de saúde se complicam e a relação com o empregador e os dias parados por doença se tornam insuportáveis, sem asfalto a velocidade da circulação se reduz e, assim por diante.

Consideremos a hipótese do movimento vir a ser vitorioso. O que teremos? Uma melhoria localmente identificável das condições de vida dos habitantes do lugar. Isso é tudo? Evidentemente que não. Em primeiro lugar, porque a palavra habitante é demasiadamente genérica para avaliar a situação. A presença de escolas, hospitais ou asfalto ampliará rapidamente o nível de procura por casas ou lotes de terrenos na região de abrangência das melhorias. A especulação, fruto direto e predileto da desigualdade territorial, vai impor a uma certa quantidade dos reivindicantes a pronta mudança do local de moradia. Voltará a reivindicar a mais nova vítima da fluidez territorial capitalista? Que importa? Não vamos nos lamentar com o destino dos expulsos. Fiquemos atentos somente com os que permaneceram e usufruiram das conquistas.

Que receberam os reivindicantes? Escola? Evidentemente que à partir do momento em que o Estado amplia sua rede de escolas

amplia igualmente os mecanismos de reprodução da ideologia hegemônica na máquina do próprio Estado (e, como veremos mais adiante, igualmente hegemônica na sociedade como um todo). Asfalto? Ora, a quem, em última análise serve o asfalto? Serve ao morador na medida em que este está inserido na velocidade da circulação de mercadorias exigida pelo processo de acumulação capitalista.

Isso quer dizer que reivindicar é um desperdício? Evidentemente que não. O que estamos identificando é que, em primeiro lugar, a reivindicação, em si mesma, é fruto do conjunto de contradição inerentes ao processo de reprodução do capital; em segundo lugar, que tais reivindicações são geralmente formuladas através da forma como a contradição se apresenta e não atingem os processos estruturais que a geram; por fim, a necessidade de responder positivamente a um conjunto delas está diretamente ligado ao fato de que o volume de trabalho morto disponível é, sempre, inferior às necessidades do processo cumulativo. É absolutamente claro que um modo de produção que, a cada momento, amplia sua capacidade produtiva não pode entender por capacidade produtiva exclusivamente o volume de máquinas agregadas dentro da fábrica mas, sim, o conjunto de condições disponíveis para a aceleração positiva e constante da reprodução ampliada do capital e, portanto, do próprio mercado.

Todas as classes sociais subsumidas ao processo de acumulação capitalista estão diretamente envolvidas com o conjunto de contradições estruturais desse modo de produção. Para que possamos compreender um pouco melhor a postura que ora defendemos, basta lembrar que, é justamente nas cidades que se desenvolvem os

principais movimentos reivindicatórios para melhorias salariais, o que não implica em considerá-los como "movimentos sociais urbanos". Por outro lado, como bem lembra Marx, (Marx,s/d:333/378 e 60 a 82; 1989: 157 a 172)), a reivindicação salarial não redefine a relação entre capital e trabalho. Pode, no máximo, reduzir por um determinado período a taxa de lucro mas manterá o proletariado no plano das lutas impostas pelas relações de mercado. Em outras palavras: reivindicar melhores salários não significa exigir a gestão do processo produtivo, o domínio sobre os bens de produção e a definição sobre seus destinos, assim como, mais escolas não definem o conteúdo programático das mesmas e, nem mesmo, a gestão dos reivindicantes sobre o que, como e para quem se deve ensinar alguém. As contradições inerentes ao processo de reprodução ampliada do capital definem um conjunto de "movimentos sociais", os quais, tomam as mais variadas formas. O problema é tentarmos explicá-los através das "formas", pois, assim, não chegaremos a qualquer compreensão de seus significados no contexto social em que estão inseridos.

Vejamos como observa Castells (como sempre, a escolha de um autor está diretamente vinculada a uma escala valorativa de sua influência no discurso geográfico) a questão dos movimentos sociais urbanos:

> "Assiste-se (...), ao aparecimento e generalização progressiva de <u>movimentos sociais urbanos, isto é, sistemas de práticas sociais contraditórias que põem de novo em causa a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana</u>.
> Mas, que se entende por problemática 'urbana'? Não é de modo nenhum 'tudo o que se passa nas cidades', pois com a nossa sociedade cada vez mais completa-

mente urbanizada, não haveria especificidade para as questões postas e o termo tornar-se-ia inútil por ser demasiado geral. Quando se fala de 'problemas urbanos' referimo-nos (...) à série de atos e situações da vida cotidiana cujo desenvolvimento e características dependem estritamente da organização social em geral. A um primeiro nível são as condições de alojamento da população e o acesso aos equipamentos coletivos (...).

Trata-se também de outros momentos da vida do dia a dia. (...)intermináveis horas extenuantes de transporte (...), a separação funcional das diferentes atividades (...), o isolamento dos subúrbios (...) e a marginalização de certos grupos sociais específicos. E também a situação das minorias étnicas (...). São os adolescentes (...). Ou ainda é o caso das mulheres (...). Este conjunto de fenômenos forma um todo. (...) Eles constituem um processo social estruturado cuja lógica e unidade decorrem do desenvolvimento progressivo de novas contradições sociais nas sociedades capitalistas.

(...)

Todavia, esta lógica não pode ser desenvolvida até às últimas conseqüências pois a nossa sociedade não é o puro desenvolvimento da lógica de um sistema, (sic) mas a relação de forças entre classes sociais em função de seus respectivos interesses.

(...)

Assim, Paris, Montreal, U.S.A., Chile, não são 'casos' que se apresentem como testemunhos mas como expressões históricas particulares de um processo simultaneamente geral e complexo: o processo pelo qual a luta de classes e os problemas urbanos se ligam estreitamente, desenvolvendo novas contradições sociais que estão na base de nossa vida cotidiana." (Castells, 1976 : 1-19).

Não há dúvidas que se observa um grande esforço do autor em identificar a existência de um conjunto de contradições e lutas cuja territorialidade está na cidade e cujas características se misturam, em graus variados, com a chamada luta de classes. O autor, no entanto, não consegue fugir das questões que já apontamos: a de caracterizar os movimentos, de um lado, pela sua origem territorial e, em conseqüência, em função das contradições impostas no plano do mercado (re-observe a listagem de exemplos de

"movimentos sociais urbanos" oferecida por Castells na citação acima), sem uma clara definição do papel de tais movimentos no contexto das relações de classe típicas do capitalismo. Vejamos: quando o autor afirma que por 'problemática urbana' não se deve entender como 'tudo o que se passa nas cidades' mas, sim, 'à série de atos e situações da vida cotidiana', o que será que ele quer dizer? A listagem de exemplos é suficientemente ampla para nos levar a um conjunto de inferências que, tranquilamente, absorveria uma completa (e, por isso, muito maior) listagem de atos cotidianos que, de uma maneira ou de outra, gera insatisfações. A definição de Castells é suficientemente vaga para nela caber de tudo, ou, por isso mesmo, praticamente nada. Se, por um lado, é evidente que os congestinamentos são irritantes, que a poluição diminui a qualidade de vida, que os problemas étnicos estão na origem de grandes mobilizações, ler tais questões como urbanas ou não urbanas não passa de um reducionismo. Reducionismo para quem? Evidentemente que dentro do próprio texto que, ao falar de uma "sociedade cada vez mais completamente urbanizada" não chega a um conceito de urbano e acaba por listar ascontradições urbanas como contradições que se dão na territorialidade da cidade.

Vale afirmar que a "lógica e unidade decorrem do desenvolvimento progressivo de novas contradições sociais nas sociedades capitalistas"? Sem dúvida que sim! Mas, o que implica a afirmação de que "esta lógica não pode ser desenvolvida até as últimas conseqüências"? O que quer dizer a afirmação de que "nossa sociedade não é o puro desenvovimento da lógica de um sistema,

mas relações de forças entre classes sociais em função de seus respectivos interesses"? Tais afirmações são vazias de sentido. Seria o mesmo que afirmar a existência de uma sociedade sem a sociedade. É possível a existência do capitalismo sem o conjunto de contradições sociais que o constituem? Não é a luta de classes a mutação constante das relações de forças que a definem? Afirmar que a luta de classes e os problemas urbanos se ligam não passaria de uma tautologia, já que o segundo é a expressão territorializada do primeiro? Na verdade, lutas de classes e problemas urbanos nas sociedades subsumidas pelo capitalismo nunca deveriam ser colocados no mesmo patamar de abstração, são categorias que se encontram em "lugares" diferentes da escala categorial que permite a análise das contradições do modo de produção capitalista. O problema, portanto, não está em descobrirmos liames que conectem uma categoria a outra mas sim, o que, em cada um dos patamares oferecidos por tais categorias é possível descobrir-se do mesmo processo.

Retomemos os exemplos de Castells. Dois deles são do mais absoluto cotidiano das grandes cidades: o congestionamento e a falta de habitações. Em que medida tais fenômenos ligam-se diretamente com o desenvolvimento do modo de produção capitalista? Numa rápida observação podemos constatar que:

1- O processo de produção e circulação de mercadorias "exige", principalmente quando se trata da produção fabril, a concentração territorial de máquinas, matérias-primas e força de trabalho;

2- Tal concentração territorial, no entanto, não implica diretamente na homogeneização das tarefas concernentes à produção

e circulação; pelo contrário, o que se observa é a constante especialização das tarefas: uma verdadeira divisão técnica do trabalho territorializada, ou, poderíamos afirmar: uma divisão territorial do trabalho;

3- A heterogeneidade das tarefas, ligadas diretamente aos custos de reprodução da força de trabalho, está diretamente ligada a uma desigual distribuição da massa global de salários entre os trabalhadores, implicando, portanto, que cada classe de salários se especialize enquanto capacidades de consumo igualmente diferenciadas e, portanto, numa divisão territorial por classe de renda;

4- Considerando que "morar" implica na compra ou arrendamento territorial, já que o território é alvo da apropriação privada monopolizadora, podemos inferir que, dependendo da capacidade de consumo de cada habitante da cidade teremos um certo tipo de assentamento territorial: mansões, favelas, apartamentos de luxo ou não e, por outro lado, um certo tipo de equipamento de circulação (carro, metrô, ônibus, etc.);

5- Considerando , então, que a diferencilidade da capacidade de consumo distribui os trabalhadores territorialmente (bem como toda a população), especializando bairros e até grandes regiões de cunho metropolitano e, de outro lado, a venda da força de trabalho implica na concentração territorial desses diversos estamentos, teremos um movimento constante de circulação de pessoas e coisas, cuja origem primária está na estrutura de classes da sociedade mas, cuja contradição aparente, está na desigual distribuição do àcesso ao mercado;

6- Por fim, considerando que o processo produtivo, mesmo em momentos de crise, tende ao crescimento e que o processo de circulação depende do volume de trabalho morto disponível (o que chamamos de infra-estrutura viária) temos as falsa impressão de estarmos vivendo numa cidade saturada e, evidentemente, nos exigirá um esforço muito maior de reflexão a compreensão de que o congestionamento, a falta de moradias, a falta de ônibus e a conseqüente superlotação, são manifestações da especialização territorial gerada pela divisão social do trabalho.

No contexto em que colocamos a discussão, nossa intenção é inverter a ordem comum da análise: entendemos que os movimentos, na forma pela qual se expressam, acabam denunciando os diversos aspectos com que a relação entre capital e trabalho se materializa e que, portanto, conquistar ou não reivindicações nesse nível está diretamente ligado à capacidade do modo de produção capitalista expandir-se garantindo sua própria hegemonia. Do ponto de vista das transformações mais radicais (o fim do capitalismo) tais movimentos têm um caráter dúbio: podem apresentar-se como um processo de acúmulo de forças das classes trabalhadoras como, no limite, a descaracterização do caráter classista das contradições, mantendo-as no nível meramente economicista e, portanto, expressando a cada momento, os verdadeiros "vazios" gerados pela reprodução ampliada do capital, sinalizando os necessários ajustes que o processo tende a exigir.

Tais reflexões, no entanto, não explicitam um outro aspecto até aqui apenas inferido: o fato de o confronto entre K x T, ao se efetivarem nas marcas é no ritmo do mercado, não deixam de reverberar no interior do sistema fabril, na medida em que obriga

a elevação constante de capital orgânico (revolução técnico científica, para outros) e a queda tendencial da taxa de lucro.

Se nos é possível identificar que fábrica e mercado são, na verdade, expressões empíricas de um sistema de entrecruzamentos onde, o segundo (mercado) tem para si o papel de "rede de ligação" do sistema produtivo (D-M-D') podemos afirmar que, do ponto de vista do sistema o jogo promovido no interior da fábrica por mais salários se efetiva nos interstícios do mercado como luta por mais asfalto, escola ou hospitais e que a ampliação do capital orgânico na fábrica e da infra estrutura nas cidades têm a mesma raiz : a luta entre K e T.

O que não se pode deixar de lado, no entanto, é que, da mesma forma que na passagem do trabalho objetivado (na fábrica) para sua trans-objetivação (no mercado) teremos uma inversão do real (a relação Homem-Natureza e Homem-Homem toma a forma de moeda) é no âmbito de tal alienação, na sua espacio-temporalidade que a luta se realizará num processo onde cada vitória da classe trabalhadora tende a ser uma vitória da burguesia e só não se mantém nesse patamar porque o desenvolvimento da hegemonia burguesa é, na totalidade do processo histórico o aprofundamento das contradições que a sustentam, i é, a clivagem entre modo de produção e força de trabalho a base real de identidade das classes em contradição, cuja síntese é a reprodução ampliada do capital ou, o que dá no mesmo, das relações capitalistas de produção e, portanto, da implosão/ruptura pelo desenolvimento das forças que equilibram e coesionam o atual estágio histórico/geográfico da sociedade humana.

CAPITULO 4

DA GEOGRAFIA CRITICA A CRITICA DA GEOGRAFIA

A ruptura com a sociedade de classes é, igualmente, ruptura com a espacialidade das classes

"Ainda combatemos palmo a palmo com o gigante Acaso e sobre a humanidade inteira reinou até agora a insensatez, o sem sentido". (Nietzsche,1974:241).

"Hoje estamos na crono política. A geografia é a mensuração do espaço. Atualmente, desde os vetores do período pós II Guerra Mundial, a geografia foi sendo transformada. Entramos numa outra análise do espaço que está vinculada ao espaço-tempo. Aquilo que chamamos de 'projeção equidistante azimutal' é a geografia do tempo. A geografia do dia da velocidade, não mais a geografia do dia metereológico.
(...)
A cidade era o meio de se mapear um espaço político que existiu numa dada duração política. Agora a velocidade - ubiquidade, estantaneidade - dissolve a cidade, ou melhor, a desloca. Eu diria que corresponde a um outro tipo de população. Já não habitamos mais o estacionamento (cidades como grandes áreas de estacionamento para as populações), habitamos o 'tempo' gasto mudando de lugar, o tempo da viagem.
(...)
Portanto há uma desrregulagem da distância que cria distâncias-tempo para substituir distâncias-espaço. A geografia é substituida pela cronografia". (Virillo; Lotringer: 1984:62-63).

"Primeiramente, companheiros, penso que para podermos pensar as relações existentes na atualidade entre o Socialismo e o Marxismo, entre o ideal de uma nova sociedade e aquela reflexão teórica que procurou fundamentar revolucionariamente essa aspiração, é preciso de uma constatação elementar (...), o ideal de luta pelo socialismo encontra-se hoje, em um impasse de dimensões históricas.
(...)
As evidências desta encruzilhada histórica podem ser percebidas, imediatamente, nas realidades construídas por todas as sociedades pós-revolucionárias.(...)
Mas, se é possível chegar até esta conclusão à partir de uma apreensão meramente intuitiva e por decorrência de constatações empíricas, já não é

> mais possível avançar sem o recurso à reflexão teórica mais radical (...)
> (...) Ou bem tomamos a realidade das sociedades pós revolucionárias para ilustrar nossos esquemas, ou bem partimos destas realidades para repensar nossos conceitos.
> (...)
> Particularmente, sou da opinião que qualquer esforço sério do ponto de vista intelectual para se repensar a luta pelo Socialismo hoje deve colocar a exigência de uma revolução teórica à partir do legado marxista. Penso, mais do que isto, que esta 'revolução teórica' constitui a principal tarefa revolucionária desta época e que, portanto, não será obra de um pensador, de uma corrente ou de um Partido. Exigirá, talvez, o concurso de mais de uma geração de revolucionários.
> (...)
> Mas onde pode ser identificada esta tensão' na obra dos clássicos?(...)
> E evidente que (...) o problema essencial (...) é, precisamente, o de saber se há na História 'leis objetivas' e reais cuja concretude possa se manifestar antes da praxis concreta dos homens concretos ". (Rolin, 1989: 1-4).

Já por volta de 1978 Carlos Walter Porto Gonçalves avisava, num artigo extremamente polêmico para a época que : "A Geografia está em Crise, Viva a Geografia!" e apontava claramente para o papel "sedutor" da crise, do momento em que se coloca em xeque o conjunto de respostas já tão enraizadas em nossas cabeças que acabam por não permitir perguntas. Respostas que não induzem perguntas devem ser vistas como dogmas e o discurso constituido pelos geógrafos pouco ou nada deixava de dúvidas, e por isso mesmo, precisava ser questionado por inteiro.

Assim, dentro e fora dos muros acadêmicos, com maior ou menor propriedade, a tarefa questionadora tomou pé, muitas vezes calcada naquilo que ficou conhecido como Geografia Crítica. A década de 80, enriqueceu o acervo bibliográfico dos contrapontos entre as diversas correntes de pensamento, e por isso mesmo, o discurso geográfico não ficou impune aos questionamentos de cunho

teórico metodológico que se fizeram em torno das teorias que buscaram orientar a prática política, como, também, viu-se frente à frente com mudanças profundamente propagandeadas na própria Geografia, principalmente no que se refere ao desenvolvimento dos processos políticos na chamada Europa Oriental e na URSS.

Tantas mudanças, como bem identificou Rolim no texto supra citado, levaram necessariamente a muitos dos que se propõem a práxis revolucionária à perplexidade. Ao que parece, faz-se necessário a construção de um novo discurso: começando pelo epitáfio da geografia (Virilho) ou do próprio marxismo (Rolim, em mais um epitáfio tantas vezes repetido mas, até agora, inacabado). No entanto, em nosso entender, se retomarmos o título de Gonçalves em seu artigo de 78, deveríamos buscar terminá-lo com um magestoso ponto de interrogação pois, no final das contas, se a crise é um pressuposto fundamental para o questionamento, ela (a crise) ou ele (o questionamento), não podem ser considerados, em si mesmos, como a ponta do iceberg das soluções.

E preciso, antes de tudo, ter-se um pouco mais claro o que se pergunta, para quem e com que objetivo. Sem tal re-pensar, a crise não é, em si mesma, o pressuposto da ruptura, mas pelo contrário, do re-arranjo dos discursos para se garantir, com novas palavras, as mesmas soluções estruturais.

Chegamos ao ponto central: a ruptura. E o que anseiam as palavras citadas em epígrafe no início desse capítulo. Resta saber se atingem ou não o objetivo. Resta continuarmos procurando caminhos.

A Morte da Geografia:
Os Descaminhos da Reflexão sobre o Movimento

Uma certa "distância" separa Milton Santos de Paul Virillo. O primeiro tem a maior parte de sua obra na defesa de um repensar da espacilidade, na construção de um arcabouço teórico-metodológico que permita um leitura das "rugosidades" (conjunto de marcas territorialmente identificáveis) com vistas à compreensão do conteúdo geográfico do real. O segundo, conforme pudemos observar no texto citado, concentra-se na questão da temporalidade (construção de uma cronografia) com vistas a absorver as novas relações entre espaço-tempo sugeridas pelo desenvolvimento tecnológico no campo das comunicações.

Algo, no entanto, os une umbilicalmente: a relação entre o processo de produção da territorialidade moderna (em alguns momentos chamada de espacialidade) com o desenvolvimento técnico e científico.

Já observamos no capítulo anterior nossa posição sobre a questão do desenvolvimento tecnológico. O que faremos aqui é, justamente, o pensar da territorialidade que tal desenvolvimento tem requerido. Em outras palavras: morreu a Geografia, ou agoniza o discurso que busca desvendá-la?

Já chegamos a afirmar que não queremos confundir a Geografia (ordenação territorial provocada pelo movimento entre Homem/Natureza e homem/homem) com o discurso geográfico que, como defendemos, é somente a leitura desse arranjo.

Assim, e somente assim, nos parece válido perguntar: o

desenvolvimento do modo de produção baseado na acumulação do capital destruiu os arranjos territoriais em nome de , a partir do caos nas marcas e nos fluxos, construir pela via da temporalidade (cuja redução constante tenderia, igualmente a uma a-temporalidade, ou ubiquidade, como afirma Virillo) a face estrutural de sua sociedade?

Virillo, no nosso entender, nos coloca frente a frente com uma grande farsa. Sua leitura de mundo repete incorreções que já chegamos a comentar em autores citados anteriormente: ao se apropriar de categorias de análise, acaba por lhes dar vida própria e por impedir definitivamente a compreensão de que qualquer mudança no jogo das determinações só pode ser apreendida se não perdermos de vista o real concreto constituido. Se, ao construirmos o concreto em pensamento, o construimos sem levar em conta que o real concreto é síntese de múltiplas determinações perderemos o vínculo entre a análise e o analisado. Senão vejamos:

O que o empírico nos mostra? Tem razões Virillo tomar para si a necessidade de refletir as mudanças provocadas pela televisão, pelo telefone, pelas aeronaves supersônicas (ou não), pelos satélites e tudo o mais? Não há dúvidas de que a partir da chamada II Guerra Mundial tivemos mudanças importantes em relação ao conceito de perto e distante, em nome do desenvolvimento tecnológico. Como poderíamos encontrar em Baudrillard (1973) tivemos nas últimas décadas mudanças profundas na ambiência. Uma parte considerável da população vive, direta ou indiretamente, ligada ao desenvolvimento das velocidades com que os diversos

pontos do planeta estão diretamente ligados.

Tais mudanças, no entanto, implicaram em rupturas com as estruturas sociais em que se fundamentavam as sociedades antes e durante a tal II Guerra? Tendemos a afirmar que não.

A crise provocada pelo re-arranjo na correlação de forças entre as frações de classe (tanto do ponto de vista da especificidade dos investimentos quanto das especificidades territorias) intra-burguesas, não definiu, em si mesma, qualquer ruptura com o capitalismo. O que tivemos nas últimas décadas foi a re-adequação, do ponto de vista do sistema de fluxos, às condições do desenvolvimento da produção industrial nos moldes de uma nova política , gerada pela superação da caracterização maniqueista de burguesia nacional como nação capitalista.

O que Virillo aponta, em última análise, é somente um dos aspectos desse movimento, e por isso, reifica-o. A impossibilidade da existência do processo de produção e re-produção de qualquer sociedade por fora de seu território, ou melhor, por fora do território, acaba por colocar nosso discurso num verdadeiro impasse, como bem apontou Hegel (1985) ao detectar as dificuldades do pensamento em tomar a totalidade e sua tendência em recortá-lo, congelá-lo, mumificá-lo. Virilho tentou entender o processo identificando o fato de que nunca foi tão rápido o deslocamento sobre o território. Esqueceu-se de que não há deslocamento para o nada. Que o ponto de partida e o de chegada, independentemente de poderem ser expressos como meros pontos no circuito global dos fluxos de coisas, pessoas e informações são coisas, pessoas ou informações no contexto de uma certa territorialidade (lugar para Hegel-1989). Por isso poderíamos dizer que

vivemos, ao mesmo tempo, um conjunto diferenciado de velocidades e que o real concreto, dos homens concretos, é a síntese de todas elas.

Vejamos: em primeiro lugar poderíamos detectar (permanecendo no plano puramente empírico) que os Estados, por se materializarem como países, têm um processo de deslocamento extremamente lento (chegando ao nulo), principalmente quando os comparamos com as fábricas. O deslocamento dos parques fabris (num "mapa dinâmico" poderíamos identificar o fenômeno como um verdadeiro espalhamento) colocou para o plano planetário a questão da proletarização da força de trabalho e, ao mesmo tempo, redefiniu o conceito de mercado na sua dimensão territorial. Um processo de produção, consolidado territorialmente de forma planetária, obrigou a planetarização dos mecanismos de investimento. A ligação entre o capital fabril e o capital bancário acabou obrigando, de um lado, uma redefinição da territorialidade das fábricas e, de outro lado, a definição dos fluxos que permitem a realização do capital investido.

> "Esta contradição vai engendrar (...) uma outra forma de contradição: a separação entre o capital especulativo e o capital produtivo em decorrência de o espaço do imperialismo segmentar-se em territorialização do movimento D-M-D' e territorialização do movimento D-D'.
> A origem desta fragmentação territorial é a necessidade do capital de conferir livre territorilidade aos movimentos do capital dinheiro. Este está no início e no fim do cliclo D-M-D', ativando-o através de seu permanente movimento de liquidez.
> (...)
> Esta fragmentação, se tem raiz na hegemonia da totalidade atual do sistema mundial pelo capital financeiro, exprime a autonomia de reprodução que este capital passa a dar à sua forma bancária. A

> forma que adquire e mera expressão que no seio do capital passa a se dar entre o capital em geral e o capital produtivo em particular. E essa descolagem no seio dos capitais que vai engendrar dois sérios problemas contemporâneos: 1º. a inflação acelerada e mundial; e 2º. o endividamento galopante dos Estados Nacionais ". (Moreira, 1984: 36 e 37).

Longe, portanto, do discurso geográfico profundamente preocupado com as expressões mais perenes do território (afinal, não é incomum no seio da geografia tratar-se do relevo como se trata das cidades, como se a velocidade da transformação de um fosse igual a da outra) não há razão alguma para se encarar o movimento enquanto percepção de relações entre espaço e tempo. Não há, e não pode haver, uma ontologia do espaço, nem mesmo do tempo. O que há , e deve haver, é uma ontologia da matéria, cujo fundamento é o movimento e cujas expressões, jamais passíveis de qualquer separação, são o espaço e o tempo. Fora disso estaremos no campo da metafísica.

Cremos que aqui os pressupos de Virillo caem definitivamente por terra. Quando o autor afirma que é " A geografia do dia da velocidade, não mais a geografia do dia metereológico" que deve ser levada em conta é, justamente, quando no seu universo conceitual tornou-se possível desligar-se o espaço do tempo e, quando buscou inserir o movimento (velocidade) eliminou a espacialidade (dia metereológico ?). Note-se que do ponto de vista do autor é possível o dia metereológico sem movimento, como algo absolutamente estático.

As posições de Virillo são, no entanto, mais claras no parágrafo seguinte: ele afirma que "já não habitamos mais o estacionamento (cidades como 'grandes áreas de estacionamento para

a população). Habitamos o 'tempo' gasto mudando de lugar". O jogo de palavras é completamente vazio de sentido se, dele buscarmos fazer ferramenta conceitual que colabore para análise das cidades a qualquer tempo. Não se conhece nenhum momento da história em que as cidades fossem estacionamentos de população. A rigidez territorial versus a mobilidade é (como já observamos em nota citando texto de Poulantzas) uma falsa questão, quando colocada de forma a desconsiderar as relações de produção que geram as matrizes espaciais. O que queremos, e devemos, identificar é o sentido do movimento, a matriz pela qual o movimento gera marcas e define a paisagem geográfica. Por outro lado, representar a cidade como um depósito de seres humanos é jamais perguntar o que, no final das contas, tais seres humanos estão fazendo nesse dito "estacionamento".

O que diferencia as cidades de um mesmo momento histórico ou a cidade nos seus diversos momentos históricos é a dinâmica pela qual se dá o movimento de sua produção e re-produção. Só poderíamos considerar a cidade como estacionamento se desconsiderássemos a dimensão temporal do território e, pelo contrário, só veremos o movimento enquanto movimento no tempo se desconsiderarmos que o tempo só existe no sentido de ser tempo de algo que se projeta de um lugar para outro e, portanto, reafirmamos, não há tempo sem espaço.

Virillo aponta a ubiquidade como característica do hoje para, no final, requerer a substituição da geografia pela cronografia. Ora, ser ubiquo é estar em todos os lugares ao mesmo tempo. O que Virilho se esquece é que, no plano em que está discutindo (a cidade, os aviões, as pessoas) ele não ultrapassa o

fenomênico, o empírico, (o pontual), e portanto, as expressões particulares e singulares do universal.

No sentido colocado a ubiquidade simplesmente não existe pois isso pressuporia a homogeneidade, a inexistência do um e do outro, e portanto, mais uma vez, a inexistência lógica do movimento (e, nesse caso, do tempo).

Quanto à morte da Geografia, muito pouco a comentar, basta afirmar que uma coisa é o discurso geográfico incorporar a variável tempo para desesclerosar o seu discurso, outra é afirmar que a Geografia , na forma em que vimos discutindo até aqui, não existe.

Revolução: a Construção de uma Nova Espacialidade e a Destruição da Espaço-Territorialidade Capitalista

Quando traçamos as primeiras linhas de um projeto que, muitos anos depois resultaria nesse trabalho, a crise do Leste Europeu, a glasnost ou a perestroika ainda não faziam parte das discussões cotidianas. Nem mesmo se aventava quais seriam os caminhos que a crítica ao Stalinismo deveria percorrer. Tais fatos, no entanto, de forma alguma deixaram de colocar na ordem do dia que o socialismo estaria passando por uma crise (quem sabe de que? Legitimidade? Funcionalidade?), que deveria levar (e levava) a novas formas de construção conceitual do que era (ou deveria ser) o processo revolucionário. Uma parte dessa crítica, como já é de hábito desde o século XIX voltou-se contra as obras de Marx, Engels e, por motivos (para nós) óbvios, um pouco mais tarde sobre Lenin.

Evidentemente que não nos debruçamos sobre a totalidade dessa polêmica (aliás, nem mesmo temos a intenção de defender ou atacar tais autores) queremos colocar em realce o tema que o texto de Marcos Rolim nos apontou (a questão da determinação e da indeterminação na história) e o sentido da construção conceitual cujo ponto de partida está diretamente localizado na defesa do democratismo de cunho liberal burguês que envolve a polêmica do "socialismo em crise".

Tomamos essa discussão pela via do discurso de um militante da esquerda brasileira, justamente no momento em que se busca construir uma tendência dentro do Partido dos Trabalhadores. E na importância conjuntural do fato, e não na importância pessoal do autor do texto, que calcamos nossa escolha e, com ela, buscaremos encerrar nossa discussão no nível em que foi proposta para esse trabalho.

Por onde começar? Novamente pela constatação empírica. Constatando que o ponto de partida para a vida de qualquer ser humano, tem como pressuposto o fato de que a sociedade, na forma pela qual se encontra organizada, é condição e limite para sua sobrevivência. Voltaríamos às velhas discussões sobre o velho Robinson Crusoé, se disso nos esquecêssemos. Mas, o que devemos resolver é o fato de que, não dominarmos intelectualmente as determinações não implica na sua inexistência.

A crítica toma então dois caminhos interessantes. O primeiro, seguindo alguns comentários feitos por Gramsci em relação a Croce e que toma como ponto de inflexão, tal como Amorim, o problema da história:

> "Nota-se aqui uma contradição implícita do modo com o qual Croce apresenta o seu problema de História e Anti-história com outros modos de pensar de Croce: a sua aversão pelos 'partidos políticos' e o seu modo de apresentar a questão da 'previsibilidade' dos fatos sociais (...): se os fatos sociais são imprevisíveis e o próprio conceito de previsão é um puro som, o irracional não pode deixar de dominar, e cada organização dos homens é anti-histórica, é um 'preconceito'; só resta resolver um a um, e com critérios imediatos, os problemas práticos colocados pelo desenvolvimento histórico (...). Assim, o oportunismo torna-se a única saída." (Gramsci, 1984 : 5).

Em resumo: há qualquer nível de determinação no tempo? Para Amorim não, mesmo que isso não resulte definitivamente na desorganização (afinal da contas o que se pretende aqui é a formação de uma tendência partidária). Para Gramsci sim, até porque qualquer afirmação em contrário que implique na ação política (e não há como não implicá-la) é oportunismo. Mantidas no nível em que estão, as duas posições não teriam grande importância, pois, afinal de contas, nem um nem outro, no nível em que foram citados aqui, apresentaram qualquer argumento para que pudéssemos optar. Amorim se aproxima do ex-fiel que nega Deus por não compreender a prática da Igreja. Gramsci (se fosse possível reduzi-lo ao texto citado), nega a indeterminação por uma questão de ética política: o oportunismo.

A questão, portanto, não pode permanecer no nível em que está. Precisamos, em primeiro lugar, fazer algumas recorrências e, a primeira, refere-se ao fato de que, independentemente da possibilidade de se identificar um certo movimento que, na linha do tempo, seja absolutamente imprevisível para o observador, a

imprevisibilidade não seja fruto da indeterminação. Há de se considerar dois pontos fundamentais: o primeiro é que a previsibilidade depende do acúmulo histórico de experiência (conhecimento científico) e o segundo que a determinação sobre os fenômenos não depende de tais conhecimentos. O que muda na linha do tempo, de um lado, são os fatores e os pesos de cada uma das determinações e, de outro, o nível de domínio que a sociedade tem sobre tais determinações.

Nesse sentido é que Marx coloca o homem (apresentado figurativamente como um péssimo arquiteto) na frente da abelha: justamente porque ao homem se tornou possível, a partir do momento em que passou a dominar um conjunto de determinações, executar uma tarefa com base num plano previamente preparado. O fato, no entanto, de um conjunto de planos não poderem resultar de acordo, relaciona-se diretamente ao fato de que o planejador não domina suficientemente as determinações que envolvem seu plano e não no fato de que seja possível qualquer ato isento de determinações.

A velha fábula de Esopo já identificava tais personagnes na figura da raposa que não conseguia atingir as uvas. Afinal acaba por se inverter as regras do jogo: aquilo que não se sabe, não se deve buscar saber, basta somente afirmar que não existe.

O processo revolucionário realiza-se enquanto movimento, enquanto espaço-temporalidade e exige mais, muito mais, que a mera mudança de partidos nos governos: exige a redefinição da Geografia das classes, da forma pela qual se dá a síntese da correlação de forças de que já fizemos menção.

Quando, como Hegel, é possível afirmar que "O Estado é a

razão na terra", ou que "O Estado é a idéia espiritual no extremo da vontade humana e de sua liberdade", temos de concordar com a reflexão de Lefebvre:

> "Na verdade, o stalinismo - e somente ele - era hegeliano, ou melhor, neo-hegeliano. Sem confessá-lo. Afirmando um 'corte' filosófico. Lançando sobre outros a acusação. (...)
> Em suma, o 'dia-mat' stalinizado não era apenas uma filosofia sistematizada a partir do marxismo, crítico radical de toda filosofia e de toda sistematização. Não era apenas uma ideologia restaurada em seguida a uma crítica radical das ideologias, uma superfetação, uma excrecência cancerosa, na acepção leninista dessas palavras. Era uma tentativa de totalização, um <u>sistema filosófico-político</u>, ou seja, um neo-hegelianismo, uma filosofia de Estado e uma filosofia do Estado, suposto resultado final da filosofia da história e da história da filosofia. (...) O stalinismo realizou a filosofia hegeliana, que anunciava a realização de toda a filosofia, de toda racionalidade elaborada pelos filósofos, <u>no</u> e <u>pelo</u> Estado. (...) E, com isso, levou a seu ponto final uma história, a da filosofia e a do Estado, dupla história que talves contenha o essencial da história." (Levebvre, 1979 : 3-4).

Assim, o que se pressupunha como resolvido? Justamente o caminho pelo qual se realiza a luta de classes. Na medida em que luta de classes tornou-se a forma de luta entre Estados, diluiu-se, de um lado, o significado das classes e apagou-se por completo a identidade das raizes do modo de produção que a gera.

Ao obscurecer o fato de a luta revolucionária do proletariado, ao conquistar o poder de Estado não redefine de forma automática as bases pelas quais se define a geração do próprio proletariado. Assim, a clivagem entre meios de produção e força de trabalho, fundamentada num processo produtivo cujo paradigma se fundamenta na mecânica Newtoniana e cuja realização territorial/empírica se fundamenta no taylorismo não conseguiu ser supe-

rada. A cartografia dos países socialistas nos evidencia sobremaneira tal fato: não só a divisão territorial da gestão política permanece na forma de Estado como a especialização do trabalho e a necessária rede de entrecruzamentos formada pelo mercado continuaram se expressando na forma da divisão entre cidade e campo, na especialização territorial da produção, na serialização da atividade cotidiana dos indivíduos, etc.

O que era um meio transformou-se num fim. O que era uma revolução transformou-se numa reforma. Proletários e burgueses voltaram a lutar como pobres e ricos na busca de uma divisão mais "justa" da renda. Assim, a verdade proletária, cujo fundamento está na sua auto eliminação, transformou-se em verdade de Estado, cujo fundamento está em sua auto reprodução.

A leitura feita sobre essa geografia tomou contornos de Geopolítica, virou luta entre lugares, entre lestes e oestes, virou Guerra Fria e détent, reificou-se na forma de um confronto entre Norte e Sul nas formas de riquesa e pobresa (com as variáveis linguísticas do contraponto desenvolvimento versus subdesenvolvimento, ou pela ampliação dos modelos nas formas de primeiros, segundos, terceiros e outros muitos mundos).

Assim, de um lado, transferindo a luta de classes para um confronto entre URSS e EUA e se definindo o socialismo como uma espécie de "reserva moral" (ou fundamentalismo ético) para o desenvolvimento dos mesmos paradigmas que fundamentam a produção e reprodução da sociedade capitalista, a crise promovida pelos movimentos de massas nos países socialistas aparece como uma crítica explícita ao reformismo.

O pacto populista planetário proposto pelas chamadas "forças

progressistas" e consolidado no pós segunda guerra mundial, está colocado em xeque. Enquanto a mídia encobre a crise por que passa o modo de produção capitalista evidenciando o que já se acostumou denominar de socialismo real, novas formas de discurso reformista vai traçando seus contornos e enfrentando a acelerada (e, no momento, consolidada) queda tendendencial da taxa de lucro, onde as mesmas categorias que fundamentara, o pacto populista toma a forma de discurso ecológico, de preservacionismo do meio ambiente.

Voltemos, agora aos pontos em que Lefebvre, "sem recorrer, em princípio a mais conhecimentos que os elementares", afirma que o mundo moderno é hegeliano, marxista e nietzscheano.

> "No espaço se encontram a abertura objetiva (socio econômica) e a abertura subjetiva (poética). No espaço se inscrevem e, mais ainda, se 'realizam' as diferenças, da menor à maior. Desigualmente esclarecido, crivado de obstáculos, obstáculo por sua vez às iniciativas, moldado por elas, o espaço se transforma em lugar e meio das diferenças. A adversidade dos conflitos e a do espaço tendem a coincidir para todo aquele que se afirma e busca abrir sua porta, objetiva ou subjetiva.
> Este projeto do espaço, obra de uma escala planetária de uma dupla atividade produtora e criadora (estética e material), não será o substituto empírico do sobrehumano, um produto de recambio? Não. Implica uma superação (Uberwinden) de envergadura mundial que leva para o desaparecimento os frutos mortos do tempo histórico. Implica em um experiência concreta, vinculada à prática e à totalidade do possível segundo o pensamento mais radical de Marx, vinculado também à restituição total do sensível e do corpo segundo a poesia nietzscheana.
> Este projeto lança para o nada os frutos mortos do espaço hegeliano, obra do Estado onde este se instala e se expõe. Obra-produto da espécie humana, o espaço sai da sombra, como o planeta de um eclipse." (Lefebvre, 1979 : 290-1).

Aqui, voltamos para encerrar. Trata-se, como entendemos ter

sido possível vizualizar no implícito e no explícito de nosso trabalho, da necessidade de uma re-tomada das raizes em que se deve fundamentar qualquer reflexão mais séria sobre a sociedade. Distante de tomar o Estado como ponto de partida (ou de chegada) de qualquer reflexão, há de se realizar o mergulho (ou re-mergulho) à gênese de qualquer Estado, i é, a divisão da sociedade em classes e, daí à raiz das próprias classes: a Divisão Social do Trabalho e, por fim, à raiz da raiz: a relação entre Homem-Natureza e Homem-Homem, o movimento, o espaço e o tempo, ou, como numa infinita repetição de pressupostos, nada tereos além de uma "caótica representação do todo".

NOTAS

INTRODUÇAO

1 - Com relação ao problema do desenvolvimento técnico-científico, tivemos a oportunidade de publicar um texto na revista "Espaço e Sociedade" número 3, de responsabilidade da AGB Rio de Janeiro. Vale, igualmente citar aqui as palavras de Bronowski no seu "A Escalada do Homem":

> "E claro que nos sentimos tentados - o cientista mais fortemente - a esperar que as conquistas mais originais da mente humana sejam as mais recentes.(...)
> Contudo, ao admirarmos nossos sucessos somente, como se eles não tivessem um passado (e um futuro assegurado), redundaria em uma caricatura do conhecimento. isso porque as conquistas humanas, e as científicas, não são um museu de obras acabadas. (...)
> Cada época exibe um ponto de inflexão, uma nova maneira de ver e afirmar o mundo.(...) Quando uma cultura é transformada por uma nova conceituação, ou da natureza ou do homem, ela tenta eternizar a vizão alcançada naquele momento." (Bronowski, 1983: 20-24)

2- Um dos argumentos de Vesentini para retirar da arena de discussão o conceito de Imperialismo, ou melhor, a possibilidade de se denominar de imperialismo os fenômenos referentes ao desenvolvimento do capitalismo monopolista (ou qualquer outra interpretação que se queira) tem características muito particulares. Para não nos alongarmos em citação textuais basta lembrar que o autor cita um seminário interdisciplinar acontecido em Oxford, em 1969, onde mais de uma centena de especialistas buscaram discutir o tema e, como conclusão verificou-se que cada um deles dava um significado diferenciado do termo. A impressão que se tem, pela descrição feita por Vesentini, dos participantes de tal seminário, é que a seriedade de tais discussões é absolutamente questionável. Sabemos, todos, que se o tema do seminário não fosse o Imperialismo mas, sim, o Capitalismo, o Feudalismo, a Cultura ou mesmo a construção de um conceito de Nação, o resultado seria o mesmo. A polêmica sobre o Imperialismo não é recente e, tal fato, não eliminou o vocábulo da arena de discussões. O debate em torno da construção de conceitos dificilmente levou a qualquer tipo de homogeneização. A tentativa mais comum é levar ao aprofundamento teórico-metodológico e não à aceitação pura e simples de uma única fórmula científica.

3 - Para continuarmos vale buscar uma constatação feita por Hegel e citada e comentada por Lenin nos "Cadérnos Filosóficos":

> "O que sempre produz a dificuldade é unicamente o pensamento, já que mantém separado os momentos de um objeto que, em sua separação, estão realmente unidos"

Ao que Lenin comenta:

> "Correto.
> Não podemos imaginar, expressar, medir, descrever o movimento sem simplificar, fazer tosco, desmembrar, estrangular o que está vivo. A representação do movimento por meio do pensamento sempre o faz tosco, mata - e não só por meio do pensamento, mas também, por meio da percepção sensorial, e não só do movimento, mas de todos os conceitos.
> Nisso reside a dialética.
> E, precisamente, esta essência é expressa pela fórmula: a unidade, identidade dos contrários" (Lenin, s/d :241)

4- As reflexões de Poulantzas sobre a questão nos parece de particular importância. In "O Estado, o Poder, O Socialismo" observamos uma preocupação muito salutar do autor em refletir sobre a relação entre a construção (destruição, reconstrução, superação) dos modos de produção e suas identidades territoriais . Acompanhemos por alguns momentos suas reflexões:

> "Chegamos assim à feudalidade medieval: apesar das notáveis diferenças entre as matrizes espaciais da Antiguidade e da Feudalidade, elas apresentam pontos em comum. E o que se pode constatar, desde que se precavenha do binômio simplista, atualmente muito em moda na escola Deleuze-Guattari, da territorialização- desterritorialização: os elos pessoais feudais, a 'ligação' dos camponeses ao 'solo' provocariam, segundo eles, uma territorialização do espaço e das relações sociais, e a 'liberação' do trabalhador direto desses elos, uma desterritorilização do espaço sob o capitalismo. Na verdade, esses termos não podem ser referências invariantes das transformações, pois eles mudam de sentido conforme as matrizes espaciais: é também o caso do solo que, tanto como os outros meios e objetos de produção, não possuem natureza intrínsica. Certamente, esses elos econômicos- políticos- pessoais-feudais nos campos, as franquias e liberdades próprias das cidades concentram esses lugares em si mesmo. As muralhas das cidades medievais (cidades fechadas segundo Braudel) delimitam as liberdades, os elos feudais do campo, fixam ao solo, mas trata-

se aí de contornos esboçados sobre uma matriz espacial que, relacionadas com as relações de produção e com a divisão do trabalho, simples, da feudalidade, modificam-se relativamente pouco.
(...) Na realidade, nunca se peregrinou tanto quanto na idade média (...).
As diferenças são nítidas em relação ao capitalismo (...). O problema continua a ser sempre o das relações entre a matriz espacial 'propriamente capitalista' e as relações de produção, a divisão do trabalho 'propriamente capitalista' : o que importa então é o papel do <u>território</u> na constituição da nação moderna.
O trabalhador direto, o operário, é aqui totalmente separado dos meios de trabalho, o que está na base da divisão social do trabalho, no maquinismo e na grande indústria. Isso implica uma matriz espacial totalmente diferente que surge algo assim como um pressuposto: um espaço <u>serial, fracionado, descontínuo, parcelário, celular</u> e <u>irreversível</u> que é específico da divisão taylorista do trabalho em cadeia na fábrica(...).
Ora, o que é importante, não é o deslocamento das fronteiras, mas o surgimento de <u>fronteiras no sentido moderno</u>, ou seja de limites deslocáveis numa trama serial e descontínua que fixa em todo lugar o <u>dentro</u> e o <u>fora</u>(...). E o próprio espaço onde se inscrevem os movimentos do capital e sua reprodução ampliada, a generalização das trocas e dos fluxos monetários (...) Espaço implicado nas relações de produção capitalistas, na propriedade econômica e na posse pelo capital dos meios de produção como decupagem do processo de trabalho em unidades de produção e reprodução capitalistas."(Poulantzas;1985: 116 a 119)

CAPITULO 1

1- Esclareçamos de pronto nossa posição, em relação à construção do conhecimento científico. Apesar do título que encabeça o texto que citaremos: "O método da Economia Política", apresentar um caráter limitante em relação à temática aqui em jogo, consideramos que o objetivo do autor citado transcende em muito a ação do próprio título e dos exemplos usados para a ilustração da "questão do método". Para não ferirmos em demasia o texto em referência, manteremos na citação os exemplos que permeiam o raciocínio do autor. Os comentários e inferências sobre esse texto em particular encontram-se no capítulo por nós desenvolvido.

> "Quando consideramos um determinado país do ponto de vista da economia política, começamos por estudar sua população, a divisão desta em classes, a sua repartição pelas cidades, pelo campo e à beira-mar, os diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc.
> Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; (...) No entanto, numa observação atenta, apercebemo-nos de que há aqui um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começassemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até se chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica do todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas." (Marx, 1983:218).

2 - O mesmo autor, ainda no texto da nota 1, tecendo considerações e exemplos sobre a construção de "categorias simples", faz referência ao processo do conhecimento nos moldes referidos em nosso texto, nos seguintes termos:

> "A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada. Por esse fato, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura, permitem, ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruinas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, ainda não apagados, continuam a subsistir nela, e de que certos signos simples, desenvolvendo-se nela, se enriquecem de toda a sua significação. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco". (Marx, 1973 : 223).

3- Mais uma vez voltamos ao texto de Marx já presente nas citações anteriores. Realçamos aqui, de passagem, nossa preocupação com a assertiva de ser a Geografia uma "ciência de síntese", apontando tal pressuposto como decorrente de uma postura positivista do conhecimento científico, calcada na perspectiva de que o todo deve ser visto através de suas expressões particulares (pelas suas partes) e que, portanto a somatória das partes deve, necessariamente, nos levar à compreensão desse todo. Cabe à Geografia dessa perspectiva, o papel de sintetizar o conhecimento humano sobre cada uma das "partes". Advogamos a idéia da inexistência de uma ciência de síntese. Como temos observado até aqui, a construção do raciocínio científico parte da observação do empírico para a construção do abstrato e, finalmente, a compreensão do concreto. Não temos aqui a taxionomização do concreto (o que, na melhor das hipóteses nos obriga a permanecer no campo do empirismo ou apelar para o idealismo como caminho de "retotalização") mas a reflexão dos diversos movimentos da totalidade. Observemos o texto de Marx sobre essa questão:

> "(...) O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo unidade da diversidade. E por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. (...) O todo, na forma em que aparece no espírito como todo-do-pensamento, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível (...). Antes como depois, o objeto real conserva sua inde-

pendência fora do espírito; (...) Por consequência, também no emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade, esteja presente constantemente no espírito como dado primeiro." (Marx, 1983:219).

4 - Ritter já expressou tal preocupação no século passado, apesar de, como observa Mendonza, J.G. et alii, não ter conseguido ultrapassar os problemas metodológicos que tal postulação implica.

> "Toda reflexão sobre o homem e sobre a natureza nos leva a considerar o particular em suas relações com o todo e nos conduz desde o que nos parece fortúito até o que obedece fundamentalmente a uma lei. (...) Da mesma maneira que é o todo que faz a parte, o particular não tem existência própria além da em que é observado em função da lei que o constitui em indivíduo." (Ritter, apud Mendonza, 1982:29).

5 - Vale aqui retomar a reflexão de Henri Lefebvre sobre Nietzsche, já citada na epígrafe desse trabalho. Buscando refletir sobre o pensamento nietzscheano em torno da história, Lefebvre acaba por esclarecer-nos uma das fontes primárias de algumas correntes da Geografia contemporânea e nos fornece subsídios para as discussões que buscaremos travar nos capítulos 3 e 4 desse trabalho.

> "Que é pois a história (para Nietzsche)? Um caos de azares, de vontades, de determinismos. Nesta tríade Nietzscheana, tomada dos gregos, o primeiro lugar é ocupado pelo <u>azar</u>. A descoberta e aceitação, incluindo a apologia do azar, prestam uma nova dimensão à liberdade, ao romper com a servidão da finalidade, declara Zaratustra. Não há acontecimento sem uma conjugação ou conjuntura de forças, em princípio exteriores umas às outras, que se encontram num ponto do espaço e do tempo de onde ocorre algo em consequência desse encontro. O azar oferece ocasiões, conjunturas favoráveis (o <u>Kairós</u> dos gregos). 'Os azares terminam por organizar-se segundo nossas necessidades mais pessoais', escreve Nietzsche. Por que? Porque aparece diante da vida como a <u>vontade de poder</u>, a energia agente que não busca as benesses do poder, mas o poder por si mesmo: para dominar. (...) Terceiro termo da tríade: o determinismo, a necessidade. Segundo Nietzsche não há nem pode haver uma necessidade única, um determinismo exclusivo (...). Há múltiplos determinismos que nascem e se esgotam, crescem e desaparecem depois de haver percorrido certo

trajeto, desempenhado certo papel na natureza e na sociedade.
Propriamente falando a história não é um caos: pode-se analisar, pode-se compreender; porém a compreensão da história mostra-a irredutível a uma racionalidade imanente, a um progresso determinado de antemão." (Lefebvre, 1986:24-5).

Precisamos, no entanto, verificar em que medida a leitura que Lefebvre faz de Nietzsche se aproxima de Nietzsche. Vejamos:

"Em algum lugar há ainda povos e rebalhos, mas não entre nós, meus irmãos: aqui há Estados.
Estado? O que é isso? Pois bem! Agora abri-me vossos ouvidos, pois agora vos direi minha palavra da morte dos povos.
Estado chama-se o mais frio de todos os monstros frios. Friamente também ele mente; e esta mentira rasteja de sua boca: 'Eu, o Estado, sou o povo'.
É mentira! Criadores foram os que criaram os povos e suspenderam uma crença e um amor sobre eles: assim serviam à vida.
Aniquiladores são aqueles que armam ciladas para muitos e as chamam de Estado: suspendem uma espada e cem apetites sobre eles.
Onde ainda há povo, alí o povo não entende o Estado e o odeia como olhar mau e pecado contra costumes e direitos.
Este signo eu vos dou: cada povo fala sua língua de bem e mal: esta o vizinho não entende. Sua própria língua ele inventou para si em costumes e direitos.
Mas o Estado mente em todas as línguas de bem e mal; e, fale ele o que for, ele mente - e o que quer que ele tenha, ele roubou.
Falso é tudo nele; com dentes roubados ele morde, esse mordaz. Falsas são até mesmo suas vísceras.
Confusão de línguas de bem e mal: este signo vos dou como signo do Estado. Em verdade, é a vontade de morte que esse signo indica! Em verdade, ele acena aos pregadores da morte!
São demasiado muitos os que nascem: para os supérfluos foi criado o Estado!". (Nietzsche, 1974:240).

Ou, ainda:

"Vou evocar três casos. Em primeiro lugar o de Leibniz (...). Há qualquer coisa de alemão neste pensamento, cujas imensas profundesas ainda não foram esgotadas até aos nossos dias?(...)
Lembremos, em segundo lugar, Kant e o formidável ponto de interrogação que ele veio pôr diante da idéia de 'causalidade'(...).
Lembremos, por fim, em terceiro lugar, a admirável descoberta de Hegel, que abalou todos os hábitos da lógica, esta criança mimada, quando começou a ousar

ensinar que as idéias específicas saem umas das outras: princípio que preparou os espíritos da Europa para o último grande movimento cinetífico, para o darwinismo; porque sem Hegel não teria havido Darwin. Esta inovação hegeliana que introduziu pela primeira vez na ciência a noção da evolução terá alguma coisa de alemão?". (Nietzsche, 1984:257-258).

6 - Ainda é Lefebvre quem afirma:

"De onde vem sua modernidade? (de Hegel)? Em primeiro lugar, de ter dado forma sistemática ao Logos ocidental, cuja gênesis retira dos gregos, a filosofia e a cidade antiga. Depois de dois mil anos como Aristóteles, porém tendo em conta as aquisições do curso da história, Hegel enumera os termos (categorias) do discurso eficaz e mostra que se religam em um conjunto coerente: um saber, fonte e sentido (finalidade) de toda a consciência. Impessoal, o Logos não permanece suspenso no ar. A Razão supõe um 'sujeito' que não se confunde com um sujeito qualquer, com uma pessoas ou sujeito acidental. Tal racionalidade se encarna no homem de Estado e se realiza no próprio Estado. (...) O Estado, 'sujeito' filosófico absoluto em quem se encarna a racionalidade, encarna ele mesmo a idéia, quer dizer, a divindade (...). Hegel legitima deste modo a fusão do saber e do poder no Estado, subordina primeiro ao segundo (Lefebvre, 1986:7).

7- As relações entre a tradição ratzeliana e o Estado já foram suficientemente apontadas pela literatura geográfica. O que queremos aqui realçar, pois interferirá na continuidade de nossa discussão, é que consideramos (pelo pouco que conhecemos do autor) que Ratzel acaba por conferir ao Estado uma certa identidade material. Seguindo a tradição hegeliana que, como vimos, aponta o Estado como a realização da idéia, Ratzel, sem negar Hegel, materializa tal 'realização' no território.
Obs: Como vimos na nota anterior (nota 6) a relação entre Hegel e Darwin também foi apontada por Nietzsche. O que fizemos aqui foi dar continuidade à mesma linha de reflexão.

"Por cima do nível do clã, toda expansão da sociedade é, na realidade, uma expansão do Estado. Se vários clãs contraem uma aliança ofensiva ou defensiva, a confederação que formam através de sua união não constitui todavia um Estado. O Estado vai se desligando, pois, sucessivamente, do grupo econômico, e mais tarde do grupo familiar, para dominá-los e contê-los.

(...) A sociedade é o intermediário através do qual o Estado se une ao território. Daí que as relações da sociedade com o território afetem a natureza do Estado, seja qual for a fase de desenvolvimento que se considere.

Nesta poderosa ação da terra, que se manifesta através das fases da história da mesma forma que em todas as esferas da vida atual, há algo de misterioso que não pode deixar de produzir certa angústia espiritual. Vemos, com efeito, na terra a origem de toda a servidão. O território, sempre o mesmo e sempre situado no mesmo lugar do espaço, serve de suporte rígido aos humores, às volúveis aspirações dos homens, e quando lhe ocorre esquecer este substrato lhes faz sentir sua autoridade, e as lembra mediante sérias advertências, que toda a vida do Estado tem suas raizes na terra." (Ratzel, apud Mendonza, 1982:193 e segts.).

8 - O trecho que citamos a seguir, reduz consideravelmente as distâncias entre Ratzel e La Blache e, sem dúvida, deve fazer parte das considerações dos geógrafos quando avaliam o significado do pensamento possibilista em relação ao pensamento determinista:

"A história de um povo é inseparável do território que habita. Somente se pode representar o povo grego em torno dos mares helênicos, ao ingles em sua ilha, ao americano nos amplos espaços dos Estados Unidos."(La Blache, apud Mendonza, 1982:250).

9 -O geógrafo Neil Smith (1988) traz uma importante contribuição para o tema, quando tece críticas à Escola de Frankfurt. Condenando os que preferem ver a relação Homem/Natureza como uma relação entre Sujeito/Objeto Smith, no entanto, não resolve a questão: nega um pressuposto sem produzir um outro.

10- Temos aqui evidentemente, um novo tema para uma necessária e ampla discussão: o espaço e o tempo e, consequentemente, o significado dessas duas categorias no contexto da discussão geográfica. Lenin tece alguns comentários em relaçãoà concepção idealista dos empirocriticistas retomando a discussão de Engels no Anti-Düring:

"Reconhecendo a existência da realidade objetiva, ou seja, da matéria em movimento, independentemente de nossa consciência, o materialismo está obrigado a reconhecer também a realidade objetiva do tempo e do espaço, no que difere, antes de tudo, do kantismo, que nesta questão se situa no campo do idealismo, considerando o espaço e o tempo não como uma realidade objetiva, mas como formas de contemplação humana. (...) assim como as coisas ou os corpos não

são simples fenômenos, não são complexos de sensações, mas sim realidades objetivas que acionam nossos sentidos, assim também o espaço e o tempo não são simples formas dos fenômenos, e, sim, formas objetivas e reais do ser. No universo não há mais do que matéria em movimento, matéria em movimento não pode mover-se de outro modo que no espaço e no tempo. As representações humanas sobre o espaço e o tempo são relativas, porém a soma dessas representações relativas da verdade absoluta, essas representações vão em seu desenvolvimento, próximo da verdade absoluta e a cerca. A mutabilidade das representações humanas sobre o espaço e o tempo não refuta a realidade objetiva de um e de outro, como a mutabilidade de nossos conhecimentos científicos sobre a estrutura e forma dos movimentos da matéria tampouco refuta a realidade objetiva do mundo exterior." (Lenin, 1946:190).

As considerações de Lenin sobre o texto 'Lições de história da Filosofia' de Hegel, são, no entanto, mais contundentes em relação ao desenvolvimento de nossa discussão. Observando a correção do pensamento de Hegel em relação ao tempo e ao espaço, Lenin primeiramente cita o texto que comentará logo a seguir:

"(...) A essência do tempo e do espaço é o movimento, porque é universal; entendê-lo significa expressar sua essência na forma de conceito. Como unidade da negatividade e da continuidade, o movimento é expresso como conceito, como pensamento; porém nem a continuidade nem a descontinuidade devem ser postas como sendo a essência (...)." (Hegel, apud Lenin, s/d:239)

"'Entender significa expressar em forma de conceitos'. O movimento é a essência do espaço e do tempo. Dois conceitos fundamentais expressam esta essência: a continuidade infinita e a <u>pontualidade</u> (a negação da continuidade, DESCONTINUIDADE). O movimento é a unidade da continuidade (do tempo e do espaço) e da descontinuidade (do tempo e do espaço). O movimento é uma contradição, uma unidade de contradições." (Lenin, s/d:240).

11- Marx, em sua polêmica com Bruno Bauer sobre a questão judaica tece um conjunto de considerações que, sem dúvida, prolongam e aprofundam as reflexões que deram motivação para essa nota.

"A emancipação 'política' do judeu, do cristão e do homem 'religioso' em geral é a 'emancipação do Estado' do judaismo, do cristianismo e, em geral, da 'religião'. De modo peculiar à sua essência, como 'Estado', o Estado se emancipa da religião ao emancipar-se da 'religião de Estado', isto é, quan-

do o Estado como tal não professa nenhuma religião, quando o Estado se reconhece muito bem como tal. A emancipação política da religião não é a emancipação da religião de modo radical e isento de contradições, porque a emancipação política não é o modo radical e isento de contradições da emancipação 'humana'. O limite da emancipação política manifesta-se imediatamente no fato de que o Estado pode livrar-se de um limite sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um 'Estado livre' sem que o homem seja um 'homem livre' (...).

Porém, a atitude do Estado em face da religião - e nos referimos aqui ao 'Estado livre' - é a atitude diante da religião dos homens que formam o Estado. Donde se conclui que o homem se liberta 'por meio do Estado'; liberta-se 'politicamente' de uma barreira ao se colocar em contradição consigo mesmo, ao sobrepor essa barreira de modo 'abstrato e limitado', de um modo parcial. Deduz-se além disso, que ao emancipar-se 'politicamente', o homem o faz por meio de um 'subterfúgio', através de um 'meio', mesmo que seja um 'meio necessário'. Conclui-se finalmente, ainda quando se proclama ateu por mediação do Estado, isto é, proclamando o Estado ateu, o homem continua sujeito às cadeias religiosas, precisamente porque só se reconhece a si mesmo mediante um subterfúgio, através de um meio. A religião é, cabalmente, o reconhecimento do homem através de um mediador. O Estado é o mediador entre o homem e sua liberdade (...)". (Marx, s/d:23-4).

12- Devemos realçar que nossa preocupação em definir a relação entre Homem e Natureza como uma relação entre parte e todo não é nova nem mesmo na tradição geográfica:

"Ritter, (...), aponta sua intenção de tratar 'a geografia geral comparada como um conjunto científico', e adverte expressamente que a investigação que se propõe levar a termo deve 'expressar a lei geral de todas as formas importantes que mostram a natureza à escala mundial e local', intento que não pode colocar-se mais que diante da observação de 'leis gerais da terra inerte e animada', para que 'a harmonia do mundo dos fenômenos' seja manifestada. Dando maior concretude a sua posição teórica, afirma Ritter: 'toda reflexão sobre o homem e a natureza nos leva a considerar o particular em suas relações com o todo e nos conduz, desde o que parece puramente fortúito, até o que obedece fundamentalmente a uma lei. (...) Da mesma maneira que é o todo que faz a parte, o particular não tem existência própria mais além que na medida em que é observado em função da lei que lhe define como

> indivíduo'. Somente respeitando os códigos legais dos fenômenos geográficos pode-se articular sistematicamente, na opinião de Ritter, os fundamentos de uma Geografia científica.
>
> As pretensões científicas universalistas expressas por Humboldt e Ritter vão tropeçar com um obstáculo que afetará fundamentalmente, dada sua expressa intencionalidade, a obra do segundo. Este obstáculo reside na incapacidade conceitual e metodológica que ambos manifestaram para conseguir resolver o problema do estudo dos fenômenos humanos com um certo grau de empiricidade - e de cientificidade - similar ao do estudo dos fenômenos naturais, para definir procedimentos operativos com que analizar positivamente, atendendo aos processos causais, os fatos humanos. Apesar da historicidade parecer coerentemente integrada nas sistematizações de ambos os autores, o tratamento da nova positividade que se refere ao homem e suas relações com a natureza permanece, ainda que aceita teoricamente, sem um aparato conceitual e metodológico que permita explicá-la - iluminá-la racional e cientificamente". (Mendonza, 1982:28-9).

O posicionamento de Ritter em relação à totalidade, no nosso entender, sofre do mesmo problema que envolve grande parte do pensamento alemão do século XIX - o idealismo. Nesse sentido podemos afirmar que, na medida em que Ritter busca fazer a construção conceitual do que é o todo de que fala, acaba por buscá-lo no campo teológico. O jogo das determinações se confundem. O todo passa a determinar unilateralmente as partes por ter assumido a identidade de uma das partes, isto é, dasse ao todo a faculdade humana de agir teleologicamente. As dificuldades metodológicas daí advindas, principalmente quando se busca fundamentos na observação empírica, está na impossibilidade de definir-se o jogo de determinações colocados na construção do concreto pois, dessa maneira, busca-se uma certa homogeneização das partes em função da determinação do todo e perde-se no horizonte o fato que a identidade das partes e do todo está na inserção, movimento, negação dialética de ambos. Identificada a limitação teórico-metodológica imposta pelo idealismo, a observação empírica leva a um retrocesso, qual seja, o de minimizar o pressuposto (relação Homem/Natureza como relação parte/todo) para afirmar que "essas forças se manifestam muito mais no nível da natureza física e nas primeiras etapas da evolução que no nível de vida consciente onde perdem sua intensidade." (Ritter apud Mendonza, 1982:30).

CAPITULO 2

1 - A preocupação de Milton Santos e Ruy Moreira não é solitária. De certa forma o problema da diversidade paisagística é o mote sobre o qual se desenvolve a discussão da Geografia e é a busca da unidade possível entre as diferenças, o que justifica cada um dos discursos. Os caminhos e conclusões (ou até mesmo a eficiência), muitas vezes distanciam "intenção de gesto" mas, e isso consideramos transparente, até mesmo o puro descritivismo já traz consigo uma certa concepção de totalidade.

2 - Hegel, em suas "Lições sobre a História da Filosofia", toma a questão do tempo e do espaço em sua polêmica com os eleáticos e, principalmente, com Zenon. Lenin retoma essa mesma discussão em seus "Cadernos Filosóficos" que já chegamos a citar anteriormente. E justamente nessa polêmica que Hegel atinge a questão da divisibilidade/indivisibilidade do tempo e do espaço já que, Zenon, busca refletir sobre o mesmo tema usando da aporia relativa à corrida de Aquiles com a tartaruga. Aqui, também, poderíamos afirmar que Hegel está absolutamente distante das conclusões de Althusser conforme texto citado por Lipietz. Senão vejamos:

> "O espaço e o tempo são uma magnitude limitada, que é possível, portanto, invocar: e, do mesmo modo que eu não divido o espaço, ação, até o infinito, tampouco posso dividir o corpo em movimento. A divisão do espaço como ser dividido não é absoluta pontualidade, nem a continuidade pura, o indiviso e indivisível; do mesmo modo, o tempo não é a negatividade ou pontualidade pura, senão que é também continuidade. Ambas as coisas se expressam no movimento, nele que os conceitos cobram realidade ante a representação: a negatividade pura como tempo, a continuidade como espaço: o movimento mesmo não é outra coisa que esta unidade real na contraposição e o desdobramento de ambos os momentos dessa unidade. Compreender o movimento vale tanto quanto expressar sua essência em forma de conceito, quer dizer, como unidade da negatividade e da continuidade (...).
> (...)
> Quando queremos compreender claramente o movimento dizemos que um corpo que se move encontra-se em um lugar e dele se dirige a outro; porém, ao se mover já não se encontra no lugar primeiro, nem, todavia, no segundo, pois se se encontra em um dos dois pontos não se moveria, estaria em repouso. Então onde estará? Se dizemos que se encontra entre os dois pontos, não diremos, a rigor, nada, pois, também, ao encontrar-se entre ambos, se encontraria necessariamente em algum ponto, o que coloca,

portanto, a mesma dificuldade. O mover-se quer dizer encontrar-se num lugar e não se encontrar nele, quer dizer, enontrar-se nos dois lugares ao mesmo tempo; é a continuidade do espaço e do tempo, sem a qual o movimento não seria possível." (Hegel; 1985: 250 e 253)

A que tal reflexão nos leva? Justamente ao entendimento de que espaço e tempo são categorias subordinadas em relação à categoria movimento. Espacialidade e Temporalidade são resultantes do movimento e, portanto, não há espacilidade nem temporalidade enquanto apriorístico ao próprio movimento, isto é, enquanto receptáculo.
Obs:Na nota 09 do capítulo 01 já fizemos mensão à discussão aqui apresentada. A diferença está no fato de que a tradução apresentada anteriormente originou-se dos "Cadernos Filosóficos" (Lenin), enquanto que aqui buscamos ampliar a apresentação feita por Hegel à partir da edição espanhola de "Lições sobre a História da Filosofia".

3 - Essa diferenciação se dá na medida em que o jogo determinado pela geração/apropriação de valores de uso se transforma. Marx observa que:

> "A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, comida com garfo e faca, não é a mesma fome que come carne crua, servindo-se das mãos , das unhas, dos dentes. Por conseguinte, a produção determina não só o objeto de consumo, mas também o modo de consumo, e não só a forma objetiva, mas também subjetiva. Logo, a produção cria o consumidor. (...) A produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece uma necessidade ao objeto material. Quando o consumo se liberta de sua grosseria primitiva e perde seu carater imediato - e não o fazer seria ainda o resultado de uma produção que se mantivesse num estágio de primitiva rudesa -, o próprio consumo, enquanto instinto, tem como intermediário o objeto. A necessidade que se sente desse objeto se cria pela percepção deste. O objeto de arte - tal como qualquer outro produto - cria um público capaz de compreender a arte e apreciar a belesa. Portanto a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto."(Marx, 1983:210)

4 - A polêmica sobre a "divisão do trabalho" não se circunscreve, obviamente, ao campo da Geografia. A coletânea de textos organizada por André Gorz (Gorz, 1980) traz um interessante painel sobre a questão. Os autores da coletânea preocupam-se, prioritariamente, com a desmistificação da afirmação de que a divisão técnica do trabalho seja pré-condição da produtividade. Em linhas gerais a discussão tem como mote a questão do controle social sobre a classe operária e a alienação subja-

cente às divisões da tarefa produtiva. O que consideramos aqui é que tal discussão não se limita ao plano do controle mas está no cerne da constituição histórica das classes e, por isso, propomos a hierarquização das categorias. Marx, que aparece como o primeiro autor da coletânea feita por Gorz, dedica o capítulo XII do tomo I d'O Capital para interpretar a divisão do trabalho no capitalismo, partindo da construção da manufatura. No item quatro desse capítulo, Marx observa que:

> "Se nos ativermos exclusivamente ao trabalho mesmo, pode-se denominar divisão do trabalho em geral ao desdobramento da produção social em seus grandes gêneros, como agricultura, indústria etc.; divisão do trabalho em particular, à diferenciação desses gêneros da produção em espécimes e sub-espécimes; e divisão do trabalho singular a que se opera dentro de uma pequena oficina"(Marx; 1975:427)

A tríade dialética entre geral, particular e singular expressa na afirmação de Marx, não nos permite afirmar diretamente a relação entre divisão do trabalho e a divisão da sociedade em classes. Encontramos, no entanto, tal relação na polêmica de Marx com Proudhon:

> "Sob o regime patriarcal, sob o regime de castas, sob o regime feudal e corporativo, exitia divisão do trabalho em toda a sociedade sob regras fixas. Tais regras foram estabelecidas por um legislador? Não. Nascidas primitivamente das condições de produção material, não foram transformadas em leis senão muito mais tarde. Ocorreu, dessa maneira, que essas diversas formas de divisão do trabalho chegaram a construir as bases da organização social."(Marx; 1973:195)_

A relação entre a primeira e a segunda afirmarção está na pressuposição (que nos levaria a novas digressões) da unidade entre infra e supra-estrutura e do jogo de determinações que isso implica.

5- Os comentário de Marx sobre DST e a relação entre cidade e campo pode ser encontrado nos textos citados na nota 4.

6- Marx aponta as linhas gerais da relação entre subsunção formal e real no "Capitulo Sexto (inédito) d'O Capital" nos seguintes termos:

> "O processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização, do processo de auto-valorização do capital: a criação de mais valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do próprio capital), e o capitalista entra nele como dirigente, guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio. E isso o que denomino subsunção formal do trabalho ao capital. E a forma geral de qualquer processo capitalista de produção, é porém, simultaneamente, uma forma particular em relação ao modo de produção especificamente capitalista desenvolvido, já que o último inclui a primeira, porém a primeira não inclui necessariamente o segundo." (Marx;1985:87)

Umas poucas páginas mais à frente, em nome de fazer algumas anotações complementares, Marx busca aprofundar sua elaboração conceitual sobre o tema:

> "Denomino subsunção formal do trabalho ao capital à forma que se fundamenta na mais valia absoluta, pois que só se diferencia formalmente dos modos de produção anteriores sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor (producer,Ing.) atua como empregador de si mesmo (self-employng, Ing.), seja porque o produtor direto tem que fornecer sobretrabalho a outrem. O que muda é a coação que se exerce, isto é, o método pelo qual o sobretrabalho é extorquido. O essencial na subsunção formal é o seguinte:
> 1) A relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que o fornece (...)
> 2) O que é inerente à primeira relação (...) é que as condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo aquisitor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõe como capital. Quanto mais plenamente essas condições de trabalho se lhe opõe como propriedade alheia, tanto mais plena e formalmente se estabelece a relação entre o capital e o trabalho assalariado, ou, o mesmo é dizer, a subsunção formal do trabalho ao capital, condição e premissa da subsunção real
> A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário da absoluta. Com a subordinação real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete conti-

nuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário" (Marx, 1985:94)

7- Voltemos a Poulantzas:

"Conhece-se a tendência atual da pesquisa mais avançada nesse domínio: é a de colocar em relação direta esses dispositivos de apropriação e de consumo do espaço social com as particularidades dos diferentes modos de produção, ainda que o verdadeiro problema seja outro; essa transformação de dispositivos se inscreve numa trama mais profunda. O caso não é simplesmente de modos diferenciados de organização, de apropriação e de consumação de alguma coisa que teria uma natureza intrínsica, o 'espaço', nem de percursos e enquadramentos diferentes de um mesmo espaço. A distinção, decisiva aqui, entre cidade e campo, é inteiramente diferente segundo os diversos modos de produção, não apenas porque as coordenadas históricas modifiquem os dois termos da relação (modificação das cidades - antiga, medieval, moderna - e o campo - antigos, feudais, comunais, modernos -) porém, mais profundamente, porque sua própria relação se inscreve num lugar diferente de acordo com esses modos. Se esses dispositivos produzem o espaço, não é porque enquadrem ou esquadrinhem diferentemente um mesmo espaço que consomem socialmente, mas porque materializam essas matrizes primeiras e diferenciais do espaço, já presentes em sua ossatura. A genealogia da produção do espaço é principal em relação à história de sua apropriação." (Poulantzas;1986: 114)

CAPITULO 3

1 - Reportarmo-nos a conceitos como "bloco no poder", "hegemonia", e outros, nos faz, imediatamente, considerarmos a discussão proposta por Gramsci no interior de sua vasta e acidentada obra. Tal como sempre acontece com grandes autores Gramsci proovocou sobre si (sua obra) uma intensa polêmica e, não temos a menor intensão de tocá-la nesse trabalho.
Cremos, realmente, que qualquer comentário mais apurado sobre o pensamento gramsciniano equivaleria a assumir todo um conjunto de reflexões (cuja importância é inconteste) que nos levariam fatalmente a um novo trabalho.

BIBLIOGRAFIA ESPECIFICA

ALTHUSSER, Louis et alii - "Ler o Capital". Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

AMIN, Samir - "O Imperialismo e o Desenvolvimento Desigual". Lisboa, 1977.

---------- - "Classe e Nação - na história e na crise contemporânea". Lisboa, Moraes, 1979.

BERMAN, Marshall - "Tudo que é sólido desmancha no ar". São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

BERNARDO, João - "Marx crítico de Marx". Porto, Afrontamento, 1977.

ENGELS, Friedrich - "Anti-Düring". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

---------- - "Dialética da Natureza", Rio de Janeiro, Ed. Leitura, s/d

GIANNOTTI, J.A. - "Trabalho e Reflexão - ensaios para uma dialética da sociabilidade". São Paulo, Brasiliense, 1984.

GORZ, André (org.) - "Crítica da Divisão do Trabalho". São Paulo, Martins Fontes, 1980.

GRAMSCI, Antonio - "Maquiavel, a Política e o Estado Moderno". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

HEGEL, G.W.F. - "Introdução à História da Filosofia". São Paulo, Hemus, 1983.

---------- - "Lecciones sobre la Filosofia de la História Universal". Madrid, Alianza, 1986.

---------- - "Enciclopédia das Ciências Sociais em Epítome". Lisboa, Edições 70, 1988 (vol.1) e 1989 (vol.2).

---------- - "Lecciones sobre la História de la Filosofia". México, Fondo de Cultura, 1985.

LACOSTE, Yves - "Os Países Subdesenvolvidos". São Paulo, Difel, 1970 (6ª ed.) e 1983 (16ª ed.).

---------- - "A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra." Campinas, Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri - "O Pensamento Marxista e a Cidade". Póvoa de Varzin, Ulisséia, 1972.

---------- - "Lógica Formal - Lógica Dialética". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

---------- - "Hegel, Marx, Nietzche (o el reino de las sombras)". México, Siglo XXI, 1986.

LENIN, V.I. - "Quadernos Filosóficos". Vol.XIII - Obras Completas, México, ?????, s/d.

---------- - "Materialismo e Empiriocriticismo". Montevidéu, Pueblos Unidos, 1948.

---------- - "Sobre o Direito das Nações à autodeterminação". São Paulo, Alfa Omega, 1982.

---------- - "Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo". São Paulo, Global, 1982.

LUKACS, Georg - " Estética 1" Barcelona, Ed. Grijalbo, Vol 2 1982 e vol 3 1982

LUXEMBURGO, Rosa - "A Acumulação do Capital". São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MAGNOLI, Demétrio - "Da Guerra Fria à Detente" Campinas, S.P. Ed. Papirus, 1988.

MARX, Karl - "A Questão Judáica". Lisboa, Morais, s/d.

---------- - "Crítica ao Programa de Gotha". São Paulo, Alfa Omega, s/d.

---------- - "Miséria da Filosofia". Madrid, Aguillar, 1973.

---------- - "Manuscritos Econômicos e Filosóficos (terceiro manuscrito)". São Paulo, Abril Cultural, 1974.

---------- - "Manuscritos Econômicos e Filosóficos" Lisboa, Edições 70, 1989.

---------- - "El Capital". Buenos Aires, Siglo Veinteuno, 1975.

---------- - "O Capital". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d.

---------- - "Contribuição à Crítica da Economia Política". São Paulo, Martins Fontes, 1983.

---------- - "Capítulo IV (inédito) de O Capital". São Paulo, Morais, 1985.

---------- - "Formações Econômicas Pré-Capitalistas". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

---------- - "Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economia Política " (Grundisse). México, Siglo Veinteuno, 1986.

MARX, K. e ENGELS, F. - "A Ideologia Alemã". São Paulo, Martins Fontes, 1980.

MONTESQUIEU, Barão de - "O Espírito das Leis". São Paulo, Abril Cultural, 1973.

MORAIS, A.C.R. e COSTA, V.M. - "Geografia Crítica: A Valorização do Espaço". São Paulo, Hucitec, 1984.

MOREIRA, Ruy - "O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil". Petrópolis, Vozes, 1985.

---------- - "O Discurso do Avesso" - para a crítica da Geografia que se ensina". Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987.

NIETZSCHE, Friedrich - "Ecce Hommo". Lisboa, Guimarães e Cia. Edt., 1984.

---------- - "Assim Falou Zaratustra", in "Os Pensadores" vol XXXII, S.Paulo, Abril Cultural, 1974.

OLIVEIRA, Francisco - "Elegia para uma Re(li)gião". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

POULANTZAS, Nicos - "O Estado, o Poder, o Socialismo". Rio de Janeiro, Graal, 1985.

QUAINI, Massimo - "Marxismo e Geografia" Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Milton - "Por Uma Geografia Nova". São Paulo, Hucitec/Edusp, 1979.

---------- - "Espço e Método" São Paulo, Nobel, 1985

SANTOS, Douglas - "Sobre o Conceito de 'Revolução' e 'Meio Técnico científico'". São Paulo, Mimio., 1985.

SMITH, Neil - "Desenvolvimento Desigual". Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.

VESENTINI, J.W. - "Imperialismo e Geopolítica Global". Campinas, Papirus, 1987.

---------- - "Geografia, Natureza e Sociedade" São Paulo, Contexto, 1989.

---------- - "A Capital da Geopolítica" São Paulo, Ed. Atica, 1986.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABDEL-MALEK, Anuar - "Geopolítica e Movimentos Nacionais: Ensaio sobre a Dialética do Imperialismo". in Seleção de Textos Nº09, São Paulo, AGB, 1984.

ADLER, Max - "La Concepcion del Estado en el Marxismo". México, Siglo Veinteuno, 1982.

ALEXANDROV, N.A. - "O Estado e o Direito - teoria geral marxista-leninista". Venda Nova, Novos Cursos, 1978.

AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas - "A Questão Agrária e o Capitalismo", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

ANDRADE, Manoel C. de - "Estado: Planejamento e Regionalização". In Anais do V ENG - Vol. I, Porto Alegre, AGB, 1984.

ARENDT, Hannah - "O Sistema Totalitário". Lisboa, Don Quixote, 1978.

ASSMANN, Hugo - "A Trilateral - Nova Fase do Capitalismo Mundial", Petrópolis, Vozes, 1982.

BARAN, P. - "A Economia Política do Desenvolvimento". Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

BARAN, P. e SWEEZY, P. - "Capitalismo Monopolista". Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BAUDRILLARD, Jean - "O Sistema dos Objetos". São Paulo, Perspectiva, 1973.

---------- - "Esquecer Foucault". Rio de Janeiro, Rocco, 1984.

---------- - "Partidos Comunistas, Paraisos Artificiais da Política" Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

---------- - "América". Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

BECKER, Bertha K. - "Geopolítica da Amazônia". Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

BELOV, G. - "O que é Estado". Moscou, Progresso, 1988.

BOBBIO, Norberto - "Liberalismo e Democracia". São Paulo, Brasiliense, 1988.

---------- - "Estudos sobre Hegel". São Paulo, Brasiliense-Unesp, 1989.

BORJA, Jordi - "Movimentos Sociales Urbanos". Buenos Aires, Siap-Planteos, 1975.

BOUDEVILLE, J. R. - "Os Espaços Econômicos" Col. "Saber Atual - Vol 160, São Paulo, DIFEL, 1973.

BRUNSCHWIG, Henry - "A Partilha da Africa Negra". São Paulo, Perspectiva, 1974.

BUCI-GLUCKSMANN, C. - "Gramsci e o Estado". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

BUJARIN, N.I. - "Teoria del Materialismo Histórico" (ensayo popular de sociologia marxista). México, Pasado y Presente, 1977.

CAMPA, Ricardo - "A Época das Incertezas e as Transformações do Estado Contemporâneo". São Paulo, DIFEL-IIC, 1985.

CARNOY, Martin - "Estado e Teoria Política". Campinas, Papirus, 1986

CASTORIADES, C. - "Diante da Guerra". São Paulo, Brasiliense, 1982.

CASTRO, Josué de - "Geografia da Fome". São Paulo, Brasiliense, 1967

CATANI, A.M. - "O que é Imperialismo". São Paulo, Brasiliense / Abril Cultural, 1985.

CHALIAND, Gerard - "A Luta Pela Africa - estratégia das grandes potências".- São Paulo, Brasiliense, 1982.

CHATELET, F. et alii - "História das idéias Políticas". Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

CHEVTSOV, V. - "O PCUS e o Estado na Sociedade Socielista Moderna". Moscou, Progresso, 1981.

CLAVAL, P. - "Espaço e Poder". Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

COHEN, Jean-Luis - "Urbanismo nas Condições Socialistas - URSS e paises do lesteeuropeu

DOBB, Maurice - "A Evolução do Capitalismo". Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

DREIFUSS, René - "A Internacional Capitalista - Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional - 1918-1986". Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986.

DRESCH, Jean - "Reflexões sobre a Geografia". São Paulo, AGB-SP,

1980.

DUARTE, R.A.P. -- "Marx e a Natureza em 'O Capital'". São Paulo, Loyola, 1986.

ENGELS, F. - "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado". São Paulo, Alfa Omega, s/d.

--------- - "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico". Col. Textos Escolhidos Vol. 2, São Paulo, Alfa Omega, s/d

--------- - "A Situação da Classe Trabalhadora em Inglarerra". Porto, Afrontamento, 1975.

--------- - "Temas Militares". Lisboa, Estampa, 1976.

FATALIEV, K.H. - "O Materialismo Dialético e as Ciências da Natureza". Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

FERNANDES, Florestan - "Sociedade de Classes e Sub Desenvolvimento". Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

---------- - "Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana". São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.

---------- - "Poder e Contrapoder na América Latina". Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

---------- - "O que é Revolução." São Paulo, Abril-Brasiliense, 1984.

FOLKE, Steen - "Primeiras Reflexões sobre a Geografia do Imperialismo" in Seleção de Textos Nº05, São Paulo, AGB-SP, 1978.

FRAASSEN, F.C. - "Introduccion a la Filosofia del Tiempo y del Espacio". Barcelona, Labor, 1978.

FREIRE, Paulo / CEDAL/CEDETIM - "Multinacionais e Trabalhadores no Brasil." São Paulo, Brasiliense, 1981.

FURTADO, Celso - "Dialética do Desenvolvimento." Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

GEORGE, Pierre - "Panorama do Mundo Atual." Rio de Janeiro, DIFEL, 1968.

---------- - "Geografia Econômica." Rio de Janeiro, DIFEL, 1978.

---------- - "Geografia Social do Mundo." Col Saber Atual 132, São Paulo, DIFEL, 1969.

GODARD, F. e CASTELLS, M. - "O Advento da Monopolville: Análise

das Relações entre a Empresa, o Estado e o Urbanismo", in Forti, R. (org.), Marxismo e Urbanismo Capitalista, São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

GOLDMANN, Lucien - "Dialética e Cultura". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

-------- - "Origem da Dialética". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

-------- - "Ciências Humanas e Filosofia". Rio de Janeiro, Difel, 1974.

GONSALVES, C.W.P. e AZEVEDO, N.M. - "A Geografia do Imperialismo : uma Introdução". In Boletim Paulista de Geografia nº 59, São Paulo, AGB-SP, 1982

---------- - "Paixão da Terra - 'Ensaios Criticos de Ecologia e Geografia'" Rio de Janeiro, Socii, 1984.

GONZALEZ, Horácio - "O que é Subdesenvolvimento" São Paulo, Abril-Brasiliense, 1985

GRAMSCI, Antonio - "Concepção Dialética da História". Rio de Janeiro, Civilisação Brasileira, 1981

GRUPPI, Luciano - "Tudo Começou com Maquiavel - As concepções de Estado em Marx, Engels, Lénin e Gramsci." Porto Alegre, L&PM Ed. 1987.

-------- - "O Conceito de Hegemonia em Gramsci". Rio de Janeiro, Graal, 1980.

GUGLIELMO, Raymond - "Geografia e Dialética" in "Reflexões sobre Geografia" São Paulo, AGB, 1980.

HABERMAS, Jürgen - "Mudança Estrutural da Esfera Pública" Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Gus - "O Imperialismo Hoje" . Lisboa, Estampa, 1985.

HARVEY, David - "O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em Torno do Ambiente Construido nas Sociedades Capitalistas Avançadas". São Paulo, Espaço e Debates nº 6 , s/d.

HEGEL, G.W.F. - "Princípio da Filosofia do Direito". Lisboa, Guimarães Ed., 1986.

---------- - "A Fenomenologia do Espírito" Col. "Os Pensadores" Vol.XXX, São Paulo, Abril, 1974.

---------- - "Propedêutica Filosófica" Lisboa, Ed. 70, 1989.

HOBBES de MALMESBURY, Thomas - "Leviatã" Col. "Os Pensadores" vol XIV, São Paulo, Abril, 1974.

KLEIN, Juan-Luís - "Do Materialismo Histórico às Desigualdades Regionais - O caso da região do Quebec" In Seleção de Textos 8, São Paulo, AGB, 1981.

KOPNIN, P. V, - "a Dialética como Lógica e Teoria do Conhecimento" Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

KRAPIVINE, V. - "Que é Materialismo Dialético" Moscou, Progresso, 1986.

KROPOTKIN, Pioth - "Teoria e Método" Org. Vesentini,J.W., São Paulo, AGB, 1986.

LACOSTE, Yves - "A Geografia". In Chatelet,F. (Dir) "A Filosofia das Ciências Sociais" Vol 7 pgs 220/274. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1981.

LEFEBVRE, Henri - "Para Compreender o Pensamento de Karl Marx". Lisboa, Ed. 70, s/d.

-------- - "Metafilosofia". Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.

-------- - "El Direcho a la Ciudad". Barcelona/Espanha, Ed. Península, 1978.

-------- - "La Revolucion Urbana" Madrid, Alianza, 1983.

-------- - "La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno" Madrid, Alianza, 1984.

LENIN,V.I. - "O Estado e a Revolução" in "Textos Escolhidos" 2º Vol. São Paulo, Alpha Omega, 1980.

-------- - "Sobre a Palavra de Ordem dos Estados Unidos da Europa". In "Textos Escolhidos" 1º vol., São Paulo, Alpha-Omega, 1982.

-------- - "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia" São Paulo, Abril Cultural, 1982.

-------- - "A Comuna de Paris", Lisboa, Avante, 1975.

------- - "Que Fazer?" São Paulo, Hucitec, 1978.

LEVY, Jacques - "Ciência dos Lugares: Ciência dos Homens" in Anais do V ENG. Livro 2- Vol. II, Porto Alegre, AGB, 1982.

LICHTENSZTEJN, S.;BAER, M - "Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial - Estratégias e Políticas do Poder

Financeiro" São Paulo, Brasiliense, 1987.

LIPIETZ, Alain - "Alguns Problemas da Produção Monopolista do Espaço Urbano" In Espaço e Debates nº 7, São Paulo, Ano II, s/d.

LOJKINE, Jean -"O Papel do Estado na Urbanização Capitalista" in "Marxismo e Urbanismo Capitalista" org. Forti,R. São Paulo, LECH, 1979.

---------- -"A análise Marxista do Estado" in "Espaço e Debates" ,São Paulo, 1981

MABBOTT, J. D. - "O Estado e o Cidadão - Uma Introdução à Filosofia Política" Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

MAGDOFF, Harry - "A Era do Imperialismo" Porto, Portucalense, 1972.

MANDEL, Ernest - "O Capitalismo Tardio" São Paulo, Abril, 1982.

MANTEGA, Guido - "A Economia Política Brasileira" São Paulo-Petrópolis, Polis-Vozes, 1985.

MAQUIAVEL,N. - "O Príncipe" in Col. "Os Pensadores" Vol IX, São Paulo, Abril Cultural, 1973.

MARINI, Ruy M. - "Dialética da Dependência". Coimbra, Centelha, 1976.

MARX,K. - "As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850" In "Textos Escolhidos" Vol 1, São Paulo, Alpha-Ômega, s/d.

-------- - "Teorias da Mais Valia" (3 vols),
1º vol. Rio de Janeiro, Civilização Brasiliera,1980
2º Vol. São Paulo, Difel, 1983.
3º Vol. São Paulo, Difel, 1985

-------- - "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel". Lisboa, Ed. Presença / Martins Fontes (Brasil), 1983

-------- - "O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte" in "Textos Escolhidos" São Paulo, Alfa Omega, s/d.

-------- e ENGELS,F. - "Manifesto do Partido Comunista", In "Textos Escolhidos" Vol. 1, São Paulo, Alpha-Ômega, s/d.

MATHIAS,G e SALAMA,P - "O Estado Super-Desenvolvido - Das Metrópoles ao Terceiro Mundo" São Paulo, Brasiliense, 1983.

MOREIRA, R. - "A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais" In "Rev. Território Livre" No 1, São Paulo, UPEGE, s/d.

-------- - "O que é Geográfia?". in "Col. Primeiros Passos" 48, São Paulo, Brasiliense, 1981.

-------- - "Geografia, Ecologia, Ideologia: A 'Totalidade Homem-Meio' Hoje (Espaço e Processo de Trabalho)", in "Geografia: Teoria e Crítica" Moreira,R. (org.), Petrópolis, Vozes, 1982.

OLIVEIRA, F. - "O Estado e o Urbano" In "Espaço e Debates" no 6, São Paulo, s/d.

-------- - "A Economia da Dependência Imperfeita".Rio de Janeiro, Graal, 1980.

OLIVEIRA, A.U. - "Reflexões sobre o Imperialismo: a Incorporação do Brasil no Capitalismo Internacional" in "BPG 59", São Paulo, AGB, 1982.

---------- - "Espaço e Tempo: Compreensão Materialista Dialética". in "Novos Rumos da Geografia Brasileira", São Paulo, Hucitec, 1982.

PAULO NETTO, José - "O que é Estalinismo" in "Col. Primeiros Passos" São Paulo, Brasiliense/Nova Cultural, 1985.

PORTELLI, H. - "Gramsci e o Bloco Histórico".Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

POULANTZAS, N. - "As Classes Sociais no Capitalismo Hoje". Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1975.

-------- - "Poder Político e Classes Sociais". São Paulo, Martins Fontes, 1986.

-------- e MILIBAND, R. - "Debate sobre o Estado Capitalista". Porto, Afrontamento, 1975.

PRADO JR., Caio - "Teoria Marxista do Conhecimento e Método Dialético Materialista" in "Seleção de Textos" no 6, São Paulo, AGB-SP, 1979.

RECLUS, E. - "Geografia" - "Seleção de textos de Manoel Correia de Andrade." São Paulo, Atica, 1985.

SANTOS, D. "Partido e Revolução no Brasil". São Paulo, mimiografado, 1984.

-------- - "Estado Nacional e Capital Monopolista", In Terra Livre no 1 ,São Paulo, AGB-NC. 1986

-------- - "O Espaço Geográfico como Categoria Feilosófica" in "Anais do 5º ENG, Livro 2. Vol.II", Porto Alegre, AGB-NC, 1982.

SEABRA, M.F.G. - "A Economia da América" in "Boletim Paulista de Geografia nº 59" São Paulo, AGB-SP, 1982.

SOARES PONTES, B.M. - "O Diálogo Sul-Sul." in "Anais do 5º ENG- Vol 1" Porto Alegre, AGB-NC, 1982.

---------- - "A Reorganização dos Espaços Mundiais após a Segunda Grande Guerra 1945/1979" in "BPG 58", São Paulo, AGB, 1981

STEPAN, Alfred - "Estado, Corporativismo e Autoritarismo" Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

TRICARD, Jean - "O Campo na Dialética da Geografia", in "Reflexões sobre a Geografia" São Paulo, AGB-SP, 1980.

VILLENEUVE, Paul Y. - "Classes Sociais, Regiões e Acumulação do Capital", in "Seleção de Textos nº 8" São Paulo, AGB-SP, 1981.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: http://ppgh.fflch.usp.br/.

PPGH-USP

1971-2021